

ISSN 0101788
e-ISSN 2357-9447

Volume 51 n.º 1

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA

Edição comemorativa dos 50 anos da AGB Porto Alegre





BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA

Publicação da Associação dos Geógrafos
Brasileiros – Seção Porto Alegre

Vol. 51, n. 1

Boletim Gaúcho de Geografia – Porto Alegre. Vol. 51, n. 1 - p. 01- 176 – outubro de 2025

Ficha Catalográfica

Boletim Gaúcho de Geografia. / Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. Vol. 51, n. 1 (2025) –
Porto Alegre: AGB, 1973-

ISSN 0101-7888 e-ISSN 2357-9447

1. Geografia. 2. Cultura. 3. Território. 4. Ensino da Geografia.
I. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre

Diretora: Sinthia Cristina Batista

Vice-diretora: Renata Ferreira da Silveira

1º Secretário: Fábio Löff Cunha

2º Secretário: Débora de Gonçalves Pinheiro

1º Tesoureiro: Isaac Goulart da Silva

2º Tesoureiro: João Ricardo Valverde de Campos

Suplente da Tesouraria: Natally Fleck dos Santos Teixeira

Coordenador de publicações Theo Soares de Lima

Vice-coordenador de publicações: Henrique Ferreira Galvão

Suplente da Coordenação de Publicações: Tiago Bassani Rech

O BGG é uma publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros -Seção Local Porto Alegre <http://agb-portoalegre.webnode.com.br>

Contato: agbpoa@gmail.com ; boletimgauchodegeografia@ufrgs.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O BGG está online em <http://seer.ufrgs.br/bgg> e-ISSN 2357-9447

Editores Responsáveis

Tiago Bassani Rech – IFRS
Gutemberg Cardoso da Silva - UFRGS
Theo Soares de Lima – PPGGEO/UFPel
Victor Matheus dos Santos Lopes UFFS Erechim

Comissão Editorial

Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS
André Baldráia, UFRGS, Brasil
Dirce Maria Antunes Suertegaray, UFRGS
Éverton de Moraes Kozenieski, UFFS - Erechim
Helena Copetti Callai, UNIJUI, Brasil
Horacio Capel, U. Barcelona, Espanha

Leila Christina Dias, UFSC
Lia Osório Machado, UFRJ
Luis Antonio Bittar Venturi, USP
Maria Encarnação B. Sposito, UNESP - Pres. Prud.,
Nelson Rego, UFRGS
Paul Claval, U. Paris IV-Sorbonne, França
Rogério Haesbaert da Costa, UFF
Roger Lambert, U. Toulouse - le Mirail, França
Sinthia Batista, UFRGS Litoral Norte

Editoração Eletrônica

Tiago Bassani Rech
Vitor Lopes

Corpo Consultivo

Adilar Antonio Cigolini, UFPR, Brasil
Adriana Dorfman, UFRGS, Brasil
Aldomar A. Rückert, UFRGS, Brasil
Aldo Paviani, UnB, Brasil
Alejandro Benedetti, CONICET/U. Buenos Aires, ARG
Alexandre Queiroz Pereira, IF do Ceará
Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS
Antônio Carlos Castrogiovanni, UFRGS
Benhur Pinós da Costa, UFSM, Brasil
Bernardo Sayão Penna e Souza, UFSM

Carlos Martins Jr., UFMS
Claudia Luísa Pires, UFRGS
Cristiano Morini, UNICAMP - Limeira
Davis Gruber Sansolo, UNESP - Litoral Paulista
Dakir Larara Machado da Silva – UFRGS Litoral
Dilermando Cattaneo, UFFS - Erechim
Diógenes Felix da Silva Costa, UFRN - Caicó
Eber Pires Marzulo, UFRGS

Edson Belo Clemente de Souza, Unioeste
Eliana Lima da Fonseca, UFRGS
Enrique Mazzei, Udelar, Uruguai
Erika Collischonn, UFPEL
Evelin Cunha Biondo, CAP UFRGS
Heinrich Hasenack, UFRGS
Helio de Araujo Evangelista, UFF
Hindenburg Francisco Pires, UERJ
Jacira Helena Pereira-Assis, UFMS
Kamilla Raquel Rizzi, UNIPAMPA
Laurindo Guasselli, UFRGS
Lisandra Pereira Lamoso, UFGD
Lucas de Melo Melgaço, Vrije Universiteit
Brussel, Bélgica
Luciane Oliveira Crossetti, UFRGS
Luís Alberto Basso, UFRGS
Luis Eduardo Souza Robaina, UFSM
Luiz Fernando Mazzini Fontoura, UFRGS
Maíra Suertegaray Rossato, UFRGS
Maria Goretti Tavares, UFPA
Maria Izabel Mallmann, PUCRS
Nelson Rego, UFRGS
Nestor André Kaercher, UFRGS
Nina Simone Vilaverde Moura, UFRGS
Noeli Pertile, UFBA
Paulo Gustavo Pellegrino Correa, UFAP
Paulo Peiter, FIOCRUZ
Paulo Roberto Soares, UFRGS
Pedro Dias Mangolini Neves, UEMG
Peter David Arnould Wood, Florida State U. USA
Rafael Faleiros de Padua, UFMG
Rafael Zilio Fernandes, UFOPA
Rebeca Steiman, UFRJ
Renato Emerson Nascimento dos Santos, UERJ
Ricardo Jose Nogueira, UFAM
Roberto Verдум, UFRGS
Rogério Leandro Lima Silveira, UNISC
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol,
UNESP - Pres. Prud.
Rosiele Rita Guimarães, UFU
Saint-Clair Trindade Jr., UFPA
Sinthia Cristina Batista, UFMT
Solismar Fraga Martins, FURG
Sylvio Luiz Andreozzi, UFU
Tânia Marques Strohaecker, UFRGS
Vitor Izecksohn, UFRJ, Brasil
Wendel Henrique, UFBA

Capa: organizada por Tiago Bassani Rech, usando imagem de domínio público (<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wendroth09.jpg>), criada pelo Tetraktys, via Wikimedia Commo

APRESENTAÇÃO DO V.51 N. 1

Tiago Bassani Rech¹

Ao longo de cinquenta anos, a AGB Porto Alegre realizou inúmeras atividades, desde a publicação do Boletim Gaúcho de Geografia até às lives, durante a pandemia. Isso demonstra, além da tradição, a adaptação aos meios disponíveis em tempos de crise.

Esta edição comemorativa do seu cinquentenário contém uma análise, com emoções, sobre sua trajetória, escrita por antigos diretores e pela atual diretora da sessão local.

Contém, também, homenagens e antigos diretores, produzidas por ex-diretores e por professores que sempre colaboraram com a entidade. Seus relatos e homenagens nos remetem a uma trajetória temporal, com diferentes momentos de atuação dentro da entidade. Ora mais voltada às demandas docentes das redes, ora mais voltada às questões emergentes do mundo atual.

Além da memória, a AGB, em seu periódico, no volume 51, número 1, contém contribuições que refletem sobre o neoliberalismo nas suas diferentes facetas. Os textos abordam tal questão em diferentes perspectivas. O primeiro, nos remete à reflexão sobre os sites de conteúdos de geografia. Os meios digitais produzem diferentes conteúdos e possuem maior alcance quanto maior é seu poder econômico, o que faz seu conteúdo digital ser mais consumido.

O segundo e o terceiro artigo abordam as questões da produção agrícola, no oeste da região sul, especialmente, na mesma perspectiva da ação neoliberal. Enquanto o segundo, reflete sobre a cadeia produtiva globalizada de soja, ao observar tanto o comércio quanto à produção – tanto pelas sementes transgênicas utilizadas quanto pelos fertilizantes importados russos e máquinas e equipamentos utilizados. A ação neoliberal aqui posta se encontra justamente na conexão com o restante do mundo, num cenário agroindustrial exportador e desconexo, em relação ao acesso, aos consumidores nacionais, uma vez que as commodities são negociadas em bolsas de valores. O terceiro aborda a rede geográfica de suinocultura no oeste catarinense, conectada intrinsecamente com a produção agrícola, necessária para a produção de ração, bem como engendrada no cenário internacional a partir da exportação de proteína animal. Estas características a tornam dependente de decisões internacionais e sofrem as consequências da posição brasileira no cenário mundial, outro reflexo do neoliberalismo.

O quarto artigo analisa a presença negra no bairro Getúlio Vargas, na cidade de Rio Grande/RS e desenvolve esta reflexão a partir de Henri Lefebvre e Jessé de Souza. Entre a discussão de raça e pertencimento à sociedade, alinhado aos direitos sociais,

¹ Dr. em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor no Instituto Federal do Rio Grande do Sul

debatidos por Lefebvre e Souza, perpassa, na hermenêutica, a ação neoliberal excludente que o capital provoca.

O quinto artigo é sobre o turismo em São Luís/Maranhão. O autor realiza uma aproximação entre turismo e geografia, tomando emprestado o conceito de território para realizar suas análises. Há uma correlação entre o conceito e o planejamento e desenvolvimento da atividade turística, que se dá de maneira processual. Também realizada uma análise sobre o comportamento da atividade frente as crises sanitárias e os polos turísticos do Maranhão.

Por fim temos a resenha do livro Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro, cuja análise foi realizada de maneira crítica e profunda sobre o tema.

-X-

O Boletim Gaúcho de Geografia retoma sua periodicidade correlacionada aos anos de referência neste mês de outubro. Em breve, devemos avançar na indexação da nossa revista. Nesse número, tivemos a participação de diferentes contribuintes para o processo de avaliação e emissão de pareceres dos artigos submetidos. Em especial, um agradecimento a Aline de Lima Rodrigues, Antonio Marcos Myskiw, Daniel Casteluber, Everton de Moraes Kozenieski, Felipe de Sousa Gonçalves, Lucas Rafael Benites Ribeiro e Mara Aline Ribeiro.

Além desses colaboradores, nos cabe agradecer aos colegas agebeanos que organizaram as homenagens para os 50 anos da AGB Porto Alegre e aos demais membros da comissão editorial, listados na página anterior, que, coletivamente, contribuíram para a conclusão desse número.

A todas as pessoas: autores, colaboradores, pareceristas, equipe editorial, agradecemos imensamente pelo tempo dedicado à construção e difusão do conhecimento através da publicação de artigos científicos, em sintonia com a filosofia da AGB. Lembramos que o BGG é uma publicação de acesso livre e sem fins lucrativos.

-X-

Desejamos aos leitores uma leitura proveitosa, que contribua para a qualificação de suas práticas profissionais e cidadãos e ficamos no aguardo de suas sugestões, correções e contribuições.

SOBRE OS 50 ANOS DA AGB PORTO ALEGRE - Por Dirce Suertegaray, Nelson Rego e Sinthia Batista	8
HOMENAGEM AO PROFESSOR GERVÁSIO RODRIGO NEVES - Por Rosa Maria Vieira Medeiros	22
PARA A MESTRA, NEIVA OTERO SCHÄFFER, COM CARINHO E ADMIRAÇÃO – Por Nestor André Kearcher	26
HOMENAGEM AO PROFESSOR CÉSAR	31
LEMBRANÇAS DO AMIGO CÉSAR – Por Paulo Roberto Rodrigues Soares	31
MEU CARO CÉSAR – Por Luiz Fernando Mazzini Fontoura	36
CARTA PARA CÉSAR – Por Solismar Fraga Martins	40
PARA CASIMIRO – NOS LEVEM COM CARINHO, AREIAS DO TEMPO – Por Nelson Rego	44
GRATIDÃO – Por Casimiro Medeiros Jacobs	52
EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE AS DINÂMICAS DOS PORTAIS EDUCACIONAIS RELACIONADOS À GEOGRAFIA ESCOLAR – Grégory Cardoso Marmacedo Ribeiro e Élide Pasini Tonetto	54
A CONFIGURAÇÃO EXÓGENA DA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO – Henrique Rudolfo Hettwer	76
REDES GEOGRÁFICAS DA SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE – Alisson Henrique Bavaresco	103
ESPAÇO SOCIAL, DESIGUALDADE E CIDADANIA NA REALIDADE BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE HENRI LEFEBVRE E JESSÉ SOUZA PARA ANÁLISE DA PRESENÇA NEGRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL – Adriano Rodrigues José	121
TURISMO, TERRITÓRIO E CRISES SANITÁRIAS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E O REFLEXO NO ESTADO DO MARANHÃO – Saulo Ribeiro dos Santos	140
RESENHA DO LIVRO “DA FOME À FOME: DIÁLOGOS COM JOSUÉ DE CASTRO” – Cleder Fontana	165
NORMAS DE FORMATAÇÃO PARA SUBMISSÕES	176

SOBRE OS 50 ANOS DA AGB PORTO ALEGRE

Dirce Suertegaray, Nelson Rego¹

Sinthia Batista²

Refletir sobre os 50 anos da Seção Porto Alegre da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) é demonstrar a força dessa associação no contexto acadêmico, político, social e cultural do Rio Grande do Sul. Sobretudo é importante como explicitação do trabalho da AGB-POA na possibilidade que sempre exerceu – a de constituir um espaço de formação na Geografia para além do exclusivamente acadêmico. Importa, portanto, resgatar sua atuação nestes 50 + 2 anos.

A AGB-POA, é uma entidade de utilidade pública criada em 19 de novembro de 1973 como um núcleo da Seção Regional da AGB São Paulo. Surgiu por iniciativa de professores do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 1976, tornou-se a Seção Regional do Rio Grande do Sul e, em 1980 com a mudança dos estatutos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, recebeu a atual denominação¹.

No momento de sua fundação e nos primeiros anos subsequentes, a AGB-POA se constituiu como entidade muito próxima dos professores universitários, sua sede encontrava-se junto ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na rua General Vitorino, no Centro de Porto Alegre. Desde então se observou uma política de ampliação de seus quadros e propósitos em diálogo com os diferentes cursos de Geografia nas universidades do interior do estado e com professores de todos os níveis do ensino, com bacharéis e com estudantes de graduação e pós-graduação. Entre os objetivos da AGB Nacional e de suas Seções Locais, estão o desenvolvimento do conhecimento geográfico e o aprimoramento científico e cultural

¹ Professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

² Professora do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹ Disponível em: <https://agb-portoalegre.webnode.com.br/sobreagb/>.

dos associados; a discussão e encaminhamento das questões profissionais; assim como das questões de interesse da sociedade nas quais a contribuição do profissional de Geografia é pertinente.

O caráter formador da AGB, e em específico de sua Seção Porto Alegre, é evidenciado pela realização de cursos e encontros, em especial o atualmente denominado Encontro Estadual de Geografia, que está em sua XXXIX edição. Os eventos precursores dos encontros promovidos pela AGB-POA datam dos anos 70. Foram cursos voltados a professores, frequentados sobretudo por docentes do ensino superior vindos de diversas cidades do Rio Grande do Sul, notadamente Santa Maria. Os cursos eram realizados nas dependências do prédio da Rua General Vitorino, em parceria com os professores vinculados ao Departamento de Geografia da UFRGS. Concomitante aos cursos, foi iniciada em 1974 a publicação denominada Série Geografia, com artigos escritos por renomados geógrafos.

Contribuiu também na sistematização dessa discussão com várias publicações, principalmente o Boletim Gaúcho de Geografia, que foi editado de 1974 a 1980 com o título de Série Geografia e passou ao atual título a partir de 1981.

Os promotores e participantes desses cursos e de uma reunião que congregou professores das universidades gaúchas, realizado em Santa Maria, fomentaram a ideia para um encontro de porte maior e, assim, em 1980, em Caxias do Sul, é realizado o evento designado como I Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia e I Seminário de Pesquisas nas Universidades. Em 1981, acontecem, em datas diferentes, dois eventos, um voltado para o ensino superior, o segundo, para o ensino escolar: II Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia, em Santa Maria, e I Encontro de Professores de Geografia de Ensino de I e II Graus, em Porto Alegre. No ano seguinte, os dois eventos são realizados simultaneamente na cidade de Ijuí, sob o título que expressa a realização de dois encontros em um: III Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia de Ensino de I e II Graus.

Em 1983, em Passo Fundo, a repetição da simultaneidade confirma a ênfase posta na articulação entre os níveis de ensino: IV Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia e III Encontro de Professores de Geografia de Ensino de I e II Graus. No ano seguinte, 1984, em Porto Alegre, a referência ao nível escolar do ensino de

Geografia vem para frente no título e há uma mudança na nomenclatura que designa o ensino no nível superior, acentuando a ideia da continuidade entre os níveis: IV Encontro de Professores de Geografia de Ensino de I e II Graus e V Encontro Regional de Geografia do III Grau. Nesse tempo, a AGB-Porto Alegre já tinha se tornado uma seção independente da Seção São Paulo, vínculo de sua origem, e havia sido transferida de sua sede no Departamento de Geografia da UFRGS.

Em 1985, consolida-se o adensamento da articulação entre os níveis de ensino, que se manifesta na unificação expressa pelo título: V Encontro Regional de Professores de Geografia, realizado na cidade de Rio Grande. Nessa sequência de edições, o evento vai crescendo em importância e, em 1986, no encontro realizado em Bagé, o “regional” é substituído por “estadual”, ganhando o título de VI Encontro Estadual de Professores de Geografia. Com essa designação de Encontro Estadual de Professores de Geografia, prossegue sendo realizado anualmente e de modo itinerante pelas cidades do estado, Frederico Westphalen, Santa Cruz e Osório, entre outras, na continuidade do evento.

Mas voltemos um pouco no tempo. A partir de 1978 promove-se uma inflexão nos rumos da AGB Nacional, que irá se refletir na AGB-POA. Conforme entrevista do Prof. Manuel Correia de Andrade², nessa ocasião, no decorrer do 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza, apresentaram-se duas candidaturas, a de Marcos Alegre, da AGB Presidente Prudente, em que Manuel Correia da Andrade era candidato a vice-presidente, e a de Casimiro Jacobs, da AGB Porto Alegre. O processo eleitoral, no entanto, foi confrontado por professores e alunos críticos à forma organizativa da associação e dos rumos da Geografia brasileira. Manuel Correia de Andrade conta que fez a tentativa de conciliar as chapas, mas a sua proposta de conciliação não foi aceita pelas candidaturas. Na disputa, a chapa de Marcos Alegre é eleita recebendo o apoio dos professores e alunos críticos. Porém, o processo de questionamento sobre o modo organizativo da entidade prossegue. Esse movimento dera os primeiros sinais em 1972, crescera a partir de 1974 e em 1978/79 a mobilização de estudantes de graduação e de

² Entrevista com o Prof. Manoel Correa de Andrade. *Revista Geosul*, v. 3, n. 6, 1988. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12707>.

Ver também: SPÓSITO, E. S. **Breve Histórico da A. G. B.** Caderno Prudentino de *Geografia*, v. 1, n. 5, p. 97-100, 1983.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6240/4774>.

professores do ensino escolar de Geografia estava acirrada. Em 1979, em reunião da AGB Nacional em São Paulo, alguns meses após o encontro em Fortaleza no ano anterior, Marcos Alegre renuncia à presidência em decorrência da continuidade do processo de questionamento. Instaura-se, então, uma gestão coletiva e é produzido o novo estatuto, em vigor até hoje.

Esse debate dos anos 70 se incrementa na década de 1980. A AGB Nacional e as diferentes secções locais, entre elas a AGB Porto Alegre, envolveram-se no debate e na proposição da extinção dos cursos em licenciatura curta, criados com base no acordo MEC/USAID (Ministério da Educação e *United States Agency for International Development*) por ocasião da reforma universitária de 1968, realizada no contexto da ditadura militar/empresarial que governava o país.

Os cursos de Estudos Sociais promoviam a formação em História e Geografia num curso com duração de 3 anos, com a finalidade de formar professores para o ensino básico/fundamental. No entanto, tal formação era criticada por sua insuficiência para um ensino eficaz tanto na Geografia quanto na História, além de não permitir a continuidade da formação acadêmica nos níveis de mestrado e doutorado, impedindo, dessa forma, a progressão profissional. Nesse movimento de embate contra o acordo ME/USAID, a Seção permaneceu ativamente vinculada aos professores universitários e, da mesma forma, à Associação Nacional dos Professores de História (ANPH), que demandava a mesma reivindicação pela extinção das licenciaturas curtas, em prol da formação plena.

Em 1981, no decurso das mudanças na AGB nacional, a sede da AGB-POA é deslocada da sala do prédio onde se situava o Departamento de Geografia da UFRGS. Isto se deu mediante proposição por parte dos professores do Departamento de Geografia, que solicitaram que a AGB providenciasse outro local para sua sede. A AGB-POA passa então, durante um período relativamente curto, a ocupar espaço junto ao escritório de planejamento coordenado pelo professor Gervásio Rodrigo Neves, na Praça Otávio Rocha, em Porto Alegre. Em 1984, a professora Neiva Shaffer, diretora da AGB-POA, diante da necessidade de definir um local para a sede da associação, faz solicitação e recebe aceno positivo da diretoria do Sindicato de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERGS). Assim a AGB passa ter sua sede no prédio do CPERGS, na rua Alberto Bins, em consonância com a maior participação de professores da

educação básica e de estudantes de graduação. Por longo tempo sua sede permaneceu nesse espaço.

A repercussão desse envolvimento promoveu o reconhecimento e ampliação da rede agebeana. Destaca-se que já no ano de 1982 acontece o V Encontro Nacional de Geógrafos na cidade de Porto Alegre, com 1.188 inscritos e 603 participantes nos cursos ofertados, sendo apresentadas 114 comunicações livres. Isso demonstrou que estava estabelecida uma forte articulação da AGB com o processo de formação de professores e estudantes, significando uma continuidade consolidada de ações da Seção Local.

Para além dos sócios de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul, a Seção recebia associados de Santa Catarina e do Uruguai. Com professores uruguaios foram partilhados muitos eventos comuns, seja no estado do RS seja no Uruguai a convite da Associação de Professores de Geografia do Uruguai. Nessa época, foi intenso o diálogo da AGB Porto Alegre com professores de ensino fundamental daquele país, o que perdurou até os anos da década de 90. Eventos promovidos pela Associação de Professores do Uruguai e pela AGB-POA permitiram essa aproximação, consolidando parcerias por todos esses anos. E, de forma mais ampliada, consolidou-se a aproximação com a AGB Nacional.

Em 1980, fora regulamentada a profissão de geógrafo, que havia sido aprovado pela Lei Nº 6.664, de 26 de junho de 1979. O processo de regulamentação da profissão de bacharel geógrafo foi intensamente acompanhado pela AGB Porto Alegre. O debate nesse período centrava-se na proposição de formação diferenciada para bacharéis geógrafos e numa associação profissional vinculada ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), associação constituída exclusivamente por esses profissionais bacharéis em Geografia.

Essas demandas dos bacharéis contrariavam a postura histórica de AGB em relação a defesa da unidade de formação básica entre os profissionais da Geografia e de suas reivindicações. O movimento pela integração na formação geográfica força a discussão junto ao Ministério de Educação, sendo constituída uma comissão de notáveis geógrafos (entre eles, Milton Santos, Gervásio Rodrigo Neves, Ruy Moreira) para propor uma nova estruturação curricular para a formação em Geografia. Resultou desse trabalho uma proposição estrutural dos currículos de Geografia que substituiu a clássica organização de formação conhecida como 4x1 (quatro anos comuns e um quinto de

formação pedagógica para os licenciados) pela proposição em formato de Y, ou seja, dois anos de formação comum entre professores e bacharéis e mais dois anos de formação diferenciada caracterizada pelas proposições de disciplinas pedagógicas para a licenciatura, e disciplinas técnicas, de mapeamento e diagnósticos físicos, territoriais e ambientais, para a formação dos bacharéis. Essa modalidade de formação permitia que, ao finalizar um dos cursos, o aluno pudesse dar continuidade à outra formação sem necessitar novo ingresso na universidade. Esse currículo em Y foi implantado na UFRGS e perdurou até a segunda década do século 21, quando da separação em definitivo da formação de professores e de bacharéis em Geografia.

Nos anos 80 aconteceram a abertura política e o fim da ditadura. A efervescência foi grande na AGB Nacional, assim como na AGB Porto Alegre, o que se refletiu em mudanças organizacionais e na maior atenção às demandas sociais e, nelas, à questão ambiental. Tais fatos promoveram uma ampliação das ações, passando a AGB POA a se envolver em movimentos de resistência a empreendimentos que causassem impactos ambientais, sobretudo urbanos. Destacaram-se os embates relacionados ao Projeto Praia do Guaíba, com a AGB produzindo documento sobre a análise dos impactos, construído por professores e alunos, e por meio do qual a associação participou do debate entre movimentos sociais, contribuindo para o fortalecimento de ações que resultaram na não efetivação do projeto.

Cabe registrar que a AGB POA iniciou nos anos 1980 a publicação do pequeno jornal Notícias, com o objetivo de divulgar as atividades da associação e simultaneamente veicular notas sobre a conjuntura em escala estadual e nacional. O Notícias foi perpetuado no tempo, sendo enviado aos associados pelo correio e, em certos momentos, chegou a ter edições mais volumosas em número de páginas. Com o surgimento e rápida disseminação da internet e o encarecimento dos custos de correio, o pequeno noticioso em papel foi substituído por informativos via e-mail e lista eletrônica de comunicações e discussões da AGB POA.

Destaca-se também que, a partir de 1981, a publicação denominada Série Geográfica passou ao título de Boletim Gaúcho de Geografia, sendo a mudança não apenas de título, mas, sim, passando a publicar uma gama mais abrangente de autores ligados à Geografia. E o Boletim Gaúcho de Geografia, seguindo o mesmo caminho da

maioria dos periódicos científicos, transferiu-se da publicação em papel para a publicação eletrônica, viabilizando duas edições anuais ao invés de uma.

Os anos 90 foram de novas mudanças. A conjuntura nacional se altera com o avanço global do neoliberalismo, passando por transformações que afetam as universidades e associações. Nesse contexto, a universidade tende a se transformar em organização voltada ao operacional³ e subordinada ao modelo empresarial, isto é, as ações universitárias passam a ser mensuradas pelo interesse menor ou maior que direta ou indiretamente apresentem para o sistema hegemônico pela acumulação privada e a mentalidade empresarial associada a esta.

Intensificam-se a especialização voltada para esse caráter operacional e a fragmentação do conhecimento. Os professores universitários passam a cada vez mais se direcionar a pesquisas segmentadas em relação umas às outras, em detrimento da formação com perspectivas articuladoras. Acentua-se a separação nas formações de bacharéis e licenciados em Geografia. Os professores da educação básica sofrem duros reveses em suas formas de atuação e organização, pela desregulamentação das relações de trabalho, o que leva à precarização cumulativa das condições do trabalho docente. Ocorre o declínio de sindicatos e entidades associativas.

É também nesses anos 90 que se amplia a Pós-graduação em Geografia no Brasil e é criada a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). Num processo dialético ao mesmo tempo produzido por contradições e produtor de contradições, a expansão da Pós-graduação super acentuou a pesquisa como mote e não, na mesma medida, o ensino e a extensão/comunicação em contato com o Brasil concreto das classes populares. O processo intensifica especializações que se coadunam ao caráter operacional que vai internalizando no dia a dia da universidade uma cópia (por vezes, caricata) do modelo empresarial.

Nas contradições desse processo que abriga sujeitos que se opõem e disputam politicamente a condução dos projetos, implanta-se o sistema de avaliação de cursos via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e se fortalece a discussão sobre pesquisa em Geografia entre professores e pesquisadores nas universidades, nos institutos de ensino superior e, mesmo, com outros órgãos de

³ Conferência Contra a universidade operacional e servidão voluntária. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LJr3SY2UpoE&t=8s>.

pesquisa. Entrelaçadas a essa expansão institucional da Geografia rumo à Pós-graduação, ocorrem mudanças nas estruturas curriculares dos cursos de Geografia, acentuando a separação nas formações de licenciados e bacharéis.

Em paralelo, há uma diluição do foco que fora mantido pela AGB-POA em relação à educação básica. Cabe registrar que o número de seus associados chegara a 1400 no final dos anos 80, com grande participação de professores da educação básica na composição desse quadro associativo. O número de associados cairá gradativamente nos anos subsequentes, assim como haverá uma retração da presença participativa desses professores dos níveis de ensino fundamental e médio. Apontamos que um dos motivos para esse distanciamento está na inflexão do foco de ação da AGB-POA. É uma fase de ampliação dos focos de atuação, mas é também período de relativa fragmentação e, em particular, de declínio na mobilização para as causas dos professores da educação básica. Concomitante a esse declínio, ocorre o direcionamento dos professores da universidade para a pesquisa e busca de participação em outros fóruns de discussão na Geografia brasileira, fóruns esses que se encontram em fase de uma acelerada ampliação que, em seu desenvolvimento, abriga a fragmentação.

Em síntese, a AGB-POA continuou atuante nas questões relacionadas ao ensino em todos os níveis, porém, a sua atenção e suas energias de trabalho acabaram por se dividir em várias frentes nesse tempo em que as conjunturas em movimento mais exigem a concentração de foco no enfrentamento da precariedade das condições de trabalho docente, processo que vinha desde a ditadura e que, na hegemonia neoliberal, cresce em efeitos cumulativos.

Nesse processo contraditório e de reavaliações dos focos estabelecidos, na segunda metade dos anos 2000 há uma retomada de ações pela AGB-POA que visam o fortalecimento do vínculo com os professores do ensino escolar. Destaca-se a multiplicação das jornadas intituladas Nossas Práticas, Nossos Desafios, iniciadas ainda na primeira metade da década de 80, voltadas ao protagonismo do professor escolar de Geografia. As jornadas, cuja realização de eventos havia declinado, não apenas aumentam em número como se tornam itinerantes por cidades do Rio Grande do Sul.

Em 2010, em função do aumento das atividades realizadas em seu prédio e diretamente vinculadas ao próprio sindicato, o CEPRGS solicita que se retirem de suas salas todas as outras entidades que ali estavam abrigadas. A AGB-POA passa a alugar uma sede comercial no histórico edifício Bier e Ullmann, na Rua Uruguai, no Centro de Porto Alegre, onde permanece até 2017. Transfere-se, após, para junto à sede do Ateneu Libertário – A Batalha da Várzea, situado na Rua Lobo da Costa, no bairro Cidade Baixa.

No ano de 2010, ocorre em Porto Alegre o XVI Encontro Nacional de Geógrafos, que ganha o subtítulo de Crise, Práxis e Autonomia: espaços de resistência e de esperanças. O encontro reúne mais de 6.000 participantes; aproximadamente 3.000 trabalhos são apresentados; 21 mesas redondas, com cerca de 45 palestrantes, são realizadas. Essa edição do Encontro Nacional ocorrido em Porto Alegre permanece como a de maior número de participantes na história do evento.

O processo de organização do encontro nacional foi fortalecido pela ação da AGB-POA, que, nos anos imediatamente anteriores, voltara a passar por um contínuo crescimento no número de associados anuais, oscilando entre 700 e 800 anuidades. A realização do encontro nacional de 2010, assim como foi fortalecido pela AGB-POA, reciprocamente a fortaleceu. Desde a fase preparatória ao encontro, a partir de 2008, até um ano após a sua realização, a AGB-POA participou ativamente de embates políticos relacionados ao espaço urbano porto-alegrense, com ações junto a movimentos sociais. Destacaram-se a elaboração de laudo técnico relacionado à transferência da Vila Chocolate – questão na qual prevaleceu a posição da AGB no âmbito do Ministério Público Federal – e a produção de documento sobre a chamada questão do Pontal do Estaleiro, na qual o documento da AGB contribuiu na mobilização de entidades e consequente recuo da Prefeitura na aprovação do projeto danoso ao ambiente. Nos anos subsequentes, a AGB-POA prosseguiu atuando próxima aos movimentos sociais, assim como continuou a organizar os Encontros Estaduais de Geografia.

Infelizmente, alguns momentos de esvaziamento aconteceram a partir de 2015, quando a realidade macrossocial pesou em demasia sobre as possibilidades de atuação de entidades da sociedade civil. O processo contínuo e crescente que produz a precariedade das condições de trabalho impostas aos docentes de todos os níveis, principalmente aos da educação básica, reflete-se em entraves econômicos e de tempo

disponível para as possibilidades de participação dos associados, o que se manifesta, inclusive, na dificuldade para compor diretorias e comissões de trabalhos.

A isso, somou-se o grande impacto causado pela pandemia de Covid-19, em 2020, assim como o quadro de pós-pandemia que se estendeu pelo ano de 2021 e cujos efeitos ainda são sentidos. Em agravante a esse quadro, a situação política vivida pelo país no quadriênio de 2018-2022 foi a de constante ameaça de quebra da ordem constitucional e de instalação de Estado de exceção. Os piores momentos desse tempo de agruras foram muito difíceis, mas resistimos. Em nenhum momento, nem a AGB-POA, nem as Seções Locais da AGB por todo o país, deixaram de existir.

Os Encontros Estaduais de Geografia no Rio Grande do Sul seguiram sendo realizados e houve a partir dos anos 2018 um fortalecimento da ação da AGB Porto Alegre que apresentava um crescente de mobilização, contudo o advento da pandemia freou esse processo.

Durante a pandemia, a AGB Porto Alegre promoveu espaços de diálogos em meios digitais, principalmente por meio do canal <https://www.youtube.com/@AGBPortoAlegre/playlists>. A associação realizou o “BGG Falado” com a apresentação em vídeo de textos publicados em diferentes momentos do Boletim Gaúcho de Geografia. Realizou também debates em escala nacional articulando diferentes pesquisadores com dois seminários sobre a questão agrária e a questão ambiental (Ciclo de debates da Resistência e Seminário “Terra e Território”), frente ao contexto de ataques à legislação ambiental e o avanço nos debates jurídicos sobre a tese do Marco Temporal, que implicam diretamente no aumento de conflitos no Estado do Rio Grande do Sul envolvendo os povos indígenas. Essas ações desdobram-se em trabalhos junto ao Povo Xokleng Konglui, sendo esse trabalho proposto a partir da AGB Porto Alegre e assumido por professores do campus Litoral Norte da UFRGS, via pesquisa e extensão universitária ainda no contexto pandêmico, perdurando até os dias de hoje.

O Encontro Estadual de Geografia ocorrido em 2022, na cidade de Imbé, contou com apenas 60 participantes - esse pequeno encontro em Imbé foi grande em bravura e na afirmação de que CONTINUAREMOS, ele marcou a retomada dos encontros no pós-pandemia num momento em que a ameaça de um golpe político de caráter fascista se avolumava no país. Na plenária final do evento surgem três propostas para a realização dos próximos encontros: Porto Alegre; Rio Grande e a previsão da realização do XXXIX

Encontro Estadual em Santa Maria coincidindo com a comemoração dos 60 anos do curso de Geografia da UFSM.

Assim, no ano de 2023 foi realizado, em Porto Alegre, o XXXVII Encontro Estadual em comemoração aos 50 anos da AGB Porto Alegre junto ao aniversário de 80 anos do curso de Geografia da UFRGS, fato que gerou este Boletim Gaúcho com sessão especial. O evento situou a AGB Porto Alegre num outro momento: a busca pela articulação entre os cursos de Geografia do Estado do Rio Grande do Sul e a reconstituição da AGB Porto Alegre como o espaço do debate, do avanço do conhecimento geográfico e da formação de geógrafas e geógrafos.

No ano de 2024, as chuvas extremas que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul foram mais um desafio na mobilização crescente da AGB POA, demonstrando a relevância da entidade, visto que, além da nota política emitida⁴, foi realizada uma live⁵ sobre mudanças climáticas e eventos extremos, envolvendo docentes de diferentes universidades do Rio Grande do Sul. Com um público de mais de 3.000 pessoas ao vivo, o vídeo teve mais de 5.000 acessos até o momento. Assim, após a modificação da data do encontro seguinte, devido à cidade de Rio Grande ter sido atingida, foi realizado o XXXVIII em Rio Grande junto à FURG, restabelecendo a possibilidade de composição de uma diretoria com composição mista alcançando estuantes, professores da educação básica e professores universitários.

Para concluir - e prosseguir

Durante esse período de décadas, a AGB-POA estabelece forte diálogo com os professores das redes estaduais, municipais e particulares, ampliado significativamente com a atuação associativa de professores de todos os níveis, seja de Porto Alegre, seja do interior do estado. Assume-se um direcionamento para discussão da Geografia e da Educação sem desconhecer as lutas territoriais e ambientais. Suas diretorias foram

⁴ Ver: <https://agb.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Nota-AGB-PORTO-ALEGRE-TRAGEDIA-ANUNCIADA.pdf>.

⁵ Eventos climáticos e expropriação: Rio Grande do Sul 2024, o que a Geografia tem a dizer? Canal da AGB Youtube: (<https://www.youtube.com/watch?v=0F32K9wxdYU>); ver também: Eventos climáticos e expropriações: como a educação pode contribuir para essa reflexão? (<https://www.youtube.com/watch?v=sbTQzspoxyk&t=3s>).

compostas majoritariamente por professores e vários foram os professores da educação básica presentes nas diretorias e nas comissões de trabalho da AGB.

Através do tempo, grande tem sido a atuação da AGB, destacando-se temas como as questões profissionais relacionadas à formação de bacharéis em Geografia e a relação com o CREA, as demandas trazidas por debates territoriais e ambientais e, fundamentalmente, as discussões sobre mudanças na educação e no ensinar em Geografia, frente à renovação crítica.

Relacionadas à formação de professores, a AGB - POA destacadamente trabalhou junto às reivindicações, propondo a extinção dos cursos de licenciatura curta de Estudos Sociais e atuando em diversas outras questões relacionadas às políticas públicas e aos fazeres educacionais. Foi intensa a presença da AGB-POA em debates relacionados à importância da presença da Geografia em currículos municipais ou estaduais no RS.

A AGB Porto Alegre, ao longo de seus 50 anos, promoveu inúmeros espaços de debate e de formação, contribuindo significativamente para a Geografia Brasileira. Sua presença nos debates das gestões coletivas da Diretoria Executiva Nacional da AGB promoveu aprendizados políticos fundamentais aos seus associados e, ao mesmo tempo membros da AGB Porto Alegre. Diretores locais participaram de diretorias nacionais e foram presidentes da AGB Nacional. Como uma seção local da Associação de Geógrafos, produziu o espaço da política na Geografia, alavancou e provocou debates nas escalas local, regional e nacional. Contribuiu também na sistematização dessa discussão com várias publicações, principalmente o já citado Boletim Gaúcho de Geografia, que ganhou em 2024 a sua edição catalogada como volume 49, número 2.

São ao todo 38 edições dos Encontros Estaduais de Geografia no Rio Grande do Sul, que chegaram a mobilizar cerca de mil pessoas em algumas edições.

A AGB Porto Alegre segue em articulação com as pautas nacionais e locais no campo da educação e da questão agrária e ambiental, estando presente em conselhos e representações, assim como movendo ações coletivas no questionamento sobre as demandas das vagas e a disputa por alcançar perfis de profissionais do campo da Geografia. Precisamos de nossos associados para ampliar as pautas e, ao mesmo tempo, não enfraquecermos os focos estabelecidos.

A AGB POA vem na busca de sua reorganização. De um lado, sofre as consequências da perda de sua “massa de associados”, os professores estaduais, municipais e da rede particular de ensino. De outro, assiste o progressivo afastamento dos professores universitários atraídos pela diversificação dos rumos da produção do conhecimento, diversificação que contraditoriamente abriga também a fragmentação. Os estudantes universitários se dividem em múltiplos interesses para os quais, talvez, não vejam respaldo na associação. E assim chegamos quando a AGB-POA completa seus 50 anos.

Vivemos a constante desordem crescente, a recorrente ameaça da anomia social. É preciso reconhecer e construir as estratégias para superar essa conjuntura.

Este relato não é de desesperança, é quiçá um chamamento aos professores, bacharéis e alunos de Geografia à reflexão. O momento atual exige a retomada do diálogo na diferença, como muito nos ensinou o convívio com essa associação. AGB é herança, patrimônio e memória a ser preservada. Ao mesmo tempo é movimento e transformação, o que se expressa por exemplo, na mudança de significado de suas siglas: AGB passou a ser Associação Nacional de Geógrafas e Geógrafos, ENG se tornou Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos. Envolver-se na continuidade de seu processo é demonstrar responsabilidade com esse legado cuja contribuição, seja local ou nacional, é da maior importância no conhecimento deste vasto território que é o Brasil.

Que a AGB VIVA por muitos anos como um espaço de formação, da política e do debate da Geografia. A AGB somos todas, todes e todos nós!

Unicamente Por Causa Da Desordem Crescente

Bertolt Brecht

Unicamente por causa da desordem crescente

Nas nossas cidades com suas lutas de classes

Alguns de nós nestes anos decidimos

Não mais falar nos grandes portos, da neve nos telhados,
das muralhas,

Do perfume das maçãs maduras na despensa, nas impressões da carne,

De tudo o que faz o homem redondo e humano, mas

Falar só da desordem

E portanto ser parciais, secos, enfronhados nos negócios
Da política, e no rádio e "indigno" vocabulário
De economia dialética,
Para que esta terrível pesada promiscuidade
Das quedas na neve (elas não são só frias, nos bem o sabemos),
Da exploração, da tentação da carne e da justiça de classes,
Não nos leve a aceitação deste mundo tão diverso
Nem ao prazer das contradições de uma vida tão sangrenta.
Vocês entendem.

HOMENAGEM AO PROFESSOR GERVÁSIO RODRIGO NEVES

Rosa Maria Vieira Medeiros¹

Este é um momento importante quando nosso Curso de Geografia celebra seus 80 anos. Nada mais significativo do que homenagearmos aqueles que participaram de nossa formação geográfica, ou seja, que fizeram parte da construção de nosso conhecimento. Foi com muita honra que recebi o convite para homenagear o Prof. Gervásio Rodrigo Neves. Professor, conselheiro nos momentos difíceis, mas sobretudo um incentivador no sentido de enfrentarmos novos desafios e de não titubearmos diante dos mesmos.

Fui buscar coisas de sua vida pensando não só na Geografia, mas na pessoa que foi e que encontrei no seu artigo “Tempos de construção, de esperanças e de utopias”. Me mostrou descobertas as quais me identifiquei como, quando afirma da dificuldade em separar sua vida do Curso de Geografia da UFRGS pois, segundo ele, tudo o que fez foi resultado desse tempo amalgamado da e na “faculdade”.

Sua história começa em 1959 quando ele e o Prof. Casemiro Jacobs entraram no curso. Conviveu com o Prof. Raphael Copstein que, na França, foi orientado por Bernard Kaiser e que foi membro da banca de sua seleção; Alba Gomes que foi para França estudar em Strasbourg com Jean Tricart, sendo, também ela, precursora das modernizações na Geografia naquele momento em que ela se separava da História. E não poderia deixar de mencionar o seu convívio com o então jovem pesquisador francês Raymond Pebayle que se tornou seu grande e inesquecível amigo.

Foi um período (1959-1962), segundo nosso homenageado, de muita agitação intelectual e que se embasava em esperanças e utopias destruídas pelo golpe de 1964.

Mas o Prof. Gervásio foi, assim como muitos, um aluno trabalhador. Trabalhou na prefeitura, foi jornalista nos jornais locais e estudava. A vida seguiu seu rumo, casou-se, teve filhos, se tornou professor no Colégio de Aplicação e a convite de Raymond Pebayle começou a lecionar, no curso de Geografia, as disciplinas de Geomorfologia e Geografia

¹ Professora no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Regional, ou seja, em 1964 tornou-se professor auxiliar de ensino no Curso de Geografia. Mas, a censura começou de forma invisível, inicialmente, embora presente com muita força no cotidiano daqueles que vivenciaram o período de 1964 até 1986.

A Geografia sofreu, seus projetos foram congelados, não havia agências financiadoras atuando, ao contrário da Geologia, considerada como estratégica para a proposta do governo militar.

A Geografia se fechou em sua modéstia acompanhada de forte autocrítica que se refletiu na produção acadêmica e no envolvimento com projetos.

Mas, fora dos muros que cercavam a Geografia, novos projetos ao nível individual, se desenvolviam tais como o do Prof. Raphael Copstein sobre a Análise da População do Rio Grande do Sul, em convênio com a Secretaria de Obras Públicas. Importante destacar é que, esta pesquisa deu origem a muitas outras realizadas nos anos 70.

Nesse período os planos diretores passam a fazer parte do trabalho do Prof. Gervásio, que em 1967 participou, junto com arquitetos urbanistas, do Plano Diretor de Pelotas que recebeu medalhas de prata e bronze no Salão de Arquitetura. Foi desse grupo que nasceu a Organização e Planejamento Ltda. (ORPLAN). Essas, eram atividades paralelas ao Departamento de Geografia e foi por lá que passaram muitos dos planos diretores tais como o de Passo Fundo, Santa Maria, Santa Maria do Herval, Parobé, São Borja, entre outros.

Avançando em sua carreira acadêmica, foi marcante a orientação que o Prof. Gervásio recebeu de Aziz Ab'Saber no mestrado realizado na USP em 1974. E, em 1978, concluiu sua Livre Docência na Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo o Prof. Gervásio, este período se constituiu, para ele, como um doloroso processo de sobrevivência.

E foi, exatamente nesse período, entre 1975 e 1979 que conheci o Prof. Gervasio, enquanto aluna do Curso de Geografia da UFRGS. Período este muito difícil, com muitas limitações pois, era frequente ouvirmos de nossos professores que se a situação não fosse esta que estávamos vivenciando, eles, nossos mestres, passariam a nós o conhecimento de outra maneira, com outro olhar geográfico.

O Prof. Gervásio ensaiava este olhar, sempre receptivo em seu gabinete de trabalho, aberto a novas ideias as quais nem sempre podiam ser postas em prática, dado o período político que vivíamos. Lembro, que passamos por mudanças curriculares após

termos vencido a solicitação de trazer a Geomorfologia para ser ministrada por geógrafos, professores de nosso Departamento. Minha turma foi a precursora dessa mudança e Geomorfologia 1 nos foi ministrada pelo Prof. Gilberto Lazare da Rocha e na sequência, Geomorfologia 2, pelo Prof. Gervasio Neves. Este foi um momento que marcou mudanças importantes, pois passamos a ter o olhar da Geografia presente nessas novas disciplinas do curso.

Não posso deixar de mencionar que o Prof. Gervásio, a convite da turma, foi nosso paraninfo em 1979.

Ainda, com referência a sua trajetória, cabe lembrar sua passagem pelo IBGE enquanto Delegado Regional, aqui em Porto Alegre.

E, este foi um momento importantíssimo para a Geografia pois o Prof. Gervásio abriu as portas do IBGE para eventos, palestras e as mais diversas atividades acessíveis aos alunos e professores do Curso. Nossas relações com colegas de outras universidades foram se criando e se consolidando. A geografia da UFRGS estava no IBGE.

Outro destaque nesta caminhada é sua atuação junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde exerceu inclusive a função de Presidente a partir de 2001.

Cabe ressaltar, dentro dos temas por ele pesquisados, seu interesse e dedicação aos estudos de fronteira, o que lhe possibilitou publicar livros, artigos e organizar eventos. Foi num desses eventos organizado em Santana do Livramento que fui apresentada ao Prof. Raymond Pebayle, convidado pela organização do evento, da qual fazia parte o Prof. Gervasio. Este momento marcou minha trajetória pois, Pebayle, se tornou meu orientador de doutorado e não esqueço as palavras do Gervásio: não decepcione o Pebayle, representas o sonho dele de orientar um brasileiro. Fui fiel a estas palavras e sempre que falo de meu orientador e amigo que foi, a emoção toma conta e muitas lembranças afloram. Por isso, agradeço ao Prof. Gervásio pela confiança em mim depositada e pelo caminho aberto no qual transitei levando nossa referência acrescida das novas experiências e conhecimentos apropriados. Meu agradecimento é eterno.

Mas, cada um de nós ao passar pela Universidade deixa suas marcas, Gervasio criou o Laboratório de Estudos Regionais (LER) que acabou se transformando no Laboratório de Espaço Social (LABES); atuou no Programa de Pós-graduação em

Geografia (POSGEA) e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional/Arquitetura (PROPUR) orientando mestrandos e doutorandos.

Talvez não tenha falado tudo, mas espero, com esta breve homenagem, reafirmar o que disseste Gervásio: “descobrimos, com o passar dos anos, as circunstâncias que foram nos moldando; descobrimos que não fomos capazes de ser heróis, nem covardes, mas descobrimos, sobretudo, nossa forte relação com a instituição que nos acolheu, na qual deixamos nossas marcas, nossos “arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”. E o mais importante é que elas, as instituições, têm as nossas feições, são a nossa imagem e compreendo perfeitamente quando afirmaste Prof. Gervásio o quanto é difícil separar nossas vidas do Curso de Geografia da UFRGS. Muito obrigada, Gervásio.

PARA A MESTRA, NEIVA OTERO SCHÄFFER, COM CARINHO E ADMIRAÇÃO

Nestor André Kaercher¹

Saúdo todos os que me lerem,
Tirando-lhes o chapéu largo
Quando me vêem à minha porta
Mal a diligência levanta no **cimo do outeiro**
Saúdo-os e desejo-lhes sol,
E chuva, quando a chuva é precisa,
E que as suas casas tenham
Ao pé duma janela aberta
Uma cadeira predilecta
Onde se sentem, lendo os meus versos.
E ao lerem os meus versos pensem
(FP, Guardador de Rebanhos, poema I)

Prezado/as colegas

Saudações calorosas a todo/as que nos dão a honra da escuta. Permitam-me escrever na concordância tradicional, no masculino. Concordo que a linguagem não é neutra, manifesta relações de poder, mas aqui seguirei o convencional: a concordância no masculino representando a totalidade. Penso que a leitura flui melhor.

Feito este esclarecimento queria, em 1º lugar, saudar esta iniciativa de homenagear profissionais com trajetória destacada em nossa área. Importante: homenagear EM VIDA. Longe de ser contra a bela ideia de tecermos panegíricos aos falecidos, mas mais leve e agradável é podermos render nosso tributo de admiração aos vivos, melhor ainda quando estão diante de nós, saudáveis e lúcidos. O contato presencial é uma benção, uma das claras aprendizagens que a pandemia nos legou.

¹ Professor no Departamento de Ensino e Currículo e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Muito me honra – e não me pesa nada – ter a incumbência de fazer um pequeno texto em homenagem a Neiva Otero. Essas singelas e sinceras palavras querem render-lhe a justa homenagem e agradecê-la pelo privilégio de podermos desfrutar de sua convivência.

Muito seria possível escrever sobre essa figura notável, pois ela circula entre nós a décadas e sempre com intensidade e qualidade, marcando a todos com sua presença. O tempo disponibilizado, cerca de dez minutos, nem de longe tem a pretensão de fazer um panorama desta grande educadora. E aqui não se quer fazer um minicurriculo, pessoal ou acadêmico. Creio que aqui é espaço-tempo mais de celebração coletiva do que minúcias formais ou curriculares.

Daí, meu singelíssimo título: Para a mestra, Neiva Otero Schäffer, com carinho e admiração.

Mestra, porque este foi **e é** seu ofício principal entre nós. Palavra simples de dizer, mas que aqui, com certeza, revela a principal forma de contato que com ela tivemos: professora dedicada e estudiosa ao seu ofício. Daí decorre o carinho e admiração que o labor por ela exercido em nós provoca. A docência é profissão que desgasta e desmotiva muitos ao longo do tempo. Não é e nunca foi o caso da Neiva. Por ela ter carinho/gosto/paixão pelo ofício exerceu-o com, desculpe a redundância, mestria, dedicação e carinho. Só recentemente aprendi que Otero (outeiro em português) é monte pequeno e isolado em um terreno plano; montículo. Interessante etimologia: *altarium*, altar. Parece bem apropriado a figura da Neiva, uma elevação que nos permite ver mais longe, quem sabe, além dos nossos limites iniciais. Pode haver tarefa mais nobre a um(a) educador(a)? No caso dela, sim, um altar. Uma topologia adequada à Neiva Otero.

Ao receber a incumbência de fazer um pequeno texto para esta sessão, aceitei de imediato, assim como de imediato pedi ajuda para três conhecidos que com ela convivem: Francisco da Adimapas, Roselane Costella e Volmério Coelho. De pronto, ajudaram. Consenso? Neiva Otero é de uma energia enorme para o trabalho organizado e cooperativo. Neiva trabalha e faz os outros trabalharem. Agrega.

Antes de colocar algumas vivências que fazem lembrar a Neiva, falarei uma experiência pessoal. Não por acha-la de maior relevância, mas porque pode ser porta de entrada para os demais relatos.

Entrei na Licenciatura de Geografia nesta universidade (UFRGS) em 1985. Neiva foi uma das 1as professoras que tive na graduação, pois lecionava Geografia Humana I. Aqui se poderia falar várias coisas: pontualidade, organização, dedicação, seriedade, etc. Choveria no molhado. O que marcou a mim, egoisticamente falando: ali, no início do meu 1º semestre, Neiva falou clara e incisivamente de nós **nos associarmos à AGB**. Mas essa exortação não era feita no plano das ‘ideias’, das nuvens, dos pensamentos desejosos. Neiva sempre foi ‘pé no chão’, pragmática, efetiva e ativa: já nos deu a ficha de inscrição, porque ela já era diretora da associação. E foi o que eu fiz: me associei naquele semestre. E, consequência disso – e da continuidade do trabalho dela – naquele ano fui no meu 1º encontro estadual de Geografia na cidade de Rio Grande. Com esse prosaico exemplo quero destacar algo que é a **LIDERANÇA nata** da Neiva. Ela não discursa, não muda o mundo por palavreado, não é nefelista. Ela faz. **Ela dá o exemplo. Ela é exemplar.** E aqui, ao elogiá-la por isso (que nada tem a ver com ‘tarefismo’, ativismo, pois ela sabe muito bem onde e como chegar), faço uma pequena auto-crítica e confissão: eu não era, na época, ‘fã’ da Neiva, pois na minha juvenília – entrei no curso aos 19 anos – ela não era ‘vermelha’, ‘de esquerda’ e isso poderia soar como alguém que lutava em ‘outra trincheira’. Sim, era época de uma militância meio verborrágica, o vocabulário era de guerra. Talvez nossa guerra fosse meio imaginária – porque revolucionário nunca fui – uma certa inevitabilidade com a metáfora de combater ‘moinhos de vento’ que nos remete ao monstro Cervantes. Otero, outeiro, não é gigante, mas nos ensinou a ver mais longe. Ensinou-me a não militar sectariamente, mas isso levei ainda mais um tempo para aprender.

Outra memória que me vem à mente – pois é, eu também estou ficando velho e velhos acumulam memórias – é a ocasião em que ela foi homenageada em um encontro estadual de Geografia (creio que Bento Gonçalves, início da década de 90 do ... milênio passado). Ao tomar a palavra, Neiva disse uma frase lapidar e que diz muito (e eu a repito amiúde). Mais ou menos assim: “Agradeço a homenagem. Não sei se a mereço. Isso é com vocês. Só sei que estou muito feliz!” Por trás de uma possível modéstia, o que é característico dela que, muitas vezes, age discretamente incentivando a vez e a voz das novas gerações, **há uma pessoa realizada profissionalmente**. E, nossa, isso faz uma baita diferença: **fazer o que se gosta é fundamental. E isso transparece na Neiva**. Por

isso que ela traz consigo, seguidamente, um sorriso que é discreto, mas é **constante de quem faz bem feito** o que ela planeja e, por isso mesmo, colhe os frutos do seu labor.

Neiva já esta oficialmente aposentada faz uns anos (esqueçam as contas) porque isso, com ela, é uma mera palavra. A Neiva não para. O exemplo mais facilmente destacável (e, meritório, sem dúvida) é a dedicação que ela faz à FUNDAÇÃO DO COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS, onde, com um grupo de outras ‘aposentadas’, faz uma série de atividades que aqui não se precisa citar), mas que tentam diminuir o grande desmonte daquela que já foi uma instituição de ensino público excepcional e que está, como quase toda a educação pública – do RS, e porque não dizer também de POA – em doloroso processo de sucateamento. Neiva e colegas, muito obrigado pela ação digníssima de vocês em prol da educação pública de qualidade também para os menos favorecidos!

O que impressiona é sua presença marcante e insistente nos corredores infinitos do Colégio Julinho. Quando Neiva, nos chama educadamente, pelo telefone, sabemos que ela está fazendo mais uma tentativa de sonhar aqueles alunos. Neiva e Julinho se misturam. Os fios resistentes que tecem esta mulher compondo seu corpo e sua alma, teçeram tantos outros que com ela aprenderam. Não nos referimos somente à Geografia! Estamos falando da vida. Estas ações comprovam que a Neiva continua escrevendo sua história-geografia e ensinando, isto é, inserindo marcas, na história-geografia dos que com ela convivem.

Aqui já agrego relatos informais dos colegas citados (Chico, Rose, Volmério): **Neiva articulada, bem informada**, sabendo quais os passos e contatos necessários para fazer as coisas acontecerem com sucesso e menos sofrência. Característica de uma boa educadora que ela é: sabe o que quer fazer, sabe onde quer chegar! **Neiva engajada**. Isso foi uma percepção muito clara ao trabalharmos com ela na AGB Seção Porto Alegre. Repetindo: **a Neiva faz acontecer**.

O mesmo protagonismo foi destacado pelo Chico. Ele a considera uma ‘grande incentivadora da Adimapas’. “A Neiva me incentivou a participar de encontros fora do Rio Grande do Sul e isso foi muito bom!”! Sim, há muitas décadas – olha o tempo de novo na narrativa – ela é o que hoje, mais recentemente, chamamos de EMPREENDEDORA. A Neiva, então na AGB/POA que recomendara ao Chico se aventurar para além do RS – presença constante nos Encontros Estaduais de Geografia – participar de evento

nacional, no caso no Nordeste brasileiro saindo do RS para conquistar novos mercados. Grande Adimapas, afinal, manter uma empresa com este nicho – vender mapas e produtos pedagógicos – por décadas não é tarefa simples. **Neiva lumiar**, simples: Vai, Chico, apresentar tua Adimapas fora do RS. **Neiva muito geógrafa!**

Não tenho dúvida que basta escutar outros colegas que com a Neiva convivem/conviveram para que muitos exemplos concretos – e positivos – da atuação dela virem à tona. Por isso, é com muita satisfação – E AGRADECIMENTO – QUE estamos aqui reunidos para homenagear esta grande educadora.

Obrigado, Neiva. É com alegria e humildade que contigo convivemos e aprendemos. Para ser grande não é preciso escalar o Himalaia ou ser Atlas. Tentemos ser oteros, outeiros.

HOMENAGEM AO PROFESSOR CÉSAR

Lembranças do Amigo César

Paulo Roberto Rodrigues Soares¹

Conheci o César ao ingressar na graduação da FURG, em março de 1984. Ele havia ingressado um ano antes, na turma de 1983. Ambos de 66 ingressamos na graduação com 17 anos. César completando aos poucos dias de ingressar, eu ingressando três meses depois. Fomos contemporâneos dos corredores do Pavilhão 6, onde as aulas da Geografia ocorriam no período da tarde. Aos poucos fomos nos conhecendo e compartilhando alguns interesses em comum, especialmente pelo que na época se chamava “Geografia Crítica”, além de sermos torcedores do Sport Club Internacional.

Um episódio interessante, que sempre conto para as pessoas foi quando eu e o César decidimos ler o livro “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo”. Queríamos saber mais de Milton Santos e o título nos chamou atenção. Na época havia uma revista mensal que líamos chamada “Cadernos do Terceiro Mundo”, foi muito importante para as aulas de Geografia de toda uma geração de professores e professoras. E isto (o título) nos levou ao livro do Milton. Semanalmente sentávamos na biblioteca e tentávamos, tentávamos mesmo, ler um capítulo. Foi difícil, mas nos aproximou um pouco mais do trabalho de Milton Santos e de nossos interesses de pesquisa.

Ainda na graduação outros dois episódios: primeiro, o César foi o responsável por minha primeira experiência em sala de aula. Ele já como professor do Colégio Salesiano em Rio Grande teve um pequeno “acidente” no futebol e quebrou a perna. De licença médica, pois estava praticamente imobilizado, me chamou para ser seu professor substituto. Fiquei com as turmas da “oitava série” por um mês. Alguns anos depois ele me lembrou que entre meus “alunos” estavam um atual professor da Furg, portanto colega nosso (de outra área) e o atual Prefeito de Rio Grande! Ele mesmo!

¹ Professor no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Poucos meses depois eu pude “retribuir” esta experiência para o César. No final de 1987 organizamos a Primeira Semana Acadêmica de Geografia da FURG! Esta que hoje já tem mais de 30 edições! Foi um sucesso, as grandes atrações nacionais foram o professor Ruy Moreira (em sua primeira vinda à Rio Grande) e a professora Dirce Suertegaray! Um expoente da geografia humana e uma eminência da geografia física! No último dia fizemos um debate com os colegas egressos e sua atuação profissional: convidei o César para falar sobre a atuação do professor nas escolas públicas e privadas. A fala dele, como seriam muitas, foi incisiva e polêmica! Mas foi um sucesso na semana acadêmica!

Após a minha formatura me mudei para São Paulo, mais especificamente Mogi das Cruzes na Grande São Paulo. Fui trabalhar como professor na rede pública e privada. Mantivemos contato sempre, na época com cartas, algumas que guardamos durante anos, que envolviam textos, recortes de jornais (um recorte com um artigo da Folha de São Paulo naquela época valia ouro por aqui), rótulos de cervejas “conquistadas”, santinhos de campanha política, entre outras relíquias mais.

Em 1989 César ingressou como professor da FURG e eu fiz a seleção para o mestrado em Geografia na Unesp Rio Claro (iniciado em março de 1990, junto com o confisco da poupança do Collor). Comemoramos juntos nossas novas condições profissionais.

Em 1991 o César estava em busca de orientação para o mestrado na USP. Por conta disso ele foi até o II Simpósio Nacional de Geografia Urbana, que foi realizado em Rio Claro, onde eu já cursava o mestrado. Como bons geógrafos fomos de São Paulo (Estação da Luz) à Rio Claro de trem, da extinta Ferrovia Paulista (FEPASA), com direito à A la Minuta com cerveja no vagão restaurante! Ali César teve a primeira aproximação com a futura orientadora de mestrado, a professora Odete Seabra.

Em 1992, ele já na USP e eu residindo em Mogi das Cruzes, mas trabalhando em São Paulo também nos encontrávamos frequentemente, nos finais de semana, em eventos na USP ou outras universidades. Participamos ativamente do Fora Collor, fomos à passeatas e comícios pelo Impeachment.

Em 1993 prestei concurso e ingressei como professor da FURG. César ainda estava em São Paulo realizando o mestrado. Ele me deu as dicas iniciais de "comportamento" como professor da FURG, na época em uma transição geracional, dos

primeiros professores, para a nova geração, que éramos nós. Me apresentou o Luiz Fernando, com quem passei a dividir sala de permanência. Neste ano ainda fomos juntos, de ônibus pela Via Dutra, ao 3o. Simpurb, na UFRJ.

No retorno do afastamento do mestrado realizamos atividades, debates, discutimos mudanças curriculares, mudamos o curso para o noturno, mas o horizonte do doutorado era mais importante. Realizamos um ambicioso plano de saídas para o doutorado, Luiz Fernando, eu, Susana, Solismar, César, todos em um curto prazo deveríamos ser doutores e qualificar a Geografia da FURG. Enquanto uns estavam fora outros estavam sobrecarregados de disciplinas, mas estava tudo combinado!

Após todos se doutorarem foi possível iniciar a discussão do mestrado em Geografia. Lembro que participei do ENANPEGE de 2003 em Florianópolis para conversar com docentes de outros programas consolidados em busca de subsídios para a nossa construção. Eu e o César, pois na época ele cursava o doutorado na UFSC.

Depois de doutorados eu e a professora Ivana Nicola, doutora em História da Arte pela Universidade de Barcelona fundamos o NAU - Núcleo de Análises Urbanas, já com as portas abertas para a Susana, o Solismar e o César, que integrariam ao grupo após retornarem de seus doutorados. Estamos falando de 2004.

O NAU desenvolveu uma série de pesquisas sobre as questões urbanas de Rio Grande. O NAU teve projetos, bolsistas, criou uma outra dinâmica de convivência no dia-a-dia da Geografia da FURG. E ações de extensão, destacando as intervenções na discussão do Plano Diretor de Rio Grande e nos processos de regularização fundiária, atividades básicas para a política habitacional. Este era um tema muito caro César que desenvolveu projetos de pesquisa e extensão sobre este tema, também com a presença da professora Leda Bonfiglio, pós-doc na Geografia da FURG e hoje professora da UFF, que posteriormente integrou o NAU.

Mas também temos que destacar as Quintas Urbanas, o seminário de debates que criamos com o NAU. Inicialmente a ideia era realizar rodas de conversa nas quintas-feiras no final da tarde, entre um turno e outro das aulas, para possibilitar a presença do público. Os temas eram os mais variados, desde questões teóricas, apresentações de teses e dissertações, presença de atores sociais, artistas, enfim, um debate mais livre a exemplo dos cafés filosóficos geográficos.

Porém o evento cresceu e o César conseguiu trazer grandes nomes da pesquisa e da questão urbana brasileira para a FURG como Arlete Moisés, Raquel Rolnik e Ermínia Maricato. As Quintas Urbanas repercutiram e geraram livros dos seus conteúdos. Também fizeram parte das publicações do NAU o CaderNAU, revista de artigos científicos que infelizmente foi descontinuada.

Depois da minha saída da FURG e ida para a UFRGS continuamos amigos e também colegas de trabalho realizando parcerias de pesquisa e publicações.

O César foi uma grande pessoa, uma grande personalidade, um grande personagem!

Como professor foi competente, comprometido, sempre querendo levar o curso de Geografia, a graduação e a pós para frente, conectar a FURG aos grandes centros e aos grandes debates da Geografia. Participou da AGB e incentivava os estudantes a participarem. Diversas vezes fomos para os Encontros Estaduais (Ijuí, Passo Fundo, Santa Cruz, Porto Alegre...) com a turma nos ônibus da FURG.

Como pesquisador sempre demonstrou esforço, competência, capacidade e comprometimento da pesquisa com a realidade social, com a população desfavorecida, com a necessidade de superar as desigualdades da nossa sociedade.

No mestrado estudou a questão da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos desde uma perspectiva geográfica e lefebvriana. Havia na FURG uma predominância das ciências biológicas na leitura da pesca artesanal e o César engajou-se neste olhar geográfico e social da questão, colocando homens e mulheres no centro da discussão e não "o camarão" como costumávamos dizer!

No doutorado estudou a indústria da pesca no Brasil, mudou de escala, para a escala nacional, mas não o propósito, entender este uso do território brasileiro, esta indústria contraditória, que se modernizava, se tecnologizava, mas que mantinha o pé no atraso, nas relações sociais de produção, nos modos de obtenção da matéria-prima.

Tanto em um como no outro a ideia era esta: entender a nossa sociedade do ponto de vista da Geografia, desvendar as nossas contradições. O ponto de vista era o do geógrafo que era, mas isso não prescindia de uma base teórica de história, economia, filosofia, sociologia, que ele construiu com muita competência, algum sofrimento também, mas que era própria dele e se materializava na sua imensa biblioteca!

Também tinha muito interesse em interpretar esta cidade, a sociedade riograndina que via também como um microcosmos do Brasil, cheia das modernidades do Porto e dos Terminais portuários e tão desigual com a permanência das relações sociais "atrasadas" da dominação da pesca artesanal. Mas também ele via possibilidades, vida, nos pescadores e pescadoras, no proletariado rio-grandino (e por isso ele era torcedor do Riograndense, o clube operário ele dizia), nos movimentos sociais.

Nos 36 anos que convivi com o César foram incontáveis as conversas, os almoços, as jantas, as mesas de bar, as madrugadas conversando, resolvendo os problemas da Geografia e do mundo. Muitas vezes ainda me pego pensando em "o que o César diria sobre isso", especialmente pelo momento que estamos passando de ascensão da ultradireita e das possibilidades reais dela retornar ao poder. Também das mudanças que estão ocorrendo na academia, nas ciências humanas, na Geografia. Ele já tinha algumas opiniões, mas não teve tempo de explaná-las.

César, o cabeludo do Lar Gaúcho, com certeza, deixa saudades e faz muita falta!

Rio Grande (RS), setembro 2024.

Meu Caro César

Luiz Fernando Mazzini Fontoura¹

Creio que tivemos um rápido contato no dia que saiu o resultado do concurso da Furg em janeiro de 1989. Nos cumprimentamos pelos primeiros lugares, César em Geografia do Brasil, eu, em Geografia Humana.

Voltamos a nos encontrar no primeiro dia de trabalho, já como contratados pela Furg, e nos colocaram, nós dois mais Gisele e Marcelo, em um grande laboratório com as mesas voltadas para a parede. E assim permanecemos durante um bom tempo. Creio que o Marcelo sugeriu que poderíamos virar as mesas e ficar de frente. Daí começamos a falar um pouco de cada um de nós. Os três já se conheciam do curso de Geografia da Furg, eu era o estrangeiro em terras papa-areia. E assim ensaiamos um pouco de trajetória de vida e perspectivas dentro da carreira universitária.

Ao final do primeiro dia de expediente, fim de tarde, César me perguntou o que eu ia fazer. Eu lhe respondi que nada! Então me convidou se eu topava comer um legítimo bolinho de peixe rio-grandino o Bar Ao Magrão. O nome se referia ao filho do dono, esposo da senhora que fazia a maravilha gastronômica. Topei! Feliz! Ao entrar no ônibus cruzamos pela Luísa, sua companheira, a que fui apresentado, e servindo de álibi para irmos ao bar, nos despedimos rindo, como quem previsse que esta cena se repetiria inúmeras vezes, assim, tipo $n+1$ vezes!

No cardápio, além dos bolinhos maravilhosos, cerveja (não me lembro, mas naquela época boteco bom servia Kaiser, e no inverno Kaiser Bock) e muita geografia, currículo do curso – começamos bem, vamos mudar o currículo do curso – mestrado e leituras de Milton Santos, e aluguel de inverno na Praia do Cassino, mas daí tem que sair no verão ou pagar o aluguel de veraneio, tarefa quase impossível com o pequeno salário que iríamos receber no fim do mês por serviços prestados como Professor Auxiliar I.

Desde o nosso primeiro encontro ficou patente o compromisso com a Geografia de uma forma geral. Tanto do ponto de vista da ciência como do curso. César manifestava um comprometimento seríssimo com estas duas vertentes. Isso ficou claro na primeira

¹ Professor no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

reunião do Geolab – o Laboratório de Geografia – o “Departamento de Geografia” na estrutura do Departamento de Geociências. O outro se chamava Log, o Laboratório de Geologia. Este dava suporte geológico para a Geologia Marinha, do Curso de Oceanografia, a “menina dos olhos” da Furg. Daí já viu né, a sombra que isso fazia. Tinha época que não se via o Sol para a gente, era só o curso de Oceano. Depois sabendo lidar, dava para pegar umas caronas com eles(as).

Em nossa primeira reunião do Geolab mostrou que a mudança vinha para ficar. Questões que eram levantadas e tidas como certas entre os colegas mais antigos, passaram a ter três abstenções, César, Jeca (o representante discente) e eu. Nos olhávamos e... abstenção! Estas começaram a se tornar votos contra e em seguida votos contra com argumento. Assim começou a cimentar uma militância conjunta que se estendia até a Aprofurg, a nossa Associação. Não foram poucas as peleias travadas! E como não tínhamos telefone nas casas alugadas por temporada de inverno, muitas vezes nos encontrávamos no final da manhã, de bicicleta, para um mate e acertar a pauta das discussões da tarde, ora na casa de um, ora na casa do outro, com a presença dos cachorros Gardel, Wolverine e Bonovox, que participavam ativamente.

O curso de Geografia que encontramos estava, digamos, acomodado. A expectativa de boa parte dos alunos e alunas era obter um diploma que valorizassem suas carreiras no magistério. Entramos nas vagas da ampliação do oferecimento do novo curso de Bacharelado em Geografia. Mas queríamos muito mais. Formar discentes capazes de ingressar em cursos de mestrado fora do estado, tivessem uma perspectiva mais ampla daquela oferecida até então. Quando foi proposto o trabalho de conclusão de curso para a licenciatura houve uma revolta no alunado, e alguns professores também. Eu era chamado, nestas ocasiões, de estrangeiro, não sabia como a banda tocava lá (no Rio Grande!), este tipo de coisa só valia em Porto Alegre. Mas o César, coitado, sofria muito mais, pois era Rio-grandino da gema, do Lar Gaúcho: como explicar aquele comportamento forâneo? No começo, quando éramos os dois não foi fácil. Depois somaram-se Susana (Suca), Paulinho, Rossana, Solismar, entre outros e outras, e de outros departamentos que vieram dar apoio nas disciplinas oferecidas. Como o inesquecível Vitor Hugo, filosofando nos mares geográficos. Final da década de 1990 já tínhamos dignos e dignas representantes da Geografia furguiana aprovados nos cursos

de Pós-Graduação em Geografia na UFRGS, UFSC, USP, UFRJ, espalhados pelo Brasil. Foi duro, mas foi.

Sobre o estrangeirismo, desde logo, não apenas pelo episódio do Ao Magrão, mas César e Luísa nos acolheram como pessoas da família. Passeava com eles de bicicleta pelo Cassino, com a Natália ainda muito criança, para conhecer os lugares bacanas, que eram tantos, que a mocinha às vezes dormia na carona da bicicleta. Aniversários, churrascos, passeios, diminuíram a distância da diferença de idade e de vivência que nos separava, nos tornando próximos até o último momento. Nunca deixamos de nos falar, de se ver sempre que possível, de arrumar uma desculpa qualquer para poder se ver e conversar. Nem sempre foi um mar de rosas, é claro! Mas uma grande amizade se constrói com o tempo, e pela superação das discordâncias, pelo número infindável de vezes em que foi bom ter convivido, pela conclusão de que vale a pena ter vivido aquelas experiências de trocar ideias, de se ver, de se abraçar!

Não posso deixar de trazer aqui um primeiro de maio, em 1990, em que fomos César, Luísa, Natália, Carmen e eu. Fomos fazer um piquenique nas quebradas do Recanto dos Coswig. Fogo feito, mate em punho, fizemos uns “choripans” para acompanhar as delícias do lugar. César com o joelho imobilizado, como muitas vezes aconteceu, era sem dúvida o seu ponto mais fraco! Pelo resto de nossas vidas nos cumprimentávamos no dia primeiro de maio, não importa onde estivéssemos: pelo meio da manhã, tocava o telefone, era o César saudando o Dia do Trabalho. E assim se passaram muitos anos. César dizia que eramos pagos com a mais-valia social para sentamos a bunda em uma cadeira e estudar. Depois viria o resto, mas estudar sempre! Esse era o nosso trabalho: estudar!

Quando César passava por Porto Alegre, e das muitas vezes que esteve, não tinha vez que não trouxesse uma latinha de sardinha ou outro pescado e dizia: aqui está a proteína animal, a menos de um dólar! Aliás, as latinhas de sardinhas de Lisboa encantaram o meu velho amigo, que contava histórias de uma senhora que enrolava as latinhas em papel personalizado.

Rótulos em geral encantavam o César. Os de cerveja traziam toda uma geografia de onde eram feitas e o tipo de colonização. O modo de fazer as cervejas caracterizavam as pessoas e os lugares onde eram produzidas.

Já as de cachaça tem uma historietta prá contar. Eu pouco conhecia as cachaças do centro do país, mineiras principalmente, daí não apreciava muito. Quando César foi para o mestrado em São Paulo, alugou um apartamento em Pinheiros, perto do largo de mesmo nome. Em uma estada fui visitá-lo e César foi me mostrar os rótulos das cachaças que ele havia descoberto no mercado próximo. Prá quê, ao som da banda King Crimson – que ele havia comprado vários discos usados, pois era época se desfazer dos vinis – provamos toda a coleção, e eu saí de lá trocando as pernas literalmente! Bah! Foi demais!

Música e tragos dariam para escrever um livro de crônicas de nossas aventuras. E foi assim até o final. Na data de seu último aniversário, enviei uma mensagem de parabéns e nosso último papo foi sobre as bandas alemãs e a Kraftwerk. O movimento Krautrock não pude te mostrar, cada banda legal e não poderemos curtir juntos. Tinha a ver com o pós- guerra, tinha a ver com o rock inglês depois da Thatcher, mas isto ficará para depois, bem depois!

Foste nosso mais assíduo hóspede, que calçava os chinelos que trazia na bagagem ao entrar em casa. E aí está uma outra ideia de infinito, a falta de uma pessoa querida, da infinita saudade!

Abraço meu amigo, abraço meu Caro César!

Carta para César

Solismar Fraga Martins¹

Não é nada simples resumir em algumas laudas a convivência com um amigo e colega de trabalho no qual compartilhamos muitas experiências de vida e profissional por mais de 30 anos. Quando convidado para escrever este texto, mencionei ao Luiz Fernando que minhas primeiras convivências com o César não tinham sido das melhores, como relatado por ele e pelo Paulinho na relação de amizade construída. Na verdade, nosso primeiro contato se deu ainda no 2º Grau do Colégio Getúlio Vargas. Este colégio público alugava o andar superior do Colégio Marista São Francisco no centro do Rio Grande ainda no começo dos anos de 1980. Naquela época dois adolescentes que nem se conheciam ou tinham alguma proximidade, diferentemente da amizade que tinha com seu irmão, Paulo Henrique, no qual éramos mais próximos. Os irmãos Ávila Martins estudavam em séries diferentes e participavam de grupos distintos no ambiente escolar, o que não facilitava alguma aproximação com o César. Acredito que nosso primeiro contato foi curioso, já que naquela época eu já apresentava problemas de obesidade e como bom adolescente fazia umas dietas malucas. A Educação Física era ofertada no contra turno na parte da manhã e como fui mal alimentado para esta atividade acabei por desmaiar durante os exercícios. Nesta atividade era comum ou o grupo ser masculino ou o grupo ser feminino embora houvesse mescla entre turmas e séries. Após a minha queda fizeram alguma coisa que não recordo e quando acordei a primeira pessoa que visualizei na minha frente era um magrão de calção e camiseta com as mãos na cintura (tipo em forma de açucareiro) perguntando se eu estava bem. E eu ainda ruim da tontura e queda disse que acreditava que sim. Este foi nosso primeiro contato quando descobri depois que aquele era o irmão do Paulo Henrique. Outra lembrança da época foi quando Paulo Henrique me informou que o irmão tinha se formado no segundo grau e tinha entrado no Curso de Geografia da FURG. Na época perguntei se era para atuar como professor em escolas e ele respondeu que sim.

¹ Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande e Professor no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande

Pouco tempo depois estava eu ingressando também no Curso de Geografia, ele na turma de 1983 e eu na turma de 1985. Não tivemos muito contato na época da graduação. Após formados cada um buscou seu espaço de trabalho seja em escolas públicas ou privadas. Na FURG César ingressou em 1989 como concursado e eu obtive um contrato como substituto, sob convite, para ministrar Cartografia durante esse ano. Já em 1991, juntamente com a Susana, ingressamos como professores permanentes, pois foram duas vagas abertas para o mesmo concurso. A banca era composta pelas nossas ex professoras Augusta Pereira e Susana Salum Rangel e o jovem professor César Martins. No correr da década de 1990 César cursou seu mestrado na USP e eu na FURG e durante praticamente a década de 1990 mantínhamos certa distância pois a relação não era um primor embora fosse melhorando durante o decorrer deste período. Em função da filha pequena e doença na família adiei meu afastamento para doutorado no qual tinha direito e nisto Marcelo, Luiz Fernando, Dário, Susana e Paulinho já se encontravam afastados. Ficamos nós os dois tocando o barco da Geografia Humana e alguns substitutos além dos professores da Geografia Física que eram poucos. Já no ano de 2000 ele ingressou no doutorado da UFSC na primeira turma e eu na segunda turma no mesmo programa de pós-graduação. Ambos morávamos no mesmo bairro, Itacorubi, lugar aprazível junto a um morro a caminho da Lagoa da Conceição. Hoje tomado pela verticalização, mas na época não era assim. Neste período já tínhamos uma relação bem mais amistosa até porque fui eu quem o substitui na coordenação da graduação para que ele pudesse sair para o doutorado um ano antes. Lá cursamos disciplinas juntos e nos visitávamos algumas vezes. Em outras eu reunia um pequeno grupo da UFSC no salão do prédio em que morava em almoços de domingo onde César também era convidado. Na época meus filhos, Camila com seis anos e Eduardo com três adoravam as brincadeiras que o César propunha quando aparecia por lá, já que os demais não eram muito afeitos com brincadeiras de criança.

Após o regresso à FURG, o César em 2002 ou 2003 e eu em 2004, fomos convidados pelo Paulinho para fazer parte do Núcleo de Análises Urbanas, juntamente com a Susana e a Ivana. Logo em seguida num café de final de tarde no Centro de Convivência organizamos o evento permanente “Quintas Urbanas”, no qual gentilmente propuseram que eu apresentasse a minha tese como a primeira palestra daquele evento. Anos mais tarde foi constituído o PPGGeo e muitas brigas internas no âmbito do

programa ocorreram, mas neste momento eu e César já nos alinhávamos do mesmo lado e isto nos aproximou. Em 2007 Luiz Fernando e Paulinho já se encontravam na UFRGS e esta aproximação entre nós foi aumentando juntamente com Susana que sempre foi amiga de ambos. Após assumir a coordenação do PPGGeo em 2010, permaneci neste cargo por dez anos, apenas interrompido pelo período de pós-doc em 2018. César sempre esteve presente em todas as atividades do programa e me auxiliou muito no período. Certamente a pessoa que mais atuou não só como coordenador adjunto, juntamente com a Jussara, mas que se interessava por tudo que dissesse respeito ao programa. Nisto já tínhamos ultrapassado a relação simplesmente de colega de trabalho e juntamente com a Susana tocávamos o NAU com eventos, orientações e pesquisas tanto na graduação quanto na pós-graduação. Nesta década do ano de 2008 até minha ida para o pós-doc em 2018 conversávamos muito, pois a coordenação do mestrado já no novo prédio do ICHI ele ia “assinar o ponto”, como eu dizia. No meio da tarde era certo que ele saia da sala de permanência do Pavilhão Seis e sempre passava na sala da coordenação da pós para conversar. A pauta ia de questões familiares a questões de trabalho e muitas outras coisas. Foram muitas conversas assim como tínhamos convivência em muitos finais de semana fora da universidade juntamente com Alice, Susana e Rossana e outros estudantes e professores.

Nas bancas de TCC e de mestrado quando sugeria aos meus orientandos convidá-lo para participar como membro muitos diziam que não, pois tinham medo devido a sua postura mais rígida e o rigor teórico e metodológico exigido. O que eu alegava aos orientandos é que o César era muito mais camarada nas bancas com os avaliados do que muitos docentes mais “bonzinhos” e que se tornavam mais rigorosos em bancas de avaliação. César podia destruir em argumentações um trabalho caso este estivesse ruim, mas colocava o braço por cima do graduando ou mestrando e o convidava para tomar um café pois todo aquele rigor não era pessoal e sim acadêmico.

No começo da década de 2020 veio a pandemia, a aposentadoria da Susana e a partida do César para outro plano. Coube a mim tocar o NAU sozinho naquele momento em meio a uma pandemia e onde após o retorno das atividades presenciais da FURG no final de 2021, apenas o NAU encontrava-se ainda no Pavilhão Seis e permaneceu por lá ainda por um ano e meio. O Seis foi um pavilhão histórico para Geografia no qual ele sempre defendeu nossa permanência naquele prédio. Aquele velho espaço estava e está

carregado de recordações materiais e memórias como resultado do trabalho de um grupo de professores que se dedicaram durante décadas para a Geografia da FURG. Me aconselharam que desistisse do NAU pois as coisas não seriam mais como antes e em parte é verdade, no entanto, as coisas se renovam e hoje o NAUC incorpora, além da Geografia de População e Urbana, elementos da Geografia Cultural e será a Juliana Franz que irá dar prosseguimento ao grupo de pesquisa iniciado em 2003 a partir do ano que vem. Relato tudo isto como recordação daquilo que foi feito e compartilhado por um grupo de professores que sempre buscou o melhor para os cursos de Geografia da FURG.

Duas marcas importantes do César para mim é que sempre foi alguém que viveu no tempo presente, nem no passado e nem no futuro. E outra de sua personalidade que ele mesmo gostava de dizer era que costumava se arrepender do que fez, mas dificilmente do que deixou de fazer.

Para terminar, em 2018 quando cheguei a Portugal fui me apropriando da cultura, da música e do modo de ser deles e nisto conheci muitas e belas canções totalmente desconhecidas no Brasil. Um mês e meio depois de estar lá meu pai faleceu aqui em Rio Grande e não pude vir e me despedir dele como deveria e a música Chuva, de Jorge Fernando serviu de alento para aquele momento triste. Trata-se de um fado moderno que apresenta uma bela melodia, mas também uma letra que traz em sua poesia a saudade e a melancolia da partida de pessoas que gostamos. Apresenta algo muito caro da Língua Portuguesa que é a palavra saudade. Me despeço recitando Jorge Fernando através de parte de sua obra denominada de “Chuva”.

As coisas vulgares que há na vida não deixam saudade

Só as lembranças que doem ou fazem sorrir

Há gente que fica na história da história da gente

E outras de quem nem o nome lembramos ouvir

São emoções que dão vida à saudade que trago

Aquelas que tivemos contigo e acabamos por perder

Há dias que marcam a alma e a vida da gente

E aquele em que tu nos deixaste não podemos esquecer

(...)

PARA CASIMIRO – NOS LEVEM COM CARINHO, AREIAS DO TEMPO

Nelson Rego¹

1951, o rapaz desembarca do ônibus, está diante da linha de silhuetas dos arranha-céus. Ainda ontem ele caminhava nas estradinhas de terra nos campos de todos os dias, avistando lagoas e banhados. Neste momento, Casimiro não sabe que, em breve, irá trabalhar no maior de todos esses prédios no Centro de Porto Alegre, que os jornais locais descrevem, com orgulho provinciano, como de perfil nova-iorquino. Aos 18 anos, ele veio completar o ginasial, o que, nos termos de hoje, equivaleria completar os últimos anos da educação básica. Ele veio estudar e ao mesmo tempo cumprir o serviço militar. Ele não sabe o que acontecerá, mas será que já não traz consigo a intuição de que sua vida está para se tornar estrada longa do aprender e do ensinar?

O jovem adulto cursará o chamado Artigo 91, no Colégio Júlio de Castilhos, o que lhe possibilitará concluir o ginasial em tempo mais curto que o necessário no ensino regular. Ele fará prova e será admitido no antigo Banco Agrícola Mercantil e ali trabalhará nos próximos nove anos. Em grande parte desse tempo, seu local de trabalho será nos primeiros andares do ainda hoje mais alto arranha-céu de Porto Alegre, o Santa Cruz, na Rua da Praia, que, todos sabem, só tem praia no nome e nas histórias contidas nos livros expostos nas prateleiras das livrarias ao longo da rua.

Esses contrastes me parecem bons símbolos para a história que ouço de Casimiro. A trajetória que liga a planície interiorana à cidade com fantasia de Nova York. Os andares próximos da calçada no arranha-céu mais alto. A rua que tem praia somente na imaginação. Hoje, esses movimentos são como que símbolos retrospectivos para a história de Casimiro, que sempre foi leitor atento do diálogo entre as realidades dentro das cabeças e a que está “lá fora”. Mas não vamos pular no tempo. Vamos voltar para a sequência onde estávamos.

No tempo das construções da vida após o desembarque, ele trabalhará e prosseguirá estudando. Depois do Artigo 91, cursará o ensino médio e profissionalizante

¹ Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

na Escola Técnica de Comércio Farroupilha. Subirá degraus no Banco Agrícola Mercantil. Após a Escola Técnica de Comércio, ingressará no Curso de Especialização em Comunicação na Primeira Companhia de Guardas do Exército, e sairá do curso com o diploma que o credencia, entre outras habilidades, a transmitir e decodificar mensagens em Código Morse. Sim, é isso mesmo, não se trata de engano de escrita neste breve texto biográfico. Poucos anos antes, os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira haviam lutado na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Se houver outra, Casimiro poderá ser convocado para as comunicações.

Um pouco de seu cotidiano porto-alegrense: ele mora na Vila do IAPI, desloca-se de bonde para o trabalho no centro da cidade. À noite, de volta à casa, escuta no rádio de válvulas as bandinhas alemãs, famosas no Vale dos Sinos e que o remetem a lembranças de sua infância e a reminiscências sobre a sua origem, afinal, um de seus sobrenomes é Jacobs.

Felizmente sua vontade de estudar pôde continuar, sem interrupções, na estrada. Agora, na mudança da década para a seguinte, ele ingressa no ensino superior e passa a conciliar suas jornadas de bancário com as aulas do Curso de Especialização em Geografia Humana, organizado pelo MEC e oferecido na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universo de conteúdos, de métodos, de pedagogias e, sobretudo, de pessoas, se abrirá para Casimiro. Dois nomes, entre os vários que permanecerão em sua memória, simbolizam esse tempo de crescimento: um professor e um colega estudante. O professor é o emérito Clóvis Vergara, que viria a dar nome para a escola Técnica de Comércio da UFRGS, núcleo do futuro Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. O outro, o colega estudante, se tornará amigo para sempre e está aqui conosco e junto ao professor Casimiro Medeiros Jacobs, nesta homenagem ao cinquentenário da AGB Porto Alegre, o professor Gervásio Rodrigo Neves.

Em 1959, Casimiro e seu amigo Gervásio ingressam no Curso de Geografia da UFRGS. Casimiro se formará em Bacharelado e Licenciatura e, entre as muitas recordações, encontram-se as aulas de Geomorfologia e de Geografia do Brasil com o professor Aziz Ab'Saber. Num trabalho de campo, Ab'Saber dirá a Casimiro – “Você tem facilidade para transitar no mundo humano.” – a sentença proferida pelo grande professor ficará soando como um vaticínio para o então estudante.

O tempo flui, um ciclo se fecha, outro inicia. O tempo de bancário termina porque outro se apresenta. Quando pergunto para Casimiro quais as primeiras lembranças que emergem do tempo de bancário, ele responde de imediato, sem precisar sequer de um segundo para pensar: o contato com os clientes na carteira de cauções. Ele mergulhava no perguntar e escutar, no compreender necessidades, objetivos, dificuldades, examinar alternativas e mais uma vez perguntar, escutar, compreender, pensar alternativas. Eu vislumbro que era o futuro mestre de gerações de estudantes universitários que já naquele tempo se ensaiava, na carteira de cauções mercantis.

O novo ciclo que se abriu foi o convite apresentado a Casimiro pelo professor. Casimiro pelo professor Clóvis Vergara: ministrar aulas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Casimiro sente o impacto que junta desejo e temor, a correnteza o desafia a nela entrar. Ele se lança ao rio. É como se estivesse de novo diante do perfil dos arranha-céus, desembarcado do ônibus que o trouxe da planície dos banhados.

Etimologicamente, recordar significa passar de novo pelo coração. É o que acontece quando Casimiro recorda a entrevista com os dois jesuítas que o recebem no casarão da antiga sede da Unisinos em São Leopoldo. A entrevista é o início de quarenta e dois anos de docência na instituição. Sua primeira sala de aula, como professor, será na disciplina de Geografia Econômica, na Faculdade de Economia, e nas quatro décadas seguintes ele percorrerá disciplinas várias na Pedagogia, nas Ciências Sociais e, em especial, na formação de professores de Geografia.

Há um aspecto que o faz pensar e que o acompanhará no tempo. Ele rapidamente se torna um professor, digamos, disruptivo. O usual é que o professor faça das aulas um processo integralmente expositivo e, de preferência, enquanto fala, escrevendo no quadro resumos e esquemas a serem copiados acerca do conteúdo abordado. O bom professor é o que articula didaticamente a exposição oral com a escrita no quadro. Contudo, Casimiro passa a fazer diferente. Ele não deixa de expor, mas a compacta exposição é para introduzir perguntas e as perguntas são para colocar estudantes em movimento de pesquisa, de enunciação de interesses e de novas perguntas. Momentos expositivos se intercambiam com novas atividades em sala de aula. Os alunos, individualmente ou em grupos, vão construindo autonomia no caminho de formular perguntas e respostas, respostas e perguntas. Isso encontra fundamentação em livros de pedagogia que surgiam na época, porém, é novidade que causa estranhamento

quando praticada – Casimiro se pergunta quando o mandarão embora. Mas não é o que acontece. Ao contrário, Casimiro recebe muitos convites para lecionar, as turmas de estudantes ouvem falar do novo professor e querem aprender com ele.

Num tempo em que o acesso às informações se amplia e simultaneamente novos conteúdos se multiplicam em aceleração nunca vista, ele está entre os pioneiros que compreendem e ousam colocar em prática o princípio de que vale mais é o construir dialogicamente perspectivas para o que fazer com a maré e não o afogar-se em dados.

Ele une a vivência docente no ensino superior com experiências no ensino escolar: os colégios Dom Diogo de Souza, Farroupilha, Israelita e o Colégio de Aplicação, da UFRGS, estão na memória de Casimiro como lugares onde ele adquiriu aprendizagens profissionais e humanas, e reciprocamente deixou algo de seu afeto e conhecimento para colegas e muitos alunos.

Cada lugar é ponte possível para novos desafios quando o trabalho é feito com envolvimento. Passa mais um tempo e eis Casimiro a ministrar cursos de extensão de Geografia e Metodologia no IBGE, no Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica de lá. Ele, que há duas décadas chegou a Porto Alegre, aos dezoito anos, para concluir o curso ginasial.

Agora Casimiro viaja com frequência ao centro do país para ensinar e aprender. Ele quer sempre saber o que está sendo acrescentado no conhecimento em Geografia por Livia de Oliveira e Antonio Christofolletti. E não perde oportunidades para se matricular em cursos de extensão em Filosofia e Epistemologia, sobretudo na Universidade Estadual de Campinas. Conforme as suas palavras, Casimiro buscava o inacabamento.

O período brasileiro é de exaltação do conhecimento técnico, só que Casimiro desenvolve atenção para o sentido oposto, resistência contra a monocultura das ideias dominantes e contra o apagamento das diferenças e da mais básica noção de felicidade, de saúde mental.

Ao lado das aulas na Unisinos, tornou-se professor no Departamento de Geografia da UFRGS. Ele e seu amigo Gervásio marcarão, nas décadas de 70 e 80, os estudantes que se formam no prédio lembrado com saudade, na Rua General Vitorino, no centro da cidade que um dia se apresentara como o desafio que convidava e assombrava.

É tempo de novas viagens. Casimiro e Gervásio frequentam as assembleias nacionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que hoje chamamos por Associação das Geógrafas e dos Geógrafos Brasileiros. As assembleias eram encontros que explanavam e discutiam temas e enveredavam pelo Brasil em longos trabalhos de campo. Em 1972, a associação decide dar novo nome para o evento periódico, que passa a ter caráter ampliado: é realizado na cidade de Presidente Prudente o Primeiro Encontro Nacional de Geógrafos, hoje, Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos.

E agora é o momento de revelar para a AGB Porto Alegre algo que até hoje ignorávamos sobre a Seção: o início foi com uma história de amor. Casimiro me autorizou a contá-la. No Encontro em Presidente Prudente, ele conheceu a professora Iara Marinho, a afinidade foi instantânea. Afinidade tão especial que, em vez de acompanharem os trabalhos de campo promovidos pelo ENG, Iara e Casimiro decidiram fazer um por conta própria, indo de carro, por ela dirigido, até Ponta Porã, onde a noite no cassino permanecerá nas recordações. A conversa no retorno une assuntos das vidas com a Geografia e, em algum ponto na estrada, Iara planta em Casimiro a semente para a futura AGB Porto Alegre. Ela o estimula a criar a Seção e o enamorado contará com o seu apoio para levar a ideia adiante. Em momentos posteriores, Iara contará com a ajuda de Rosa Ester Rossini e José Bueno Conti para consolidar, em Casimiro, a vontade de criar a AGB Porto Alegre.

Iara enviará por correio para o caloroso e especial amigo o regimento e as instruções necessárias para criar uma seção local. O entusiasmo de Casimiro com a ideia e o afeto por Iara fará a AGB Porto Alegre surgir no ano seguinte e ele constará na sua ata de fundação ao lado do amigo Gervásio e dos colegas Gilberto Lazare da Rocha, Olga Maria Schild Becker, Gisela Copstein e José Alberto Moreno – a primeira equipe de diretoria da AGB Porto Alegre, com sede na sala de número 16 no prédio do Instituto de Geociências, na Rua General Vitorino.

O nascimento da AGB Porto Alegre era inevitável, se não em 1973, em algum ano subsequente. A Geografia crescia no Brasil e Porto Alegre não ficaria à margem do movimento. Mas surgiu não depois e sim antes por efeito dessa história de amizade e namoro acontecida e renovada nos ENGs que se seguiram. É como dirá um dos lemas posteriormente formulados ao longo do tempo para definir o ENG: o Encontro é para os encontristas.

Estamos agora nos primeiros anos da década de 80. Um pequeno grupo de estudantes costuma se reunir com Casimiro na mesma sala que foi a primeira sede da AGB Porto Alegre. Casimiro foi o diretor da Seção nos sete primeiros anos, foram concebidos nessa sala os cursos que realizaram antecipadamente a prática daquilo que hoje se chama de formação continuada para professores. Iniciaram-se igualmente ali os trabalhos de edições das publicações que se condensaram mais tarde no Boletim Gaúcho de Geografia. A AGB se mudou para outra sede, ela está ampliando seu campo de atuação, continuará crescendo nos próximos anos e três pessoas muito representativas dos novos tempos estão também presentes nas homenagens que recordam os anos iniciais destes cinquenta que fazem a história da AGB Porto Alegre – Anelisa Damiani, Carmem Marília Machado Franco e Neiva Otero Schäffer.

Anelisa, Carmem, Neiva e Gervásio estarão presentes nas falas de outras pessoas agebeanas nestas homenagens. No momento, estamos na sala 16 do prédio na Rua General Vitorino, nos primeiros anos da década de 80.

Um grupo de estudantes discute textos de natureza teórica e metodológica, estou entre eles. Somos incentivados pelas mediações de Casimiro e há aspectos que compreenderemos melhor somente no futuro. No momento, o mestre nos coloca em contato com esses novos caminhos.

A década que passou foi de febre quantitativa. Em nossos estudos e debates, identificamos forte dose de alienação na febre. A onda quantitativa tem ecos do milagre econômico, que já se pulverizou, e da ditadura militar, que está prestes a findar. Na febre quantitativa, as pessoas reais sumiram nos modelos teóricos e na exaltação da abordagem dita científica a eles associada. Onde estão as classes sociais, o gênero e a cor da pele nos modelos abstratos que normatizam como o Estado a serviço de grandes capitais privados deve gerir o espaço geográfico?

Casimiro, outra vez à frente, permite e incentiva que esses estudantes reunidos na sala leiam e discutam os textos críticos que circulam no centro do país e tardam chegar ao conservador Sul. Seu entusiasmo teórico e prático está direcionado, na verdade, para outra direção – para a fenomenologia. Mas acima do caminho para o qual desenvolve a sua particular paixão, ele coloca a abertura de caminhos para todos, algo raro naquele tempo, raro ainda hoje. Nós, os estudantes, somos todos acolhidos por Casimiro, em nossas diferenças. Sabemos que podemos criticar abertamente as ideias que o

mobilizam, confrontar as suas com as nossas ideias preferidas, e isso não sem alguma dose de arrogância juvenil de nossa parte. Por essa liberdade de pensamento com que ele nos recebe e respeita, mais ainda cresce a admiração que temos pelo mestre. Seu exemplo vai, aos poucos, nos formando. Assim, debatemos o Marx que tanto queríamos. E debatemos o Merleau-Ponty que Casimiro trazia ao nosso conhecimento. Hoje, os estudantes estudariam o decolonial na sala de aula com Casimiro. Ele permaneceria receptivo aos novos anseios e, com coerência, continuaria entusiasmado na sua enraizada paixão pela fenomenologia.

Coerência. A fenomenologia pede o sensível, e Casimiro o trazia muitas vezes nos falando, coerentemente, de suas próprias lembranças na planície dos campos, das lagoas e dos banhados.

E assim estamos de volta àquele dia em que o rapaz de vinte e dois anos está diante dos arranha-céus, ele veio para concluir o curso ginasial. De qual lugar Casimiro veio?

Ele veio da escola primária onde a professora lhe puxou com tanta força a orelha que rasgou a carne e deixou a falha. Casimiro, em certos dias, continua até hoje a sentir comichão no pedacinho fantasma em seu corpo. Era uma boa professora, segundo os critérios da pequena comunidade rural, afeita aos conteúdos curriculares e à disciplina.

Ele cresce na beirada norte da Lagoa dos Quadros, na pequena localidade de Cornélios, no interior do Município de Terra de Areia, na época, incluso no município maior de Osório.

Ele cresce e sabe que não tem habilidades nem pendor para a marcação e castração do gado. Rapazinho, ele fará as ordenhas e entregará os litros de leite diariamente no núcleo litorâneo de Capão da Canoa, cumprindo contrato entre o pai e os dez ou doze clientes de casas praieiras.

A essas alturas, Casimiro sente qual o seu pendor, mas não sabe o que fará na vida. Sabe que a vontade se relaciona à memória afetiva de outra professora, Nair Amafalda de Freitas, que ele estimou no Grupo Escolar General Osório, onde, adolescente, enfim concluiu o primário, o que o habilita a pensar em ingressar, algum dia, no curso ginasial.

Apenas com o primário feito, ele se faz professor rural aos dezessete anos, professor alfabetizador e de todas as matérias dos anos iniciais, para crianças e

adolescentes que variam da pouca idade a idades iguais à do jovem professor. Todos juntos, na Tapera dos Quadros, sob o mesmo grande teto de madeira ou sob a copa da árvore, à beira da lagoa, conforme o dia. Serão reabastecidos de energia pelos pães e tortas que a senhora da fazenda, Marina Dihel, lhes prepara.

Aos vinte e dois anos ele desembarca do ônibus. Está diante dos arranha-céus. Veio cursar o ginasial e mais não sabe sobre o que será de sua vida. Mas, fenomenologicamente, acho que ele intui, sim, o que irá fazer aqui nas próximas décadas.

Por sua trajetória de sementeiras, nosso respeito, amizade e carinho, nossas homenagens ao professor Casimiro de Medeiros Jacobs, por sua longa e sinuosa estrada desde o tempo de alfabetizador voluntário e, em particular, no meio de seu caminho, por esse outro ato educativo, a fundação da AGB Porto Alegre, há cinquenta anos.

GRATIDÃO

Casimiro Medeiros Jacobs

Depois de todo esse conhecimento e experiências vividas, repleta de significação de cunho agebiano gaúcho, só resta expressar profundamente a minha gratidão ao professor e amigo Nelson Rego, pela beleza evidenciada na literatura e na poética no texto que acabou de construir, e às seguintes instituições e pessoas.

Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): criando uma estrutura fundamental às realizações múltiplas e inerentes aos propósitos nos diferentes níveis institucionais da AGB: no nível de núcleo e da seção regional do Rio Grande do Sul.

Secretaria de Educação: conseguimos a minha cedência de quarenta e quatro (44) horas semanais para operacionalizar as atividades essenciais da estrutura de funcionamento da AGB como um todo.

Professora Aretê Saldanha Vargas, então diretora do Departamento de Assuntos Universitários, que operou de forma fundamental nas dinâmicas dos dois níveis estruturantes em questão.

O processo de operacionalização da AGB foi quase sempre colaborativo no espaço e no tempo do Instituto de Geociências. Era notório o dinamismo e as mudanças do conjunto no espaço/tempo do Instituto de Geociências.

Secretaria da Agricultura: a unidade de Geografia e Cartografia, por meio da iluminada gestão do geógrafo mineiro José Alberto Moreno e de sua equipe de geógrafos(as), foi fundamental durante quase toda a dinâmica dos trabalhos em conjunto com a AGB: tanto em nível de núcleo como na estruturação da seção regional do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Agricultura trabalhou fortemente integrada com a AGB Porto Alegre, dinamizando dialogicamente suas contribuições tanto na esfera do conhecimento com nas experiências vividas no cotidiano da AGB gaúcha, em questões de pesquisa e no processo de correlação entre Geografia e Cartografia, sempre constituindo parte integrante dos debates como um todo.

Minha homenagem e gratidão à geógrafa Iara Maria Marinho da Costa, professora universitária da Universidade Católica de Recife, diretora da Faculdade de Administração situada próxima à cidade de Presidente Prudente, professora e diretora da Casa de Portugal em São Paulo. Minha gratidão pelo cuidado e dedicação com quem ela incentivou e inspirou a criação da AGB no Rio Grande do Sul.

Baseados em nossa experiência vivida no Primeiro Encontro Nacional de Geógrafos, na cidade de Presidente Prudente, realizado em 1972, tomamos a seguinte decisão: visitar uma multiplicidade de lugares para avaliar as diferentes ações territoriais.

Desse modo, visitamos as cidades de Campo Grande e Dourados, no Mato Grosso do Sul, e Ponta Porã e Pedro Juan Caballeros, no Paraguai.

Durante a nossa excursão e baseados nesse movimento de viagens, notando as diferenças de cada lugar, assim como subsidiados pela leitura de documentações existentes sobre a AGB nacional e suas seções regionais, correlacionamos ideias e imaginamos a possibilidade de um núcleo da AGB em Porto Alegre.

Durante as viagens, nosso diálogo concebeu a possibilidade e a estrutura para uma seção da AGB em Porto Alegre, pois nossa conversa girou em torno da criação do núcleo.

Assim, no retorno, tínhamos uma AGB gaúcha imaginada durante nossos trajetos pelos lugares vivenciados por nós.

Finalizando, podemos dizer que em nosso diálogo pelos interiores, sonhamos com uma AGB para Porto Alegre, projetamos a organização inicial que a seção veio a assumir durante essas idas e vindas pelos lugares referenciados.

Gratidão por essa vida, pela interconexão entre pessoas e saberes orientada pela generosidade de tantos.

EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE AS DINÂMICAS DOS PORTAIS EDUCACIONAIS RELACIONADOS À GEOGRAFIA ESCOLAR

Grégory Cardoso Marmacedo Ribeiro¹

Élida Pasini Tonetto²

RESUMO

O uso da Internet no ambiente escolar aumenta ano a ano, logo, é importante analisar o funcionamento dos portais educacionais para compreender suas possibilidades e limites como apoio ao trabalho pedagógico. Portanto, esta pesquisa, resultante de um Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Geografia, teve como objetivo analisar o discurso de portais educacionais que abordam conteúdos de Geografia Escolar. Para tanto, foram utilizados pressupostos metodológicos da pesquisa pós-crítica em educação. A pesquisa aproximou-se de elementos da análise discursiva baseada em Foucault. Foi realizada uma pesquisa sobre termos relacionados à Geografia Escolar nos sites de busca *Google* e *Bing*. Três principais portais de educação foram identificados: Brasil Escola, Toda Matéria e Mundo Educação. A análise de discurso foi baseada em informações presentes nesses portais e nos sites das empresas responsáveis por eles. Através das análises, foi identificado que as empresas que detêm maior poder econômico para investir em seus sites conseguem melhores posições nos buscadores. Ainda, foi observado um processo de apropriação e mercantilização do conhecimento, transformando a educação em mercadoria e não em um direito, evidenciando, assim, a predominância social de um discurso neoliberal. Essa lógica discursiva atinge o campo educacional por diferentes aspectos, aparecendo nesta pesquisa através de uma monetização da educação por meio dos acessos aos conteúdos escolares.

Palavras-chave: Geografia Escolar; Portais Educacionais; Neoliberalismo

1. INTRODUÇÃO

O uso da Internet aumentou entre os jovens brasileiros, segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), confirmando que, nas últimas décadas, houve um crescimento relevante de crianças e adolescentes que se informam pela Internet, cerca de 51% dos conectados assistem ou leem notícias on-line (Cetic.br, 2018). O número de estudantes que estudam pela Internet por conta própria passou de 50% para 69%, entre os anos de 2019 e 2020 (CGI.br, 2021). Quanto ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), é apontado que, após a pandemia de Covid-19, ocorreu uma intensificação no uso dessas tecnologias por toda a sociedade, incluso no campo educacional (CGI.br, 2023). Em virtude disso, é necessário ampliar a compreensão acerca das dinâmicas dos ambientes digitais relacionados à educação.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul - gregory-97@hotmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul - elida.tonetto@ufrgs.br

Nas últimas décadas, projetos políticos difundidos em diferentes países atuaram na promoção de reformas na educação, realizando intervenções nos currículos escolares (Giroto, 2016). Essas mudanças também podem ser observadas em ambientes digitais e estão inseridas em uma ideia de educação voltada para o mercado de trabalho, advindas de um discurso neoliberal. O estudo de Andrade e Oliveira (2022), que teve como objetivo auxiliar os professores na orientação dos alunos sobre pesquisa científica em meio digital, trouxe um alerta sobre a necessidade de compreender como as ferramentas de pesquisa funcionam e os interesses que estão relacionados aos primeiros resultados apresentados nos buscadores.

Dentre os dispositivos de pesquisa existentes, o Google é o mais utilizado pela maioria dos brasileiros (96,95%) (Statcounter, 2023). Isso é, um único buscador de informações é utilizado pela maioria da população, que não é isento do interesse da empresa que o detém. Assim como o buscador Google, também existem outros dispositivos de pesquisa atrelados a empresas, tais corporações, proprietárias de buscadores e outras plataformas, não são zonas neutras, mas sim estão conectadas a uma trama global. Nesse sentido, é importante compreender que:

A operação de um mero mecanismo de busca aloca o resultado em um ordenamento de links conforme critérios que envolvem decisões humanas, portanto, carregadas de valores, noções, saberes e decisões políticas de qual seria a melhor solução para uma escolha algorítmica ou o melhor modo de aprendizado com os dados que receberá (Silveira, 2021, p. 45).

Em virtude disso, é necessário analisar as suas formas de funcionamento, que estão fortemente atreladas a conteúdos publicitários e influenciam nos resultados exibidos (Martins e Madureira, 2012). Portanto, é necessário conhecer os grupos relacionados aos primeiros resultados desses dispositivos de pesquisa, uma vez que estão sendo utilizados por estudantes e professores brasileiros como fonte de informação e estudo.

Diante dessas questões, o objetivo do estudo, resultante de um Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Geografia, foi analisar o discurso de portais de educação que abordam conteúdos de Geografia Escolar. Para isso, foram construídos os seguintes objetivos específicos: 1) identificar quais são os principais portais de educação relacionados aos conteúdos da Geografia Escolar que aparecem nos buscadores mais relevantes; 2) verificar as informações disponíveis sobre esses portais,

identificando quais são os grupos responsáveis por eles; 3) analisar o discurso veiculado por esses portais por meio de uma aproximação da Análise de Discurso de Michel Foucault.

2. Pressupostos Teóricos da Pesquisa

Ao adentrar na investigação, as lentes teóricas expandiram-se para além dos portais educacionais lançaram-se num caminho de desnaturalizar as tecnologias digitais, nesse sentido adotou-se um referencial que problematiza a adesão acrítica às tecnologias, tornando-se fundamental compreender a produção de tecnologias digitais, incluindo aquelas vinculadas à Educação, dentro de um modo de produção capitalista em sua fase neoliberal.

Contudo, o neoliberalismo não pode ser entendido como algo meramente ligado ao aspecto econômico, segundo Dardot e Laval (2014, p. 15), o Neoliberalismo pode ser definido como “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Por exemplo, é possível notar como os diferentes usos da Internet exercem influência na área educacional, podendo ser utilizada como um dispositivo de auxílio ao processo de ensino-aprendizagem, ou apenas como mais uma forma de obter lucratividade e responder a interesses do mercado.

Nesse sentido, entende-se que, ao navegar na Internet, o sujeito tem sua atenção dividida em várias outras atividades, pensadas de modo proposital pelas empresas para a distração e o acesso a inúmeros links, monetizados por elas. Isso se repercute ainda na aprendizagem, pois:

[...] no caso de uma leitura de uma página de texto na web, a internet oferece ao leitor tantos outros estímulos (visuais e auditivos): anúncios nas bordas e entre os textos, links para assuntos relacionados instigando para que sejam clicados (os links geralmente estão grafados em cor diferente do restante do texto, destacando-os), vídeos complementares – que não permitem que o usuário se concentre, apenas responda a seus estímulos, sendo empurrado incessantemente de um link a outro (Lira, Pereira e Fell, 2017, p.126).

Para os autores citados, em um contexto educacional, essas distrações prejudicam o processo de aprendizagem, uma vez que a atenção está dividida entre os conteúdos escolares e os diferentes estímulos dos anúncios. Além disso, a atenção é um

fator importante para que ocorra a consolidação do aprendizado (Lira, Pereira e Fell, 2017).

É possível observar nesses portais a monetização de saberes historicamente construídos pela humanidade. Determinados grupos de empresas, exercem uma espécie de monopólio sobre os enunciados geográficos, se apropriando dos conteúdos de forma a gerar lucratividade por meio dos anúncios. Essa análise não aponta soluções, mas problematiza o fato de os conteúdos escolares serem utilizados nas dinâmicas de mercado. Além disso, observa-se o fato de as empresas terem muitos sites atrelados a elas, uma vez que o potencial das páginas está associado a quantos usuários propensos a publicidade elas atraem. Isso ocorre, pois quanto maior a quantidade de sites mais acessos elas podem ter e, conseqüentemente, aumento da lucratividade com a publicidade.

Existem outras questões que podem ser problematizadas a respeito da temática desta pesquisa, uma delas é a questão da soberania nacional com relação ao próprio conteúdo educacional ofertado através da Internet em território nacional. Sendo assim, também se faz necessário um olhar crítico ao capitalismo na era digital, uma vez que segue sua lógica de acumulação de capital (Peroni et al., 2024). Dessa forma, é preciso ter cuidado com a adesão acrítica à tecnologia e a confiança cega em seus benefícios, pois isso leva ao fetichismo tecnológico, no qual a tecnologia é sempre vista como a solução para todos os problemas. Uma perspectiva analítica permite um afastamento do chamado “solucionismo tecnológico”, no qual a resolução dos problemas só pode ser encontrada por meio de aplicativos, sensores ou ciclos infinitos de retroalimentação, que são sempre geridos por empresas privadas (Morozov, 2018, p. 91). O que é observado na realidade é o avanço de grupos educacionais ligados à tecnologia digital no campo da educação e pouca ou nenhuma melhoria nas condições de trabalho, formação ou remuneração dos profissionais docente (Tonetto, 2017).

Portanto, abordar essas questões em sala de aula pode se fazer interessante para os estudantes, por se tratar de um assunto que está relacionado ao ambiente escolar e ao cotidiano dos alunos, além de possibilitar uma diferente leitura da realidade escolar. Conforme Andrade e Oliveira (2022), uma discussão que vem ganhando espaço no campo educacional é a questão do protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem. Para o desenvolvimento, junto aos alunos, da autonomia e da criticidade,

faz-se importante o uso do cotidiano desses estudantes no processo de ensino aprendizagem. Esse processo ganha novas especificidades no contexto das TDICs, uma vez que novos espaços e técnicas fazem parte do cotidiano escolar.

Nesse contexto, fica evidente a importância de o professor construir, junto aos estudantes, uma capacidade reflexiva que contemple os diferentes aspectos que compõem a sociedade atual. E qual seria a disciplina escolar que melhor pode abordar esses diferentes aspectos que não a Geografia Escolar? Mas, para tal, é fundamental investigar e conhecer o modo como os diferentes conteúdos educacionais são produzidos na Internet, que é o esforço e o escopo deste estudo.

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

O horizonte teórico-metodológico desta pesquisa insere-se nas concepções das pesquisas pós-críticas em educação. Esse tipo de pesquisa possui uma abordagem adaptável, abordando as micropolíticas cotidianas que, por sua vez, são influenciadas por discursos dominantes na nossa sociedade (Meyer e Paraíso, 2012). Alguns estudos, produzidos por pesquisadores da Geografia Escolar, aproximam-se deste modo de pesquisar, destacam-se os estudos de Tonetto (2013 e 2017) sobre as aprendizagens a partir de redes sociais e dispositivos móveis, por se tratar de abordagem teórico-metodológica e temática semelhante.

No interior dos estudos pós-críticos, o estudo aproximou-se da Análise de Discurso de Michel Foucault que, devido ao caráter mutável do pensamento do autor, nos oferece a possibilidade de buscar em suas teorias uma maneira de dar sentido às coisas (Veiga-Neto, 1996). Nessa perspectiva não são aceitas explicações únicas e interpretações fáceis, uma busca pelo sentido único e oculto das coisas. Para isso, é necessário, então, focar apenas no nível de existência das “palavras”, no que está sendo dito. Não existe nada oculto por trás do discurso, o que existe são os enunciados e as relações, que o discurso acaba por colocar em funcionamento (Fischer, 2001).

Ao acionar o conceito foucaultiano de discurso como ferramenta para analisar as práticas discursivas que permeiam os portais de educação que abordam conteúdo direcionados à Geografia Escolar, é necessário destacar que as análises não têm o propósito de verificar a qualidade dos conteúdos abordados por esses portais, tampouco

de fazer um “juízo de valor” quanto à atribuição de palavras escolhidas pelas empresas que os hospedam, mas sim de voltar à atenção para as práticas discursivas que ambientam esse conteúdo.

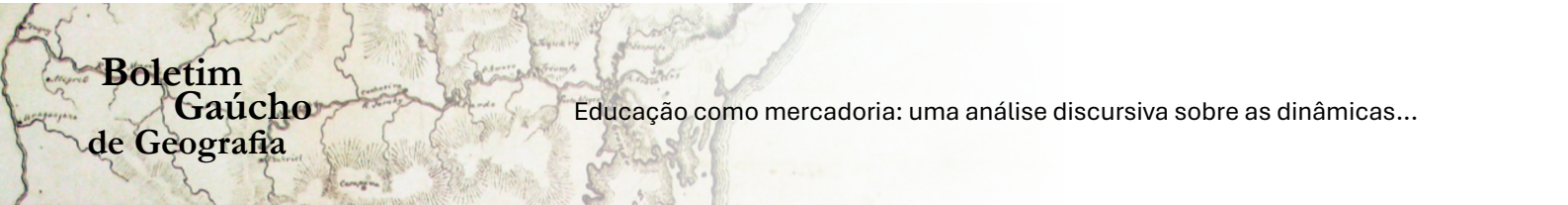
Para Foucault, os conceitos não são únicos e fechados em si mesmos, não sendo possível a compreensão de um conceito isoladamente (Fischer, 2001). Levando em conta o já exposto, sem a ideia de delimitar os conceitos, para esta pesquisa, torna-se importante o entendimento dos conceitos de discurso, enunciado e prática discursiva. O conceito de discurso é apresentado por Foucault de diversas formas, em sua obra denominada “A Arqueologia do Saber”, destaca-se uma delas: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” (Foucault, 2004, p. 132). Já o enunciado não pode ser caracterizado como uma unidade ou um elemento do mesmo gênero da frase, preposição ou ato de fala, não se caracterizando como uma estrutura e sim como uma função que cruza diversas estruturas e unidades, fazendo aparecer conteúdos concretos no tempo e no espaço (Fischer, 2001). Por sua vez, a prática discursiva é entendida como um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no espaço e no tempo e que definem, para uma dada época e sociedade, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 2004).

É importante destacar que o discurso não se trata de uma combinação de palavras ou conjunto de elementos significantes (signos) que se relacionariam a conteúdos (coisas, fenômenos etc.) (Veiga-Neto, 2007). Logo, para Foucault:

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 1986, p. 55).

No contexto da pesquisa, o “mais” pode ser entendido como a relação entre os portais educacionais na Internet, Educação e o Neoliberalismo, que consiste na análise das dinâmicas que envolvem a busca por melhores colocações nos sites de pesquisa, tendo como fio condutor o conteúdo da Geografia Escolar retroalimentada pela Internet.

Ao abordar o objeto de pesquisa, faz-se importante ressaltar que este apresenta variações de nomenclatura, algumas dessas variações são apresentadas por Kubo (2022), sendo elas: site educacional, site educativo e site de pesquisa escolar. Para além desses, também é usado o termo website (Lins, 2021) e Portais de educação ou



educacionais, empregado pelos próprios sites analisados. Dessa forma, as variações de nomenclatura serão tratadas como sinônimos ao abordar o objeto de pesquisa.

Baseado nos pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa pós-críticas em educação e da Análise de Discurso de Michel Foucault, inicialmente foi realizada uma pesquisa sobre os conteúdos de Geografia Escolar – que, na perspectiva adotada também podem ser entendidos como enunciados geográficos. A pesquisa foi realizada nos sites de busca Google e Bing, escolhidos por serem os mais acessados no Brasil (Statcounter, 2023). Os termos de busca utilizados nos buscadores foram definidos com base em conteúdos da Geografia Escolar, os termos utilizados foram: “Formação dos relevos”; “Fusos horários” e “Globalização”. Os termos foram pesquisados individualmente em cada buscador e em diferentes computadores, os cinco primeiros portais que apareceram nos resultados foram selecionados.

Após, foram selecionados os três portais que apareceram com maior frequência. A partir dos resultados, foi possível identificar os três principais portais relacionados aos conteúdos da Geografia Escolar na Internet: Toda Matéria, Brasil Escola e Mundo Educação. Com essas informações, foi possível investigar e descrever as formas de ambientação do conteúdo e os dados sobre as empresas que os administram, em consonância com os objetivos do estudo e com a abordagem teórico-metodológica adotada, na qual a descrição é um procedimento metodológico.

4. NAVEGANDO PELOS PORTAIS EDUCACIONAIS NA INTERNET

Ao longo das análises, navegou-se pelos portais encontrados: Brasil Escola, Toda Matéria e Mundo Educação. Todas as informações analisadas na pesquisa foram retiradas diretamente dos respectivos sites, nas abas “Sobre” e “Quem somos”. Foram identificadas as empresas responsáveis por cada site, sendo a empresa Rede Omnia responsável pelos sites Brasil Escola e Mundo Educação e a empresa 7Graus responsável pelo site Toda Matéria. Os dados disponíveis nos sites desses portais encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1: Dados sobre os Principais Portais de Educação Escolar.

3 Principais Portais de Educação Escolar

<i>Site de Pesquisa</i>	<i>Nome Fantasia</i>	<i>Razão social</i>	<i>CNPJ</i>	<i>País de origem</i>
Toda Matéria	7Graus Lda	7 GRAUS, LDA	17.051.876/0001-60	Portugal
Brasil Escola	Rede Omnia	Omnia Soluções Web Eireli	07.442.830/0001-18	Brasil
Mundo Educação	Rede Omnia	Omnia Soluções Web Eireli	07.442.830/0001-18	Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Todas as informações descritas a seguir foram retiradas da aba “sobre” do site “Toda Matéria: conteúdos escolares” (www.todamateria.com.br), no ano de 2023. Segundo essas informações, trata-se de um site sobre conteúdos escolares destinado ao apoio à educação no Brasil. Criado no ano de 2011, tem a intenção de auxiliar estudantes, professores e pesquisadores. O website e todos os conteúdos presentes nele pertencem a empresa 7Graus Lda. No tópico “Quem somos”, está a descrição da equipe, composta por professores das áreas de Artes, Português, Matemática, Biologia, História e Geografia. Ao acessar o site da empresa 7Graus Lda (www.7graus.com), foi possível verificar que se trata de uma empresa com sede em Portugal, dona de alguns outros websites populares, cujos endereços eletrônicos são: significados.com.br, sinonimos.com.br e significados.com. Ao navegar pelo site da empresa, também foi encontrado a versão em espanhol do website Toda Matéria.

Sobre os websites Brasil Escola e Mundo Educação, a aba “Quem somos” direciona para o site da empresa Rede Omnia (www.redeomnia.com). Logo, não foi encontrado uma aba específica em cada um desses websites, as informações específicas ficam todas no site da empresa. Segundo as informações encontradas, a Rede Omnia é uma empresa privada e com sede em Goiânia, é proprietária de diversos sites educacionais no país. Tem fundação no ano de 2002 e investe na área de conhecimento por meio das novas tecnologias. Na parte do site referente à equipe, pode-se observar no quadro de integrantes diversos funcionários, como: jornalistas, revisor de textos, analista de conteúdo, operador de site, auxiliar de limpeza, entre outros. Ao total a lista consta com a presença de 24 funcionários, desses, apenas um é professor de história e uma é professora de biologia, sem a menção de mais profissionais da área da educação. Com base nas informações disponíveis, o maior website da empresa é o Brasil

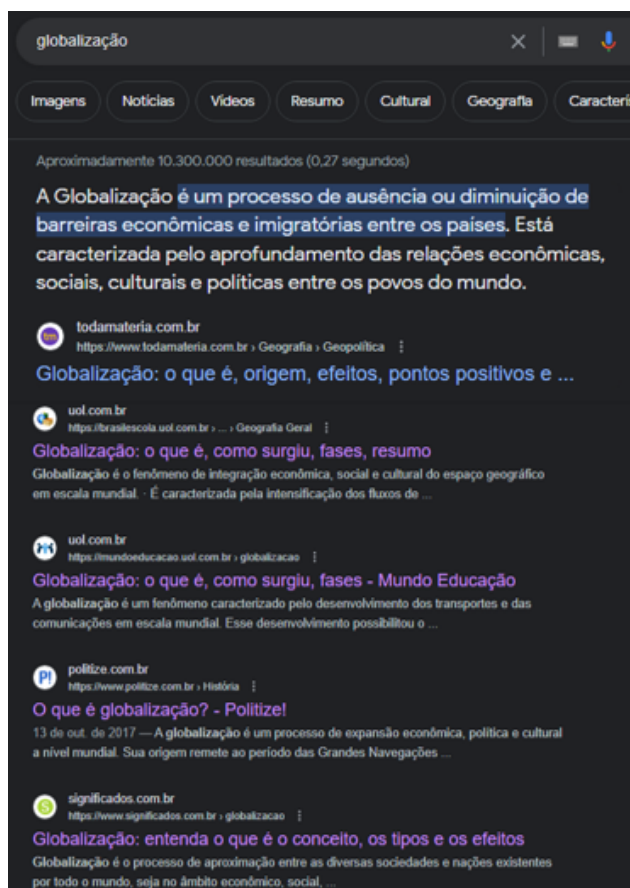
Escola, que concorre com outros sites da própria empresa, como o Mundo Educação e o Prepara Enem.

Por meio dos resultados das buscas, foi identificado um certo padrão entre os sites de conteúdos relacionados à Geografia Escolar, evidenciando uma disputa pelos primeiros lugares nas buscas. É possível aferir que os sites que, majoritariamente, ficam no topo das pesquisas têm relações em comum, por exemplo, Brasil Escola e Mundo Educação, por pertencerem a mesma empresa, a Rede Omnia. A empresa 7Graus também é responsável por outros sites de destaque nas buscas, como os sites Sinônimos e Significados, não relacionados diretamente à área da educação, mas com alta frequência de acessos. Isso se deve ao fato dessas empresas terem mais poder econômico para impulsionar os seus sites, colocando-os nos primeiros lugares dos dispositivos de busca através das estratégias de Search Engine Optimization (SEO) (Paludo, 2019).

Logo, é observado que as empresas, que detêm um maior poder econômico para investir em estratégias de SEO, têm maior êxito em impulsionar seu conteúdo nos buscadores. Assim, nota-se que os mecanismos de busca têm influência no funcionamento dessas empresas, fazendo com que elas atuem sob determinadas práticas discursivas, para ficarem melhores posicionadas nos buscadores. Como resultado dessa necessidade de aparecer nos primeiros lugares, existe uma alteração na produção textual na Internet, visando se adequar aos mecanismos de buscas (Caldeira, 2015).

Como mencionado anteriormente, uma das principais características para a aparição no topo das pesquisas é o uso adequado de palavras (Caldeira, 2015). Analisa-se um exemplo na Figura 1, na qual, ao pesquisar pelo termo “Globalização” dos cinco primeiros resultados, quatro pertencem às empresas analisadas. Observa-se, então, que os websites que pertencem as mesmas empresas, nesse exemplo, o Brasil Escola e Mundo Educação (Rede Omnia) e o Toda Matéria e Significados (7Graus), fazem o uso de um jogo de palavras parecidos para descrever o termo de pesquisa, dizendo basicamente o mesmo, mas utilizando sinônimos, sem alteração de sentido. Isso ocorre, pois visam utilizar palavras que possibilitam obter uma melhor posição dos seus sites nos dispositivos de busca.

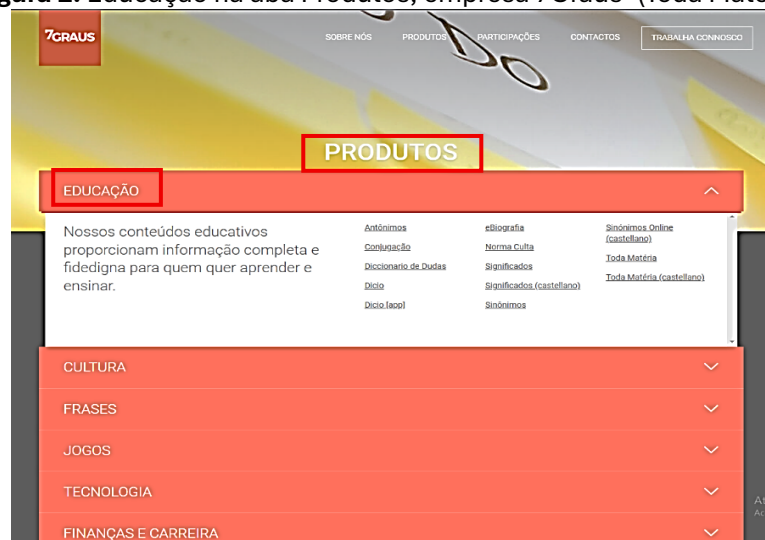
Figura 1: Exemplo do diferente uso de palavras para explicar um mesmo conceito



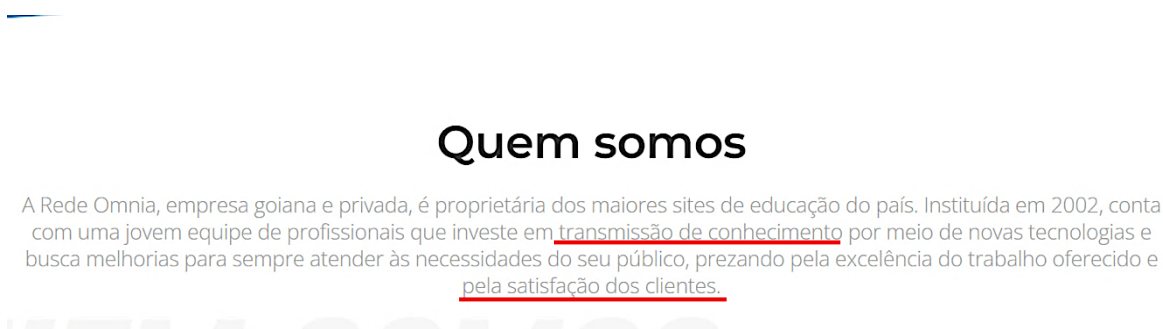
Fonte: Pesquisa no Google, adaptado pelo autor, 2023.

Partindo para uma análise mais direcionada aos sites das empresas Rede Omnia e 7Graus, é possível observar, por meio do uso das palavras, a forma como essas empresas concebem a educação. Pode-se observar que, ao acessar o site da empresa 7Graus, e verificar que na aba “Produtos” o primeiro item em destaque é “Educação¹”, neste item encontram-se os portais educacionais administrados pela empresa que abordam conteúdos educacionais, incluindo o Toda Matéria, analisado neste estudo, conforme pode ser visto na Figura 2.

¹ Disponível em: <<https://www.7graus.com/portfolio/>> Acesso em: 07 ago. 2023

Figura 2: Educação na aba Produtos, empresa 7Graus² (Toda Matéria)**Fonte:** Adaptado pelo autor, 2023

Já no site da empresa Rede Omnia, destaca-se no texto discricional da empresa, na aba “Quem Somos”, em primeiro lugar, o emprego da frase “transmissão de conhecimento³”, advinda de uma concepção “bancária da educação” (Freire, 1987) e muito questionada no contexto educacional brasileiro. Em segundo lugar, o uso da expressão “satisfação dos nossos clientes”, expõe uma lógica na qual os sujeitos que acessam os sites educacionais são entendidos como clientes, conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Exemplo de concepção bancária da Educação⁴**Fonte:** adaptado pelo autor, 2023

Ao navegar por estes sites também é possível observar a mercantilização empregada sob a atenção dos usuários. Nos sites dessas empresas, é possível observar a existência de dados que mostram o número de visualizações e acessos recebidos. As

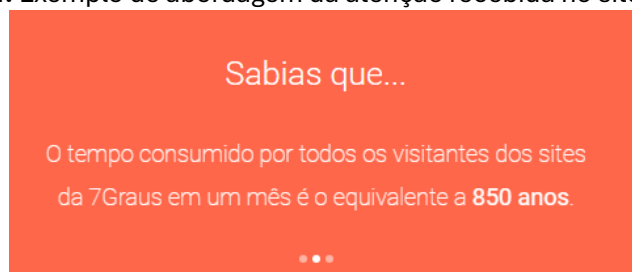
² Disponível em: <<https://www.7graus.com/portifolio/>> Acesso em: 07 ago. 2023.

³ Disponível em: <<https://www.redeomnia.com/quem-somos>> Acesso em: 07 ago. 2023.

⁴ Disponível em: <<https://www.redeomina.com/quem-somos>> Acesso em: 07 ago. 2023.

informações expostas no site da empresa 7Graus trazem diferentes formas de medir a atenção recebida pelos seus sites, um exemplo disso é a frase: “sabias que... o tempo consumido por todos os visitantes dos sites da 7Graus em um mês é o equivalente a 850 anos”, conforme mostrado na Figura 4. Já os dados presentes no site da Rede Omnia voltados ao número de visualizações e acessos, são exibidas em infográficos, que evidenciam também a média de acessos por gênero e faixa etária de sua audiência, seguido por uma caixa de texto indicando a possibilidade de anunciar nos sites da empresa, como exibe a Figura 5. Cabe destacar que, no website dessa empresa, por meio dos enunciados, o público é visto como possível anunciante, sendo oferecido um mídia-kit para anunciar nos maiores sites de educação do Brasil.

Figura 4: Exemplo de abordagem da atenção recebida no site 7Graus⁵



Fonte: adaptado pelo autor, 2023

Figura 5: Exemplo de abordagem da atenção recebida no site Rede Omnia⁶



Fonte: adaptado pelo autor, 2023

No que se refere ao site Brasil Escola, identificou-se que ele é caracterizado pela empresa como “O primeiro, mais completo e visitado site de educação do Brasil”, com 30,2mi de visitas e 48mi de *pageviews*. Essa informação é exibida em um infográfico, vale

⁵ Disponível em: <<https://www.7graus.com/empresa/>> Acesso em: 07 ago. 2023.

⁶ Disponível em: <<https://www.redeomnia.com/nossos-sites/mundo-educacao>> Acesso em: 07 ago. 2023.

destacar que a informação é a mesma, tanto para o site Brasil Escola quanto para o Mundo Educação. Quanto ao site da Rede Omnia, é informado que todos os portais de responsabilidade da empresa recebem aproximadamente 42 milhões de visitas por mês, um número bastante expressivo.

Na lógica dos sites analisados, entende-se que não só o número de visitas aos sites é o mais importante, mas também a quantidade de *pageview*, que é caracterizado como o número de páginas vistas pelos usuários no site. Ou seja, se no primeiro boom da Internet o critério para estimar o valor de uma companhia virtual se dava pelo número de acessos, atualmente, esse valor é determinado pelo número de páginas de conteúdo gerado pelo usuário potencialmente disponível para a publicidade (Keen apud Martins e Madureira, 2012).

Neste sentido, se destaca a frase de Lewis (2010) “se você não está pagando pelo produto, você não é cliente; você é o produto sendo vendido”. Então, o objeto de valor desses portais educacionais é a atenção dos visitantes, que é capturada durante o tempo de visita a eles. Uma prática que já é realizada há muito tempo pelo rádio e pela televisão, a diferença é que nos portais analisados o que está em jogo é o conteúdo educacional. Assim, tais portais obtêm sua lucratividade com a atenção que lhes é proferida. Isso se evidencia numa grande quantidade de anúncios publicitários nos portais analisados, que são dos mais diferentes tipos, desde marcas de sucos até novos modelos de veículos. Em poucos segundos navegando nos portais, é notável a quantidade exorbitante de anúncios publicitários e, em diversos momentos, a visualização do conteúdo escolar é prejudicada em detrimento dos anúncios, conforme Figuras (6, 7 e 8).

Figura 6: Amostra de anúncios no site Toda Matéria ⁷



Fonte: adaptado pelo autor, 2023

⁷ Disponível em: <todamateria.com.br> Acesso em: 29 jun. 2023.

Figura 7: Amostra de anúncios no site Brasil Escola ⁸



Fonte: adaptado pelo autor, 2023

Figura 8: Amostra de anúncios no site Mundo Educação ⁹



Fonte: adaptado pelo autor, 2023

Outra forma de observar a não priorização do conteúdo educacional é o exemplo do quadro de funcionários apresentado pela empresa Rede Omina (Brasil Escola e Mundo Educação) que de 24 funcionários, apenas dois são professores, nas áreas de história e biologia. É pertinente destacar essa informação, já que se trata de um portal educacional que apresenta conteúdos escolares que devem ser abordados por profissionais da área da educação e da ciência de referência, no caso a Geografia.

Destaca-se ainda o fato de que os portais educacionais têm muitos acessos de um público jovem, conforme mostra a Figura 5. Considerando que parte significativa desse público ainda é menor de idade, torna-se problemático determinados anúncios presentes nos portais. É comum, ao navegar pelos websites analisados, se deparar com

⁸ Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br>> Acesso em: 31 mai. 2023.

⁹ Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br>> Acesso em: 31 mai. 2023.

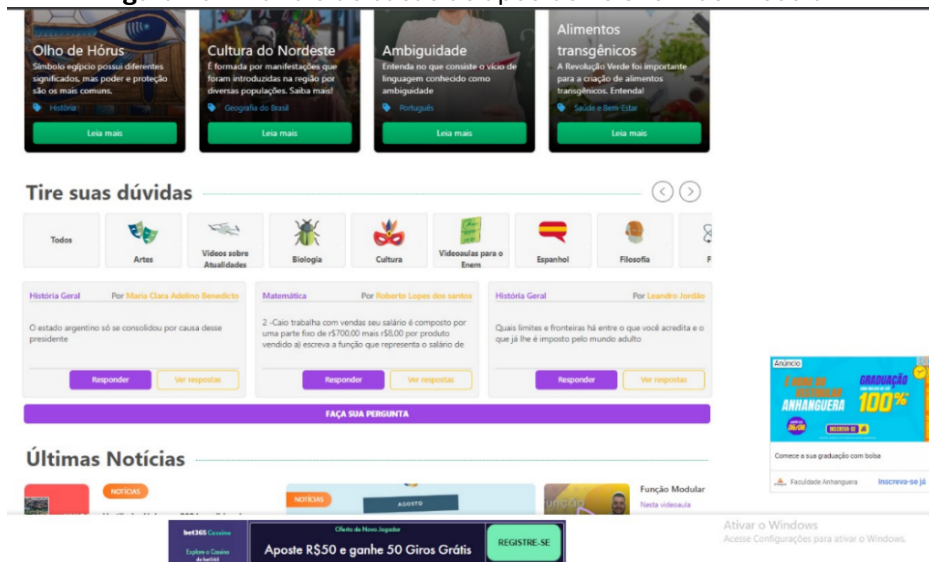
anúncios relacionados às casas de apostas, conforme mostram as Figuras 8, 9 e 10, prática que tem ganhado muito espaço entre o público mais jovem nos últimos anos. No contexto atual do Brasil, é interessante observar como estas práticas vão se inserindo no cotidiano e acabam sendo normalizadas através de práticas discursivas, destacam-se nessas os anúncios e os conteúdos escolares na mesma página educacional.

Figura 9: Anúncio de casa de apostas no portal Toda Matéria¹⁰



Fonte: adaptado pelo autor, 2023

Figura 10: Anúncio de casas de apostas no site Brasil Escola¹¹



Fonte: adaptado pelo autor, 2023

Ainda que nem todos os anúncios sejam de inteira responsabilidade dos portais, a discussão da questão faz-se pertinente. Os anúncios podem ser exibidos nos sites por

¹⁰ Disponível em: <<https://todamateria.com.br>> Acesso em: 05 ago. 2023.

¹¹ Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br>> Acesso em: 05 ago. 2023.

meio do AdSense do Google, essa ferramenta permite que os anunciantes comprem espaço para os seus anúncios nos websites, levando em conta o conteúdo do site e o público-alvo (Google, 2023). É válido salientar que a empresa em questão possui alta capacidade técnica de perfilar seus usuários visando um direcionamento preciso de propagandas comerciais (Silveira et al, 2021). Essa é apenas uma das formas dos anúncios ficarem visíveis nos portais. Outra forma é contato direto entre os anunciantes e os sites, conforme é observado nos portais Mundo Educação e Brasil Escola (Rede Omnia), nos quais o próprio visitante do portal é tratado como um possível anunciante, conforme mencionado anteriormente.

Ao navegar pelos portais analisados, é possível identificar determinados enunciados, dentre os quais se destaca a disposição de anúncios sobre o conteúdo escolar. Isso evidencia como os conteúdos geográficos escolares estão envolvidos em um complexo jogo, no qual, permeados por propagandas, são utilizados como forma de gerar lucro, servindo como um produto de mercado na lógica do discurso neoliberal. Em uma sociedade em que dificuldade de concentração está cada vez maior, anúncios com imagens e vídeos têm por ideia chamar a atenção do visitante, o que resulta em distração. Assim, ao navegar nesses portais, o indivíduo tem sua atenção dividida em várias outras atividades e estímulos (Lira, Pereira e Fell, 2017). Estudar, aprender ou ser capturado pelo consumo trata-se de uma decisão de segundos, via clique.

Existem outras questões que podem ser problematizadas a respeito da temática desta pesquisa, uma delas é a questão da soberania nacional com relação ao próprio conteúdo educacional ofertado através da Internet em território nacional. Para além de ter empresas como a Google (Alphabet) atuando na distribuição de conteúdo, nesta pesquisa, foi possível verificar também a influência direta de uma empresa estrangeira sobre o conteúdo escolar, em uma perspectiva da Geografia Escolar. A empresa 7Graus (Toda Matéria), com sede em Portugal, exerce influência significativa sobre o conteúdo escolar presente em meio digital no Brasil, com seu portal sendo considerado um dos maiores do país. Ainda que sua sede administrativa seja em Portugal, entende-se que, mesmo gerando empregos em território nacional, parte significativa da renda gerada com o público brasileiro é transferida para Portugal, sendo uma dinâmica característica do sistema produtivo capitalista.

Por meio das análises, foi possível identificar os principais portais educacionais ligados aos conteúdos geográficos, bem como o interesse deles em aparecer nas primeiras colocações dos buscadores. Além disso, analisou-se o emprego de determinados jogos de palavras e dinâmicas presentes nesses portais, assim como a busca da atenção dos usuários e da consequente monetização em cima de um conteúdo escolar. Dessa forma, destaca-se que a circulação de enunciados de mercado corresponde a formações e práticas discursivas do discurso neoliberal, ainda sendo possível afirmar que nesse contexto os conteúdos geográficos escolares estão como um produto acionado por esse discurso.

Ainda que as práticas desses sites não estejam inseridas diretamente em políticas públicas educacionais, é possível observar, através da análise das práticas discursivas presentes nos sites das empresas e nos portais educacionais por elas administrados, um processo de apropriação e mercantilização do conhecimento produzido historicamente, transformando o conteúdo escolar em um produto de mercado no contexto neoliberal, desconstruindo a ideia da educação como um direito e um bem comum.

A lógica do mercado permeia o campo educacional em diferentes aspectos e dimensões, aparecendo nesta pesquisa através da monetização da educação por meio dos acessos aos conteúdos escolares nos portais educacionais. Assim, as análises visibilizam enunciados (clientes, produtos, anúncios publicitários) e práticas discursivas (padronização textual, busca por acessos) dos conteúdos educacionais na Internet que constituem um discurso neoliberal, por meio da mercantilização da educação que concebe a lógica educacional a partir da concepção da lucratividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo realizou-se uma aproximação da análise discursiva sobre os principais portais de educação relacionados ao conteúdo da Geografia Escolar. Por meio de buscas, foram encontrados os portais educacionais Toda Matéria, Brasil Escola e Mundo Educação, como os portais de maior relação com os conteúdos da Geografia Escolar. Além disso, também foram identificadas as empresas responsáveis por eles, sendo elas, 7Graus LDA e Rede Omnia. As análises foram realizadas a partir de uma aproximação da análise discursiva foucaultiana, tomando como ferramentas analíticas

os conceitos de discurso, enunciado e práticas discursivas. Tais análises partiram de informações presentes nos portais educacionais identificados e nos sites das empresas responsáveis por eles.

As análises evidenciaram alguns enunciados mercadológicos importantes de serem discutidos no contexto escolar. Assim, com a ideia de não delimitar os conceitos, os enunciados podem ser vistos na disposição dos anúncios, no emprego de determinadas palavras, como “educação” na aba “mercadoria” ou os anúncios se sobrepondo ao conteúdo geográfico. Foi possível visibilizar práticas discursivas que ocorrem na esteira de uma disputa entre empresas para conseguir melhores posições nos buscadores e serem mais acessadas, na tentativa de obter uma maior exposição na Internet. Dessa forma, entende-se que o objetivo delas é o lucro, já que se tratam de corporações privadas que agem sob a ótica da lucratividade capitalista.

A lógica de mercado empregada pode ser vista em diferentes enunciados identificados nas análises, tanto no uso da palavra “clientes” ao se referir aos usuários do site, quanto no fato de a educação estar presente na aba “produtos”. Além disso, pode ser levado em conta também o uso do termo “transmissão de conhecimento” ao tratar aspectos relativos à aprendizagem, além da não priorização de professores no quadro de funcionários. Portanto, à medida em que a educação não é priorizada, entende-se que ela serve apenas como uma ferramenta para esses portais, a fim de exibir anúncios, que são expressivos e, diversas vezes, se sobressaem visualmente aos conteúdos geográficos escolares.

A pesquisa analisou e caracterizou as dinâmicas que ocorrem na relação dos websites com o campo da educação, levando em conta o meio político-social ao qual pertencem, não se detendo à qualidade e correção dos conteúdos escolares em si. Nesse sentido, percebe-se que os conteúdos geográficos servem como um produto para o discurso neoliberal, isso pode ser observado ao navegar por esses portais e perceber que eles sendo colocados em segundo plano, servindo apenas para a exibição dos anúncios.

A mercantilização da educação, que pode ser vista em diversos enunciados encontrados nos portais educacionais, está em consonância com práticas discursivas do discurso neoliberal. Nesse sentido, se fez importante compreender o neoliberalismo além de uma doutrina econômica, mas como um discurso que permeia a sociedade,

influenciando sua forma de estudar, trabalhar e viver. As análises expostas ao longo da pesquisa são pertinentes e exigem atualização constante, uma vez que estas dinâmicas se modificam com velocidade.

E justamente por se tratar de um tema dinâmico, é importante continuar acompanhando e aprendendo sobre o funcionamento dos buscadores e dos algoritmos, bem como investigar melhor a crescente inserção e evolução das Inteligências Artificiais (IA), suas implicações e impactos no campo educacional. Outro ponto a destacar é que os portais analisados são sites informativos sobre conteúdos geográficos, mas que reverberam na Geografia Escolar, por isso é importante analisar como o professor se relaciona e/ou faz uso desses conteúdos em seu planejamento pedagógico e em sala de aula.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Giovanna. Souza.; OLIVEIRA, Sheila. Fernandes. Pimenta. UMA DIDÁTICA PARA A PESQUISA ESCOLAR: se não está no Google não existe? **Revista Eletrônica de Letras**, v. 15, n. 1, 25 maio 2022.

BRASIL ESCOLA, **Brasil Escola**. 2023. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br//>>. Acesso em 25 jul. 2023.

CALDEIRA, Fátima Hassan. O mecanismo de busca do Google e a relevância na relação sistema-usuário. **Letrônica**, v. 8, n. 1, p. 91–106, 15 jul. 2015.

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). **Cresce número de crianças e adolescentes que buscam notícias na Internet, aponta Cetic.br**. 2018. Disponível em: <<https://cetic.br/noticia/cresce-numero-de-criancas-e-adolescentes-que-buscam-noticias-na-internet-aponta-cetic-br/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br). Tecnologias de Informação e Comunicação por crianças e adolescentes (TIC KIDS) (2020). **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2020 (Edição Covid-19 – Metodologia adaptada)**. São Paulo, SP, 2021. Disponível em:<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211125083634/tic_kids_online_2020_livro_eletronico.pdf> Acesso em: 8 jun. 2023.

Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br). Tecnologias de Informação e Comunicação por crianças e adolescentes (TIC KIDS) (2022). **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022**. São Paulo, SP, 2023. Disponível em:<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf> Acesso em: 10 out. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, p. 197–223, 2001. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009> > Acesso em 24 mai. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária. 7ª edição. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

GIROTO, Eduardo. Donizeti. Dos PCNS A BNCC: O Ensino De Geografia Sob O Domínio Neoliberal. **Geo UERJ**, v. 0, n. 30, 18 out. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781>> Acesso em: 16 jun. 2023.

GOOGLE. **Centro de ajuda: Como funciona o Adsense**. Disponível em: < https://support.google.com/adsense/answer/6242051?hl=pt&ref_topic=1319753&sjid=15178691458214403402-SA > Acesso em: 06 ago. 2023.

_____. **Como a busca funciona: classificando resultados**. Disponível em: < <https://www.google.com/intl/pt-BR/search/howsearchworks/how-search-works/ranking-results/> >. Acesso em: 05 ago. 2023.

KUBO, Aurélio Takao Vieira. Simulacros e simulações em sites de pesquisa escolar. **Revista Nanquim**, v. 1, n. 01, p. 15-15, 2022.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEWIS, Andrew. If you are not paying for it, you're not the customer; you're the product being sold. 2010. Disponível em: <<https://www.metafilter.com/95152/Userdriven-discontent#3256046>> Acesso em: 09 fev. 2022.

LINS, Francisco. Antonio. Vieira. **ANÁLISE DOS CONTEÚDOS PRESENTES EM WEBSITES VOLTADOS PARA O ENSINO DE QUÍMICA**. 2021.

LIRA, Joscelina.; PEREIRA, Mécia. Katarina. Sena.; FELL, André. Felipe. Albuquerque. A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Florianópolis- SC, 2017, **Revista de Gestão e Tecnologia NAVUS** v.7, n.2 , p. 124-129, ISSN 2237-4558.

MARTINS, Sara Silva; MADUREIRA, Gisela. **Google AdWords: publicidade, vigilância e controle**. 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/PAPERS/REGIONAIS/SUDESTE2012/resumos/R33-2345-1.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2023.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, v. 2, 2012.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Mundo Educação**. 2023. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/>>. Acesso em 25 jul. 2023.

OLIVEIRA, José Renato Sena; MARTINEZ, Antonio Lopo. A contabilidade e o hipertexto: um estudo sobre o uso de websites como meio de disseminação científica contábil por instituições de ensino superior brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, p. 97-

108, 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rcf/a/Wr3BrjD9B7bxWMXBNXjMBTL/?lang=pt> > Acesso em: 01 ago. 2023.

PALUDO, Letícia de Carvalho. **JORNALISMO E SEO: OTIMIZAÇÃO DE TÍTULOS PARA MECANISMOS DE BUSCA NO CIBERJORNAL** UOL. 2019. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/200469> > Acesso em: 15 jun. 2023.

PERONI, Vera; SAURA, Geo; LIMA, Paula; PIRES, Daniela. **Privatização da educação na era digital do capitalismo e as implicações para a democracia**. E book Linha. Porto Alegre, PPGEDU, CIRKULA, 2024.

REDE OMNIA. **Rede Omnia**. Disponível em: <<https://www.redeomnia.com/>> Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João (ORGS.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra liberal**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

STATCOUNTER Global Stats - **Browser, OS, Search Engine including Mobile Usage Share**. Disponível em: <<https://gs.statcounter.com>> Acesso em 04 jun. 2023.

Toda Matéria. **Toda Matéria Conteúdos escolares**. 2023. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/sobre/>>. Acesso em 25 jul. 2023.

TONETTO, Élide Pasini. **Geografia, Educação e Comunicação: Dispersões, Conexões e Articulações na Cibercultura**. 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/171862>> Acesso em: 10 jul. 2023.

_____, Élide Pasini. **Redes Sociais e práticas escolares: plataformas para uma geografia online**. 2013. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/86173> > Acesso em 10: jul. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Autêntica Editora, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **A Ordem das Disciplinas**. 1996. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131158/000190982.pdf?sequence=1> > Acesso em 29 de jun. 2023.

EDUCATION AS A COMMODITY: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE DYNAMICS OF EDUCATIONAL PORTALS RELATED TO SCHOOL GEOGRAPHY

ABSTRACT

The use of the Internet in schools is increasing year by year, so it is important to analyze how educational portals work in order to understand their possibilities and limitations as a support for teaching. Therefore, this study aimed to analyze the discourse of educational portals that address school geography content. To this end, methodological assumptions from post-critical research in education were used. Furthermore, this study sought to approach elements of discourse analysis based on Foucault. A search was conducted on search engines for terms related to school geography. Three main educational portals were identified: Brasil Escola, Toda Matéria, and Mundo Educação. The discourse analysis was based on information present on these portals and on the websites of the companies responsible for them. Through the analyses, it was identified that companies with greater economic power to invest in their websites achieve better positions in search engines. Furthermore, a process of appropriation and commodification of knowledge

was observed, transforming education into a commodity rather than a right, thus evidencing the social predominance of a neoliberal discourse. This discursive logic affects the educational field in different ways, appearing in this research through the monetization of education through access to school content.

Keywords: School Geography; Educational Portals; Neoliberalism.

LA EDUCACIÓN COMO MERCANCÍA: UN ANÁLISIS DISCURSIVO DE LA DINÁMICA DE LOS PORTALES EDUCATIVOS RELACIONADOS CON LA GEOGRAFÍA ESCOLAR

RESUMEN

El uso de Internet en el ámbito escolar aumenta año tras año, por lo que es importante analizar el funcionamiento de los portales educativos para comprender sus posibilidades y límites como apoyo al trabajo pedagógico. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo analizar el discurso de los portales educativos que abordan contenidos de Geografía Escolar. Para ello, se utilizaron supuestos metodológicos de la investigación poscrítica en educación. Además, este estudio buscó acercarse a elementos del análisis discursivo basado en Foucault. Se realizó una búsqueda en los motores de búsqueda sobre términos relacionados con la geografía escolar. Se identificaron tres portales educativos principales: Brasil Escola, Toda Matéria y Mundo Educação. El análisis del discurso se basó en la información presente en estos portales y en los sitios web de las empresas responsables de ellos. A través de los análisis, se identificó que las empresas que tienen mayor poder económico para invertir en sus sitios web obtienen mejores posiciones en los buscadores. Además, se observó un proceso de apropiación y mercantilización del conocimiento, que transforma la educación en una mercancía y no en un derecho, lo que pone de manifiesto el predominio social de un discurso neoliberal. Esta lógica discursiva afecta al ámbito educativo en diferentes aspectos, y aparece en esta investigación a través de la monetización de la educación mediante el acceso a los contenidos escolares.

Palabras clave: Geografía Escolar; Portales Educativos; Neoliberalismo.

Recebido em: 03/04/2024

Aceito em: 09/09/2025

A CONFIGURAÇÃO EXÓGENA DA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Henrique Rudolfo Hettwer¹

RESUMO

Este artigo integra ampla pesquisa acerca da cadeia produtiva da soja no Brasil, salientando-se a pujança da oleaginosa e a expansão territorial de seu cultivo. Concentra-se na pormenorização da cadeia produtiva e a sua planilha de custos operacionais para avaliar e discutir a natureza econômica dos agentes que atuam nela. A sojicultura transgênica, prevalecente, expressa um modelo de natureza exógena gerido por amplos e complexos interesses de capitais globais, potencializados por transnacionais e agentes financeiros, sob a tutela do Estado. Através da análise da segmentação da cadeia produtiva, identificou-se que a sojicultura padece de grave oligopolização estrangeira em sua formatação hegemônica. Os segmentos que integram a cadeia produtiva estão dominados por corporações estrangeiras, especialmente os essenciais para sua reprodução – sementes, agrotóxicos e maquinário agrícola. Esta situação homogeneiza crescentemente o espaço rural, inibe a pesquisa nacional e geração de capital nacional, além de ampliar a dependência estrangeira.

Palavras-chave: Sojicultura; Globalização; Neoliberalismo; Oligopolização; Dependência.

1. INTRODUÇÃO

A soja consiste no principal produto comercial brasileiro, configurando o topo da balança comercial brasileira. Em 2022, foram comercializadas 78,9 milhões de toneladas que renderam U\$ 46.664.300.000. (Ministério da Economia, 2022) A reprimarização brasileira, com destaque para a agropecuária, está engendrada e encadeada num modelo denominado agronegócio. Segundo Mitidiero Jr. e Goldfarb (2021), embora tenha nascido dentro da academia, o termo não constitui um conceito científico, mas sim, um termo que visa descrever um determinado setor da economia.

O conceito, que deveria explicar ou compreender processos sociais, econômicos e políticos desse setor, dá lugar a um termo para descrição e imposição de regras sistêmicas e características do domínio do grande capital fundiário/industrial/financeiro na produção, distribuição e comercialização de alimentos. (Mitidiero Jr.; Goldfarb, 2021, p. 5)

A agricultura modernizou-se com o uso maciço de novas tecnologias que multiplicaram a produtividade brasileira e mundial, o que Oliveira (2016) denomina industrialização do campo, unificando o que outrora o capitalismo separou, a indústria e a agricultura. O espaço social vivencia essas transformações que, de um lado, conduziram a elevados índices de produtividade e recordes de produção, mas que, de

¹ Professor da rede pública e privada do Rio Grande do Sul

outro, ao longo do tempo, agudizaram a concentração de terras e de riqueza no campo, e, ainda, repeliram camponesas e camponeses, de modo acelerado e desorganizado, vulnerabilizando milhões de brasileiros nas periferias das cidades (Hettwer, 2021).

Em entrevista no ano de 2021, o presidente da Confederação Nacional da Indústria Robson de Andrade, afirma que o Brasil caminha para “tornar-se a roça do mundo.” Diante de índices crescentes de desnacionalização empresarial e desindustrialização precoce do país, agudizados nas últimas décadas de domínio neoliberal, sobrepõem-se “neocolonialidades” que ampliam o domínio do capital estrangeiro, solapando a geração de emprego e renda nacionais.

Ao mesmo tempo, eleva-se a reprimarização econômica no contexto da divisão internacional do trabalho, com as commodities de soja, ferro, petróleo bruto e carnes liderando a lista de produtos exportados, diante da aquisição de produtos de alto valor agregado no mercado exterior. Além do elevado ingresso de Investimento Estrangeiro Direto no país, que adquire empresas nacionais ou instala filiais de transnacionais para dominar o mercado interno, explorar a mão de obra barata e os recursos naturais abundantes. Todavia, mesmo diante de crescente reprimarização, após ter deixado o mapa da fome da ONU em 2014, o Brasil tem convivido com um cenário contrastante de crescente insegurança alimentar, que afeta cerca de 33,1 milhões de brasileiros, segundo estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2022).

O modelo agrícola preconizado pela mundialização da agricultura fundamenta-se na produção em larga escala, em vastas áreas, com uso intenso de tecnologias químicas, biológicas e mecânicas, voltada ao mercado interno e externo, especialmente para a produção de commodities, com pouco uso de mão de obra humana, o que Santos (2009) denominou agricultura científica globalizada; ou à produção camponesa voltada diretamente à indústria (Oliveira, 2016).

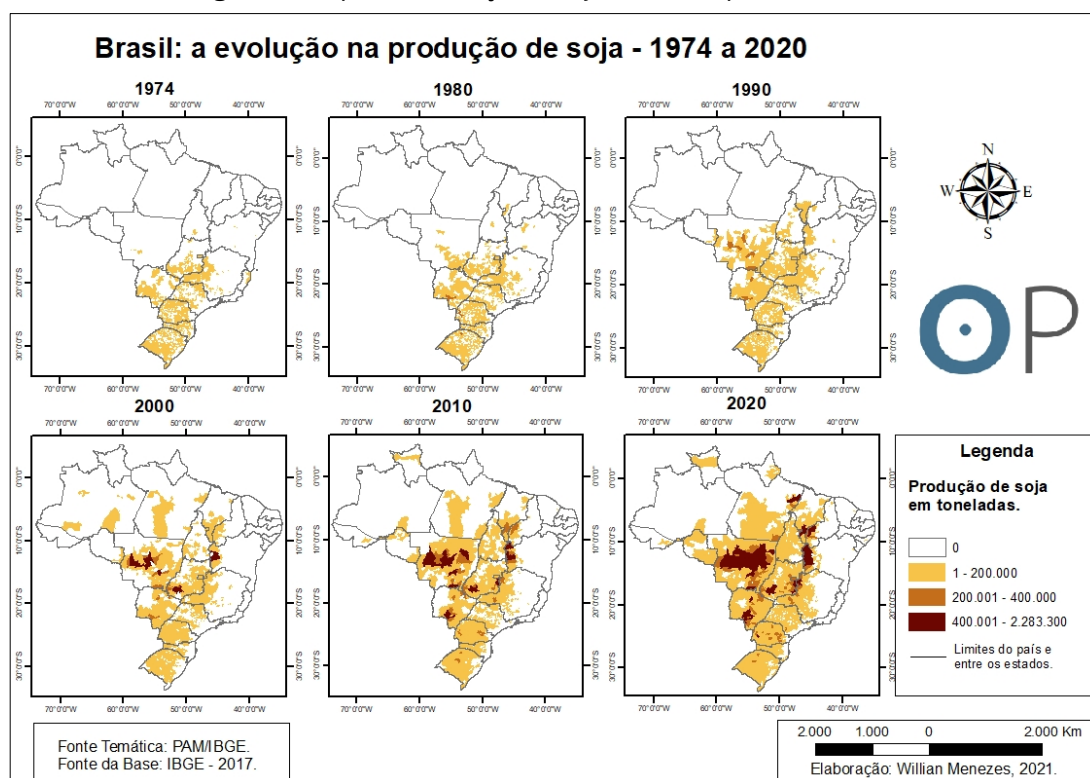
Assim, este estudo objetiva analisar a configuração da cadeia produtiva da soja e as controvérsias que implicam o hegemonismo de sua expansão no espaço geográfico brasileiro, especificamente nos cinco principais municípios em área produzida do Rio Grande do Sul. Para tanto, mediante bibliografia especializada e indicadores econômicos oficiais, o modelo de produção preponderante, agroexportador de soja transgênica, será pormenorizado para que se analisem suas particularidades e consistência no amparo

dos interesses econômicos e sociais brasileiros, dialeticamente contraditados. Através de discussão teórica, propõe-se trazer indicadores que demonstram a pormenorização da cadeia produtiva da soja e as reflexões sobre a prevalência de interesses genuinamente nacionais em sua análise.

2. OLIGOPOLIZAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA

A sojicultura transgênica se expande no espaço geográfico brasileiro estabelecida por um modelo arbitrário e estimulante para sua reprodução, que vincula rigorosamente e hegemonicamente importantes agentes – latifundiários, o Estado e bancos públicos e privados, transnacionais de OGMs, transnacionais de agrotóxicos, transnacionais de máquinas agrícolas, transnacionais de comercialização. Associam-se a estes, em menor escala, provedores de assistência técnica, fornecedores de fertilizantes (significativamente estrangeiros), transportadoras e empresas de reparos e de infraestrutura como silos. Há corporações estrangeiras como a Cargill e a Bunge que operam em quase toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos, à assistência técnica, à comercialização, transporte e infraestrutura como ferrovias e portos.

Figura 1: Mapas de avanço da sojicultura no período 1974-2020



Fonte: PAM/IBGE, 2017. Elaborado por Willian Menezes, 2021.

Milton Santos (2009) denomina esta agricultura globalizada como científica, pois nas áreas onde se instala, verifica-se uma importante demanda e bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também de assistência técnica.

Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. (Santos, 2009, p. 89)

Para o geógrafo, na realidade, impõe-se sobre o espaço geográfico uma certa militarização do trabalho, havendo a necessidade de uma rigorosa obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, o que pode deslocar os agentes recalcitrantes que não se adequem ao modelo imposto (Santos, 2009).

Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade, a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair. (Santos, 2009, p. 89)

Com a análise das planilhas de custos da cadeia produtiva da soja organizadas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), pela Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), e pela Embrapa, notam-se similaridades entre elas. Ao analisar-se a cadeia produtiva da soja transgênica no estado do Mato Grosso do Sul, a Embrapa (2021) apresenta em síntese a seguinte segmentação e pormenorização para a produção de OGM no estado, que irá referenciar outras análises desta pesquisa acerca da configuração socioeconômica, e a atuação hegemônica das transnacionais no complexo soja do Mato Grosso do Sul, que se assemelha do restante do país, com algumas variáveis, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Despesas para plantio de soja transgênica RR

ÍTEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Insumos	Sementes, inoculante, corretivos, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas, adjuvantes	52,59%
Operações agrícolas	Distribuição de corretivos, semeadura, adubação em cobertura, aplicação de defensivos, colheita	9,14%
Custos administrativos	Assistência técnica, administração, seguro, juros de custeio, impostos e taxas, transporte da produção, armazenagem	16,23%
Manutenção	Benfeitorias	0,28%
Depreciações	Máquinas, equipamentos e benfeitorias	4,03%
Custo de oportunidade	Terra, máquinas, equipamentos e benfeitorias	17,73%

Fonte: Embrapa, 2021. Org.: Autores, 2025.

Nota-se, portanto, que a maior parte dos custos da sojicultura deve-se aos insumos básicos, num modelo que sucede as demais operações a partir da biotecnologia de OGMs associada à dependência da indústria química.

Para Achkar, Domínguez e Pesce (2008), o agronegócio constitui um complexo espaço econômico em que convergem inversões de capital transnacional no conjunto das atividades e setores vinculados à produção, distribuição e comercialização de produtos agrários em escala global. No estudo destes autores, são dispostas seis etapas do agronegócio:

Figura 2: Esquema de etapas do agronegócio



Fonte: Achkar, Dominguez e Pesce, 2008. Org.: Autor, 2025.

Segundo os pesquisadores uruguaios, diante da concentração do capital, do processo de permissividade da globalização, ocorre a oligopolização, especialmente estrangeira, que pode ser verificada no agronegócio em segmentos específicos. Oliveira (2016) discute a territorialização dos monopólios e a natureza destes no espaço rural brasileiro.

Essas empresas monopolistas atuam como tradings e, passaram a denominar a ação de comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais, através, do mecanismo de "dar origem a" ou originar (*originate*). Ou seja, são as multinacionais ou empresas nacionais mundiais que passam "a dar a origem" aos produtos que nunca produziram, mas para o mercado mundial, são "delas" os produtos (Oliveira, 2016, p. 233).

Segundo o jornalista da Read China, Wáng Shàoguāng (2022), atualmente, a produção de soja está concentrada em quatro países: Estados Unidos (35%), Brasil (34%), Argentina (11%) e China (5%). A China, maior importadora mundial de soja na atualidade, praticamente não a importava até meados da década de 1990. Foi a partir de então que as importações de soja cresceram rapidamente e, em 2011, atingiram mais de 80% do consumo chinês.

Em 2012, a China importou 58,38 milhões de toneladas de soja, sendo a grande maioria proveniente dos Estados Unidos, Brasil e Argentina. Em termos de comércio global da soja, o mercado chinês era insignificante até meados da década de 1990. Nos últimos dois anos do século XX, sua participação no

mercado era de pouco mais de 10%. Desde então, no entanto, em pouco mais de uma década, a participação de mercado da China cresceu aos solavancos. Agora, 60% das exportações totais de soja do mundo têm como destino o mercado chinês, e a China se tornou o maior importador mundial do produto (Shàoguāng, 2022).

A cadeia produtiva, de abastecimento e de distribuição é multifacetada e complexa, que integra milhões de produtores e bilhões de consumidores em escala global. Para tanto, o capital é o fator-chave que alimenta a integração da produção, abastecimento e comercialização mundial da soja.

[...] Em cada elo da cadeia há a penetração de empresas multinacionais, geralmente as mesmas: os principais players estão presentes em todos os elos da cadeia, maximizando seus lucros. **Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus** são conhecidas como as quatro maiores multinacionais dos grãos. Conhecidas pela abreviação “ABCD”, essas gigantes controlam 80% do volume mundial de grãos e 90% do volume de soja, sendo as três primeiras dos Estados Unidos e a última da França (Shàoguāng, 2022).

Para o jornalista chinês, ao invés de uma dinâmica concorrencial, estas quatro transnacionais exercem uma política de cartel, formatando alianças horizontais entre si. Cita como exemplos o projeto de joint venture entre Louis Dreyfus e ADM em 1993; a parceria de intercâmbio entre Bunge e Cargill em 1995, a joint venture entre Louis Dreyfus e Cargill em 2001; a cooperação entre a ADM e a transnacional farmacêutica e de biotecnologia Novartis; a fusão da AstraZeneca com a Novartis para criar a Syngenta (gigante do segmento de agrotóxicos), em 2000; a aliança entre a Monsanto e a Cargill, em 1998, para formar uma joint venture – a Reneisen, LLC. Estas alianças visam formar uma rede muito estreita de relações contratuais, a fim de aumentar seu controle sobre todos os segmentos da cadeia de produção, abastecimento e comercialização da soja (Shàoguāng, 2022).

Em síntese, as maiores empresas de agro insumos do mundo (gigantes de pesticidas, fertilizantes, sementes e biotecnologia) uniram forças com os maiores comerciantes de grãos do mundo (envolvidos no comércio, processamento e comercialização). As primeiras precisam das instalações globais de manuseio e processamento das últimas para garantir que os produtores que usam seus produtos tenham mercados à jusante; por sua vez, ao fortalecer a cooperação com parceiros à montante, as empresas multinacionais de grãos podem fortalecer seu controle sobre os produtores de soja e matérias-primas. Com essas alianças em vigor no planeta, não faz sentido falar de mercados abertos. Ou seja, a concorrência e o preço desempenham um papel pequeno em todo o processo de produção, abastecimento e comercialização (Shàoguāng, 2022).

Para Shàoguāng (2022), o cartel não atua diretamente no cultivo da soja, mas controla a sua produção nas Américas do Norte e do Sul, concedendo empréstimos à

produção, construindo estruturas de transporte (ferrovias, estradas, portos) etc., aproveitando-se, de um lado da liberdade econômica neoliberal para atuar livremente, e de outro lado, da desestruturação ou precariedade do Estado em infraestrutura nos países latino-americanos. Com isso, vinculam os produtores de soja para que paguem seus empréstimos com soja barata. Com a produção alheia, o cartel lança-se à especulação internacional.

As gigantes ABCD compram soja a preços razoavelmente baixos e depois revendem nos mercados futuros internacionais a preços que consideram adequados. Idealmente, é claro, sempre buscam que a diferença entre o preço de compra e o de venda seja a maior possível; no entanto, para derrotar os concorrentes em potencial, eles também reduzem artificialmente o preço de venda, aplicando uma estratégia de dumping. Além disso, as quatro gigantes dos grãos têm uma vantagem ainda maior no que se refere à posse e ao processamento de informações. Todas elas têm uma operação global, com agências em todos os cantos do mundo dedicadas a coletar informações de mercado, classificadas e analisadas por profissionais, em comunicação em tempo real com o centro de processamento de informações na sede da empresa. Eles operam 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, dando suporte às decisões de compra e venda no mercado internacional de futuros (Shàoguāng, 2022).

O cartel busca converter o benefício dos baixos preços de compra em lucros, podendo, por vezes, ludibriar os consumidores dos países importadores para abrir ou consolidar sua participação em um mercado local. Porém, a grosso modo, há um spread crescente entre o preço do início da cadeia e o preço final de venda das commodities agrícolas. Assim, o cartel exerce um poder arbitrário em toda a cadeia sojicultora e de outros grãos, desde o cultivo ao consumidor final, dada a fragilização dos mecanismos regulatórios de países e dos organismos internacionais, ou rendidos ou cúmplices.

3. A OLIGOPOLIZAÇÃO ESTRANGEIRA DE OGMs

O segmento de sementes é a base do modelo hegemônico da sojicultura, exigindo a dependência de pacotes biotecnológicos transgênicos vinculados a químicos. Em 2017, de acordo com dados do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração (ETC), 77% da produção mundial de soja, 80% da produção mundial de algodão, 32% da produção mundial de milho e 30% da produção mundial de canola foram transgênicas. Para a sojicultura, os OGMs autorizados pela CTNBIO no Brasil até 2023 são

propriedades intelectuais das transnacionais Monsanto (Bayer), Dow Agrosciences (Corteva), Syngenta (ChemChina), Du Pont (Corteva), TMG, além de uma parceria Basf/Embrapa.

No Brasil, em 2016, o índice de transgênicos entre as culturas brasileiras de soja, milho e algodão, foram de 96,5%, 88,4% e 78,3%, respectivamente, segundo o Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações de Agrobiotecnologia (ISAAA, na sigla em inglês), entidade apoiada pela Monsanto e pelos departamentos de Estado e de Agricultura do governo dos Estados Unidos, para promover o uso de sementes geneticamente modificadas no mundo. Algumas das maiores empresas que atuam no ramo de alimentos – entre elas Syngenta (ChemChina), Bayer/Monsanto, Dow/Dupont e Basf – controlam 60% do mercado de sementes e cerca de 70% do mercado de insumos, pesticidas e agrotóxicos, conforme dados do ETC (2022).

Bombardi (2022) destaca as cinco maiores empresas fornecedoras de sementes do mundo, segundo seus faturamentos, em 2018: Bayer (Alemanha), Corteva (EUA), ChemChina [(Syngenta) China], Vilmorin & Cie Limagrain (França) e KWS (Alemanha). Segundo Giraldele (2021), até 2021, havia 17 eventos transgênicos aprovados na cultura da soja, acrescidos de mais um aprovado neste ano.

O domínio no fornecimento de sementes/agrotóxicos vem sendo cada vez mais monopolizado, e referendado pelo governo brasileiro e os órgãos controladores como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Em 2021, Basf, Bayer, Corteva (Dow e Dupont) e Syngenta (ChemChina) submeteram o processo de criação da primeira joint venture mundial para a cobrança de royalties sobre a soja transgênica. Apenas dois meses depois, em junho, o Cade, através do conselheiro relator Alessandro Octaviani Luis, deu aval ao projeto inicialmente batizado de Cultive Biotec. Em seu parecer, afirmou que “a existência de um sistema de cobrança de royalties efetivo é condição fundamental para a atuação de empresas desenvolvedoras de tecnologia no Brasil e, inclusive, para o desenvolvimento de um mercado de biotecnologia nacional”. Dessa forma, o órgão fiscalizador entendeu que a criação da nova JV não constitui em nenhuma ameaça à livre concorrência, segundo reportagem da Revista IstoÉ (2023).

O oligopólio estrangeiro pretende blindar o segmento nuclear do modelo vigente, o fornecimento de sementes transgênicas, do qual vincula-se a comercialização de agrotóxicos, garantindo o usufruto de royalties sobre o uso dos OGMs. Segundo a

reportagem de IstoÉ, o oligopólio busca “desenvolver um sistema de reconhecimento de propriedade intelectual para o monitoramento e retenção de royalties de biotecnologia não recolhidos sobre grãos de soja”. Caberia a este oligopólio “testar os carregamentos de soja entregues pelos agricultores, monitorar, reportar as vendas, operar o call center, auditar e reter os royalties não pagos nos pontos de entrega de soja (‘points of delivery – PODs’) dos agricultores ilegais”. Ou seja, como toda a produção seria reportada, a pirataria seria inibida. Já o modelo de pagamento unificado, segundo Silvia Fagnani, diretora executiva da Cultive Biotech, irá assegurar uma cobrança justa ao produtor mesmo diante da entrada de novos fornecedores, uma vez que, além da Bayer, que domina o mercado brasileiro com a soja Roundup Ready, há o desenvolvimento de sementes da Syngenta, Basf e Corteva em evolução.

Outra empresa que concorre com estas reconhecidas corporações é a argentina GDM Seeds que, em 2019, deixou para trás a Monsanto, hoje Bayer, e assumiu a liderança do mercado brasileiro de sementes de soja, com 38% do total, ainda que seja uma posição que oscile de ano a ano. A GDM comercializa no país as marcas Brasmax e DonMario e tem aqui 55% dos negócios globais da empresa.

O segmento de sementes de soja na safra 2021/2022, mercado de R\$ 20 bilhões, foi dominado pelas corporações GDM Seeds (Argentina), Corteva (EUA), Bayer (Alemanha), Syngenta (China), TMG (Brasil) e Basf (Alemanha). A estadunidense Stine, empresa de sementes cuja genética está presente em dois de cada três hectares plantados de soja nos Estados Unidos, lança suas primeiras variedades de sementes de oleaginosa no Brasil em 2023 (Globo Rural, 2023).

4. AGROTÓXICOS E O OLIGOPÓLIO ESTRANGEIRO

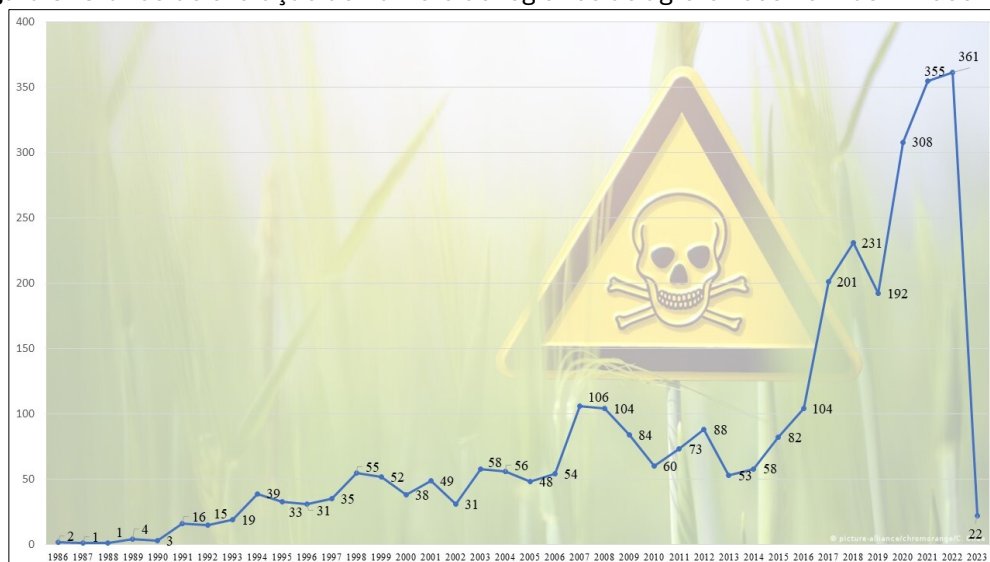
As sementes transgênicas exigem o uso de agrotóxicos, que estabelece outro vantajoso segmento econômico, em extensão, dominado por transnacionais, algumas das mesmas que fornecem as sementes. Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), intitulado “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, de 2015, constata que o Brasil mantém, desde 2010, a posição de maior consumidor

mundial de agrotóxicos, após décadas de crescimento continuado e aceleração no período 2000-2015.

Outra constatação é a percepção de que os transgênicos, liberados no país, incentivam o aumento do consumo de venenos agrícolas. O estudo, que inclui pesquisadores da Fiocruz, afirma que a aplicação do produto acelera o desenvolvimento de plantas resistentes ao glifosato, que por sua vez demanda o consumo de produtos mais tóxicos para seu controle, alguns deles banidos em outras partes do mundo (Abrasco, 2015).

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (2023), desde 1986, foram registrados no Brasil 3.120 agrotóxicos, de distintas categorizações. Segundo a linha do tempo disposta na Figura 2, houve uma ampliação significativa nos registros a partir de 2005, quando se deu a aprovação da Lei de Biossegurança e a regulamentação da transgenia no país, e um salto nos registros de 2017 a 2022. As culturas que mais demandam o uso de agrotóxicos são a soja, alarmantes 57%, seguida do milho (16%), algodão (7%), pastagem (5%), cana-de-açúcar (4%), citros (3%), feijão (2%), hortifrutigranjeiros (2%), e café, arroz, trigo e outras. (1% cada) (Sindiveg, 2022).

Figura 3: Gráfico de evolução do número de registros de agrotóxicos no Brasil - 1986/2023

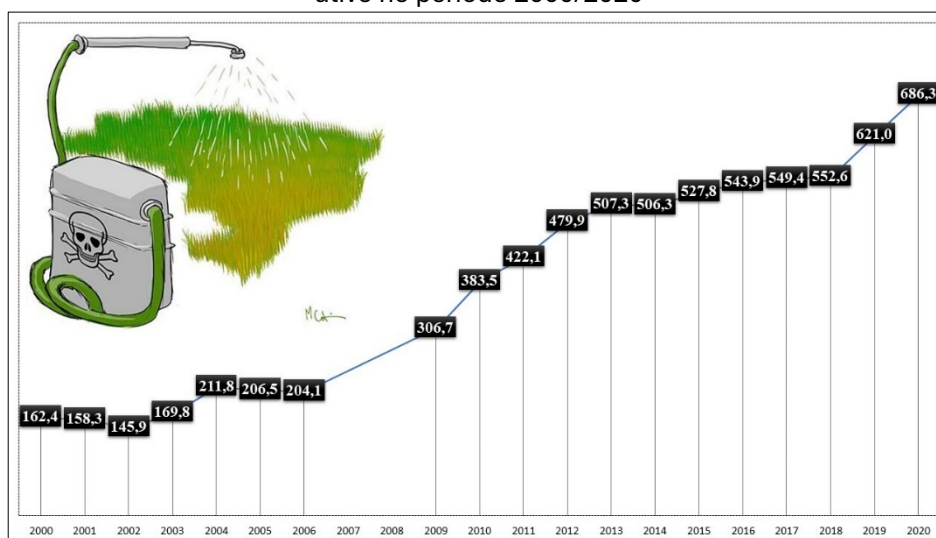


Fonte: Mapa, 2023. Org.: Autor, 2023. *Dados de 2023 do mês de janeiro.

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) é o órgão federal competente para a supervisão e análise de impactos dos agroquímicos no meio ambiente do Brasil. O ingrediente ativo mais comercializado no

país é o glifosato, com 246 mil toneladas comercializadas em 2021, seguido do 2,4-D, que supera 57 mil toneladas, e o mancozebe, com mais de 50 mil toneladas. Segundo o Ibama (2021), em 20 anos, no período 2000-2020, a venda de agrotóxicos no país aumentou mais de 322%, de mais de 162.000 toneladas em 2000 para mais de 686 mil toneladas em 2020, conforme a Figura 4. Porém, segundo o órgão, este crescimento está subestimado, pois, de 2014 a 2020, os valores dos produtos semioquímicos e microbiológicos foram apresentados em planilhas específicas, ou seja, o montante inicial do período de análise até 2014 continha outros produtos. Portanto, o saldo inicial do ano 2000 está majorado, o que implica em um salto proporcional ainda maior na análise com o ano de 2020.

Figura 4: Gráfico de evolução da venda de agrotóxicos e afins no Brasil em mil/ton de ingrediente ativo no período 2000/2020



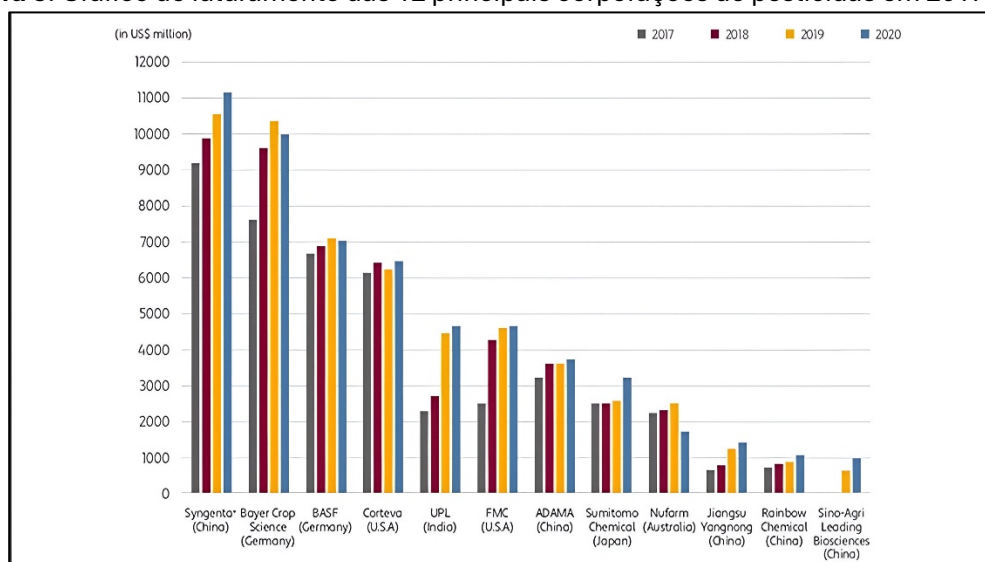
Fonte: Ibama. Dados atualizados: 15/09/2021. Org.: Autor, 2023. (2007 e 2008 sem dados)

O Brasil é um amplo mercado de agrotóxicos, à medida que o modelo agrícola vigente está atrelado à crescente dependência, estrangeira, destes produtos. Segundo o Sindiveg (2022), a cada 1.000 ha, em 2021, prevaleceu no Brasil a venda de inseticidas (27%), herbicidas (24%), fungicidas (18%), TS (9%) (combinação de produtos para tensão superficial) e outros (23% = adjuvantes e reguladores de crescimento). Para tanto, foram arrecadados, em 2021, US\$ 14,965 bilhões, com a aplicação de 1.194.373 toneladas de produtos agrotóxicos, um aumento de 10,5% em relação a 2020.

O volume principal de vendas de agrotóxicos às lavouras brasileiras é de corporações estrangeiras, num segmento que cada vez mais se concentra. Estima-se

que o mercado brasileiro será dominado por apenas cinco transnacionais que monopolizarão mais de 70% do mercado. Nos últimos anos houve a fusão das estadunidenses Dow e DuPont, originando a Corteva; houve a aquisição da estadunidense Monsanto pela alemã Bayer. Syngenta e Adama foram adquiridas pela chinesa ChemChina. E a estadunidense FMC assimilou a dinamarquesa Cheminova. Estabeleceu-se no Brasil, portanto, um oligopólio estrangeiro de produtos agroquímicos: Bayer, ChemChina, Corteva (Dow/DuPont), Basf e FMC, cujo faturamento mundial é ilustrado na Figura 5.

Figura 5: Gráfico de faturamento das 12 principais corporações de pesticidas em 2017/2020



Fonte: AgroPages, 2022. Extraído de Bombardi, 2022. Adaptação: Autor, 2023.

Segundo Achkar, Domínguez e Pesce (2008), outros segmentos do agronegócio também se encontram em crescente oligopolização, especialmente estrangeira:

- Fármacos: usados na pecuária, principalmente para engordar animais no menor tempo possível, com apenas 10 empresas dominando 55% do mercado mundial.
- Processamento e distribuição de alimentos: trata-se do processamento de bens alimentícios em que dez corporações abastecem 25% do mercado mundial, sendo as principais ADM, Pepsico, Tyson Foods, Coca Cola, Mars e Danone (única não estadunidense). Essas transnacionais consolidam-se aniquilando a concorrência nacional e regional, por vezes mantendo as marcas para aparentar certa diversidade na oferta de produtos.

- Comercialização de alimentos: são as grandes cadeias de supermercados, destacando-se a estadunidense Wal-Mart e as francesas Carrefour e Casino. As duas primeiras monopolizam entre 50% e 80% do consumo em 5 países: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e México.
- Serviços: consistem na financeirização da cadeia que impulsiona outros segmentos, destacando-se a Cargill que também fabrica e comercializa desde sementes a agroquímicos, além de produtos agropecuários.

O modelo vigente gera grande, porém questionável, riqueza. A natureza desta riqueza é concentrada em algumas corporações nacionais e estrangeiras. A Revista Forbes (2023), famosa em sistematizar as maiores fortunas e seus proprietários no mundo e no Brasil, também elencou as maiores corporações do agronegócio em 2021 atuando diretamente no Brasil. A Lista Forbes Agro 100 traz as maiores empresas de capital aberto relacionadas ao agronegócio no país, com base em informações de demonstrativos financeiros, além de dados compilados pela agência Standard & Poor's. O faturamento somado das 100 empresas que constam na edição da Revista Forbes foi de R\$ 1,29 trilhão, um crescimento de 24% frente ao R\$ 1,04 trilhão de 2019.

As principais corporações relacionadas com a sojicultura são:

- **Cargill**, do setor de Alimentos e Bebidas, de Conover, Iowa – EUA, com receita: R\$ 67,16 bilhões. É uma empresa gigantesca de capital fechado e seu controle permanece com a família fundadora. A companhia divulgou uma receita global recorde de US\$ 134,4 bilhões em receitas no ano fiscal de 2020 (junho a maio), um crescimento de 17% em relação a 2019. Atualmente, a Cargill atua nas áreas de alimentos, energia e logística. Está no Brasil desde 1965 e emprega cerca de 11 mil funcionários, sendo uma das maiores indústrias de alimentos do país. É proprietária de marcas tradicionais do mercado de consumo, como o óleo de milho Mazola, a maionese Lisa e os molhos e extrato de tomate Elefante.
- **Bunge**, do setor de Alimentos e Bebidas, de Amsterdã – Holanda, com receita de R\$ 50,52 bilhões. Atualmente, a companhia está em cerca de 40 países e emprega 23 mil funcionários. No Brasil desde 1905, a Bunge tem 6 mil trabalhadores e possui cerca de 100 unidades entre fábricas, moinhos, portos, centros de distribuição, silos e instalações portuárias. No campo, a empresa é uma das líderes em originação de

soja, milho, trigo, caroço de algodão, sorgo e girassol. Entre os produtos fabricados estão óleos, maionese e margarinas, como os das marcas Soya, Primor e Salada.

- **Cofco International**, do setor de Trading e Comércio, de Pequim – China, com receita de R\$ 33,22 bilhões. Fundada em 1949, logo após a Revolução Comunista na China, a Cofco foi, durante décadas, a única estatal importadora e exportadora de produtos e insumos agrícolas da China. Atualmente, a Cofco é uma das maiores tradings do mundo.

- a francesa **Louis Dreyfus**, do setor Tradings e Comércio; atualmente é uma das principais companhias dedicadas à comercialização e ao processamento de grãos.

- **Amaggi**, do Mato Grosso, que consiste no grupo de maior produção de soja de capital 100% nacional e atua em outras três áreas: trading, logística e energia.

- a cooperativa **Coamo**, que conta com 110 unidades localizadas em 71 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, para recebimento da produção agrícola dos mais de 29 mil associados.

- **Yara Brasil** é outra transnacional, de Notodden – Noruega, especializada em agroquímicos, fundada em 1905 como uma subsidiária da companhia energética Norsk Hydro para produzir fertilizantes à base de nitrogênio por meio do processo de fixação, que consome muita eletricidade.

- **C. Vale**, outra cooperativa paranaense, de Palotina, que atua no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraguai. Produz soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango, peixe e suínos. No segmento industrial, produz amido modificado de mandioca e rações. Também comercializa insumos, peças e acessórios, revende máquinas agrícolas e mantém uma rede de supermercados.

- **Fertipar**, do setor Agroquímica, de Paranaguá – PR, é uma holding que controla 12 empresas de fertilizantes com unidades nas cinco regiões brasileiras.

- **Gavilon**, do setor Trading e Comércio, de Sioux City (Estados Unidos), adquirida pela japonesa Marubeni em 2013. A companhia é uma das maiores tradings nacionais e uma das líderes na exportação de soja.

- a transnacional alemã **Bayer**, do setor Agroquímica, possui atividades conhecidas de medicamentos e produtos químicos, e atua no setor por meio de sua subsidiária Bayer CropScience.

- a canadense **Viterra**, do setor Trading e Comércio, é uma das principais tradings do agronegócio. No Brasil desde 2010, a corporação iniciou suas atividades no país por meio da aquisição da Glencana. Atualmente a companhia tem dois terminais portuários dedicados a grãos, no Pará e no Maranhão, duas usinas de etanol e açúcar no estado de São Paulo, uma empresa de processamento de soja e seis moinhos de trigo.

Destacam-se ainda na Lista da Revista Forbes, relacionadas à sojicultura, as corporações brasileiras Engelhart CTP, do Banco BTG Pactual (fundado pelo ministro da Fazenda do governo Bolsonaro, Paulo Guedes), as cooperativas Comigo, Cocamar, Copacol, Cooperalfa, Integrada, Agrária, Castrolanda, Frísia e Coopavel, a Caramuru, a Camil, a Bianchini, a 3Tentos, a SLC Agrícola, a Granol, além da chinesa Belaagrícola e da espanhola Eisa Interagrícola, dentre outras.

5. A OLIGOPOLIZAÇÃO ESTRANGEIRA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Por óbvio, investimentos no setor produtivo pelo Estado são estratégicos e importantes. Contudo, discute-se o modelo a que se destina, os benefícios e os beneficiários da política pública. O Moderfrota, por exemplo, destina-se quase que integralmente a oligopólio estrangeiro, especialmente após a desconstrução da indústria brasileira de máquinas agrícolas, que ascendeu do projeto nacional-desenvolvimentista do século XX, com Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. A negligência do Estado brasileiro, a submissão ao capital estrangeiro na ditadura militar e nos anos 1980 e a ascensão do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, enterraram projetos brilhantes de engenharia mecânica genuinamente nacionais, de destaque nacional e internacional, o que pode se discutir em Hettwer (2022).

Na atualidade, o segmento de máquinas agrícolas – tratores e colheitadeiras - está oligopolizado por transnacionais, que vão adquirir os frutos da política pública brasileira, parte majoritária dos R\$ 10,16 bilhões disponíveis para grandes e médias propriedades, e remeter seus lucros para suas matrizes, com pequena reprodução deste capital no espaço geográfico brasileiro. Para Sartti, Sabbatini e Vian (2009), no segmento de tratores e colheitadeiras, os países desenvolvidos tendem a manter sua hegemonia devido aos altos investimentos em tecnologia e seu incremento na agricultura de precisão, no uso

de satélite para sistematização das atividades de adubação e pulverização, o que poderá aumentar a produtividade agrícola e exigirá a renovação constante da frota, pois estes equipamentos não podem ser adaptados às máquinas antigas.

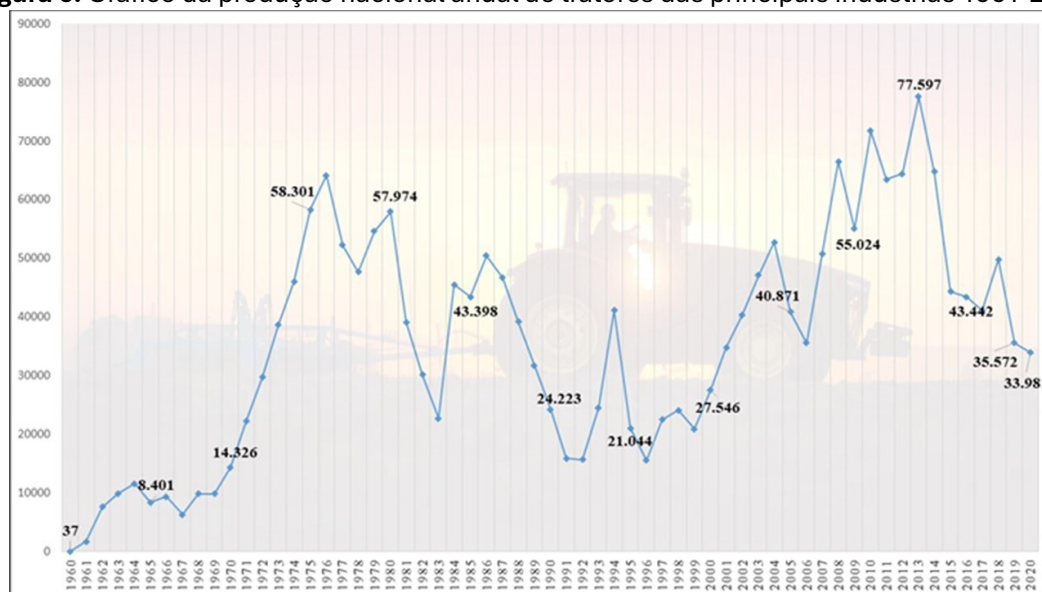
No Brasil, segundo a Anfavea (2022), são associadas a ela e produtoras atuais de tratores: a Agrale, única nacional, que produz tratores de menor potência; a italiana CNH¹ (Case e New Holland); a estadunidense AGCO² (Massey Ferguson e Valtra); a também estadunidense John Deere, filiada à Anfavea até 2020. Estas empresas, além da gaúcha Stara, que iniciou a produção de tratores em 2011 (mas inexistente no portfólio da empresa em 2023, priorizando pulverizadores, distribuidores e semeadoras), a alemã Fendt (adquirida pela AGCO em 1997), a indiana Mahindra, rivalizam entre si as vendas de tratores, porém com amplo domínio da AGCO, da CNH e da John Deere.

Segundo a Conab (2023), a safra de grãos 1976-1977 brasileira foi de 46.943.100 toneladas e a estimativa para a safra 2022-2023 é de 309.888.300 toneladas. Ou seja, um aumento superior a 560% no período. Contudo, a produção de tratores no Brasil é instável e vem desacelerando desde a década de 1970, com picos produtivos nos anos de 2008 e 2013.

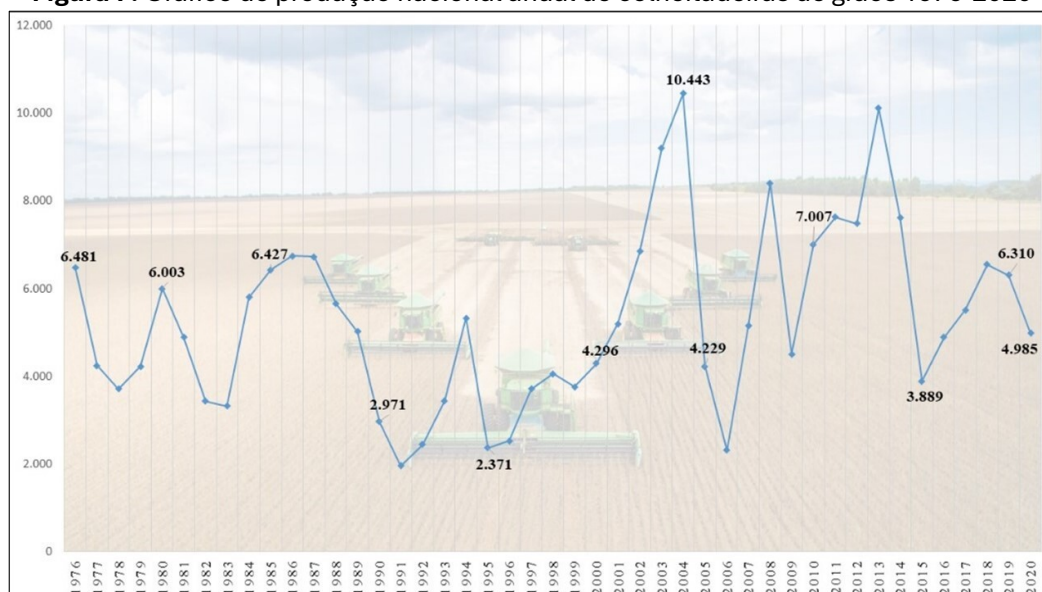
Com o desmonte da indústria nacional de máquinas agrícolas, o oligopólio estrangeiro hegemoniza o mercado brasileiro, que apresenta grandes oscilações no período de 1961-2020, conforme demonstram as Figuras 6 e 7. Nota-se que, apesar do agronegócio ser amplamente incentivado no Brasil, a safra de grãos ser recorde a cada ano, a produção de tratores e colheitadeiras não representa esta pujança.

¹ A CNH Industrial é a divisão de máquinas agrícolas da Fiat, num histórico longo de fusões corporativas, notabilizando-se a aquisição da Harvester, Steyr, New Holland (1991), Case (1999) e Ford (1991), dentre outras na Europa e EUA, transformando-se na grande transnacional.

² A AGCO Corporation é um conglomerado transnacional com foco em desenvolvimento, fabricação e distribuição de equipamentos agrícolas para 140 países e com sede em Duluth (EUA), detentor das marcas Massey Ferguson, Valtra, Fendt, Challenger, Grain & Protein, Precision Planting, AP, Appareo, Cimbria, Cumberland, Fuse, GSI, Headsight, JCA Technologies, Tecno, AGCO Parts, AGCO Power e AGCO Service.

Figura 6: Gráfico da produção nacional anual de tratores das principais indústrias 1961-2020

Fonte: Anfavea, 2022. Org.: Autor, 2025.

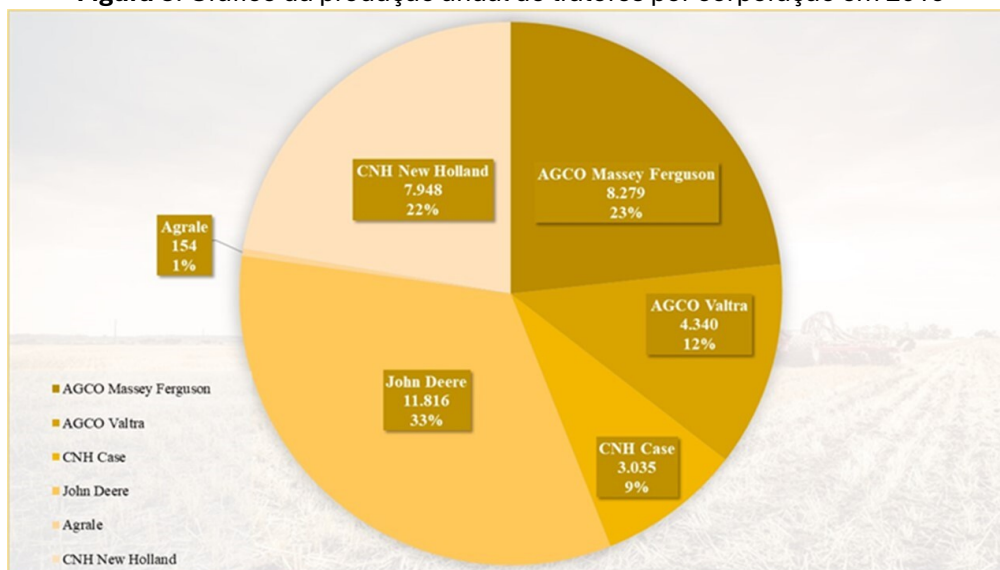
Figura 7: Gráfico de produção nacional anual de colheitadeiras de grãos 1976-2020

Fonte: Anfavea, 2022. Org.: Autor, 2023.

As colheitadeiras de grãos são, unicamente, produzidas no Brasil pelas transnacionais CNH (Case e New Holland), AGCO (Massey Ferguson e Valtra) e John Deere. O segmento também apresenta instabilidade produtiva e desaceleração nos últimos anos, mesmo com os fartos incentivos produtivos e as recordes safras, com picos produtivos em 2004 e 2013. A produção de tratores, em 2019, demonstra a consolidação da liderança da estadunidense John Deere, com 33% da produção no ano, que supera a histórica líder AGCO Massey Ferguson (EUA), com 23%, seguidas da CNH

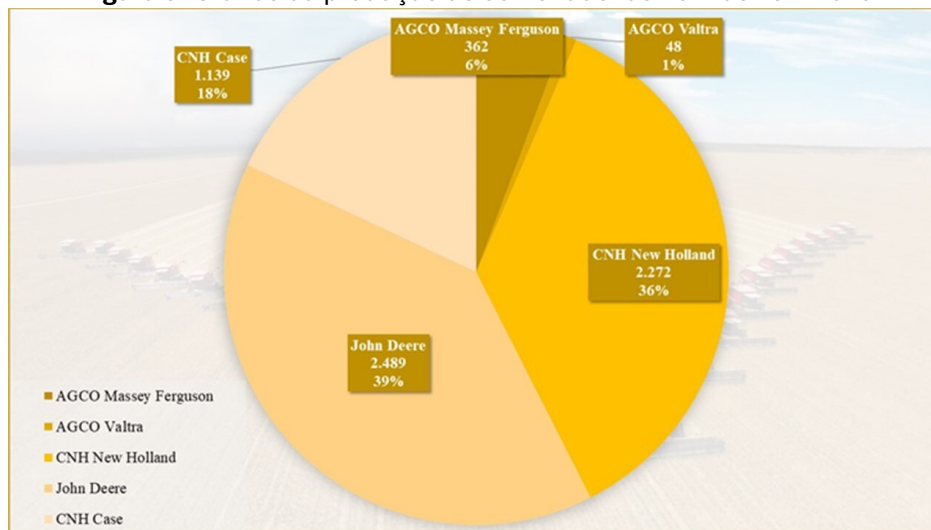
New Holland (22%), AGCO Valtra (12%), CNH Case (9%) e, por último, a nacional Agrale com 1% da produção.

Figura 8: Gráfico da produção anual de tratores por corporação em 2019



Fonte: Anfavea, 2022. Org.: Autor, 2023.

Figura 9: Gráfico da produção de colheitadeiras no Brasil em 2019



Fonte: Anfavea, 2022. Org.: Autor, 2023.

Os gráficos demonstram o desempenho das transnacionais na consolidação da hegemonia do mercado brasileiro de tratores nas últimas cinco décadas, além dos resultados da brasileira Agrale. Destaca-se que a Valtra é a denominação da AGCO após a assimilação da estatal dinamarquesa Valmet; e a CNH New Holland assumiu a divisão de tratores da histórica Ford. O segmento de colheitadeiras, totalmente desnacionalizado, é liderado pela estadunidense John Deere (39%), seguida da CNH New Holland (36%) e CNH Case (18%), AGCO Massey Ferguson (6%) e AGCO Valtra (1%).

A indústria de máquinas agrícolas é um grande e complexo segmento econômico, potencial gerador de empregos e renda, que possibilitaria grandes investimentos nacionais em engenharia genuinamente nacional, pesquisa e tecnologia. Mas é, estranhamente, ocupado por um oligopólio estrangeiro que reproduz no país a sua seletividade negocial e representa no Brasil os investimentos gerados em seus países de origem, que retornam na forma de lucros remetidos às suas matrizes. Notabilizam-se, no segmento de colheitadeiras, a aquisição da brasileira SLC pela John Deere, que produziu, no período 1976-1998, o total de 35.500 colheitadeiras. E a brasileira Ideal fabricou, que entre 1976-1999, 11.286 unidades, até ser totalmente desnacionalizada pela AGCO Massey Ferguson (Anfavea, 2022).

O oligopólio estrangeiro é bastante seletivo. O Censo Agropecuário do IBGE (2017), demonstra que a imensa maioria dos estabelecimentos agropecuários brasileiros não possui trator e colheitadeira. Em 5.073.324 estabelecimentos, há tratores em apenas 734.280 propriedades rurais (14,47%). Há, segundo o IBGE (2017), 3.841.461 estabelecimentos rurais agrícolas, de culturas diversas, que podem demandar o uso de colheitadeira: algodão herbáceo (3.224), amendoim em casca (59.207), arroz em casca (179.881), aveia branca em grão (15.211), cana-de-açúcar (171.348), centeio em grão (142), cevada em casca (1.988), feijão preto em grão (235.163), feijão de cor em grão (315.323), feijão fradinho em grão (932.947), milho em grão (1.655.450), soja em grão (236.245), trigo em grão (35.268), trigo preto em grão (64). Considerando a rotação de culturas em um mesmo ano, nota-se que há expressivo número de propriedades em potencial. Contudo, segundo Mazoyer e Roudart (2010), o modelo vigente é excludente.

[...] se a seleção, os insumos e os produtos de tratamento favoreceram em larga escala os agricultores dos países em desenvolvimento, a motorização e a grande mecanização beneficiaram apenas as grandes propriedades capitalistas ou estatais e uma pequena fração dos agricultores abastados. [...] Progressivamente privada de atividades rentáveis, a imensa maioria dos agricultores subequipados e pouco produtivos dos países em desenvolvimento se viu com ganhos insuficientes para investir e para progredir, ou, dito de outro modo, com ganhos situados abaixo do patamar de renovação (ou limite de capitalização). Assim, ainda hoje, mais de 80% dos agricultores da África e de 40% a 60% dos agricultores da Ásia e da América Latina continuam a trabalhar com um equipamento estritamente manual. (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 492)

Segundo o IBGE (2017), há apenas 119.866 colheitadeiras em 172.199 propriedades rurais brasileiras. Uma das justificativas é o preço exorbitante da máquina, estimado em R\$ 3 milhões nos modelos mais produtivos, como a New Holland CR 10.90.

Sem condições para adquirir uma colheitadeira, muitos dos agricultores, de menores propriedades, alugam-nas de grandes proprietários, que fazem deste mecanismo outra forma de lucro e até mesmo de reinvestimento. “Esses dados revelam, pois, não a generalização sumária do progresso técnico, mas sim a sua concentração, quer espacial, quer setorial, no campo” (Oliveira, 2016, p. 473)

Outra característica marcante do oligopólio é a escalada de sua financeirização corporativa. Detendo o privilégio da oferta do produto, aliam-no a pacotes de financiamentos próprios, elevando seus ganhos mediante os serviços financeiros inerentes com a prática de juros, rentabilizando ainda mais o negócio, encarecendo-o ainda mais, endividando produtores.

6. O DESATENDIMENTO NOS MUNICÍPIOS QUANTO A MAQUINÁRIO

As máquinas e implementos agrícolas são cada vez mais fundamentais para a agricultura. Facilitar o trabalho dos produtores e ainda auxiliar na rentabilização das culturas são alguns dos seus benefícios. Das pequenas às grandes propriedades existem máquinas agrícolas ideais para cada necessidade. Há vários modelos disponíveis no mercado, cada um adequado para alguma tarefa específica. Para diversas atividades, acoplam-se no trator outra variedade cada vez maior de implementos agrícolas – reboques, plantadeiras/semeadoras, adubadoras, arados, subsoladores, grades, sulcadores, pulverizadores, enxada rotativa, rolo-faca, colhedeira de forragem.

Porém, a mecanização não é democratizada no Brasil, deixando de atender a maioria das propriedades rurais, até mesmo nos municípios em que a sojicultura transgênica agroexportadora mais se manifesta. Os municípios de Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito são, nesta ordem, aqueles que detêm as maiores áreas municipais produtoras, segundo o IBGE (2017), no estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 2: Número de estabelecimentos rurais e presença de maquinário agrícola

Município	Total estabelecimentos	Nº tratores	Nº plantadeiras/ semeadeiras	Nº colheitadeiras	Nº adubadoras
Tupanciretã	1.177	563	440	302	291
São Gabriel	2.192	822	649	358	273
Júlio de Castilhos	975	610	453	305	250
Cachoeira do Sul	2.762	1.257	758	413	391
Dom Pedrito	1.097	535	382	210	180
Total	7.203	3.787	2.682	1.588	1.385

Fonte: IBGE, 2017. Org.: Autor, 2023.

Como ilustra a Tabela 2, o município de Tupanciretã, de 1.177 estabelecimentos rurais, apresenta tratores em 563 (47%), semeadeiras e plantadeiras em 440 (37%), colheitadeiras em 302 (25%) e adubadoras em 291 (24%) de suas propriedades rurais. No município de São Gabriel, de maiores diversidade agrícola e população, o desatendimento no campo é ainda maior. Em 2.192 estabelecimentos rurais, há tratores em 822 (37,5%), semeadeiras/plantadeiras em 649 (29,5%), colheitadeiras em 358 (16,5%) e adubadoras em 273 (12,5%). No município constata-se um significativo número de médias propriedades sem disponibilidade dos equipamentos mecânicos. O município de Júlio de Castilhos, com uma média de propriedades rurais de 175,88 ha (IBGE, 2017), apresenta uma maior porcentagem de estabelecimentos rurais possuidores de maquinário. Há 975 estabelecimentos rurais, dos quais 610 (62%) possuem tratores; 453 (46%) tem semeadeiras/plantadeiras; 305 (31%) possuem colheitadeiras; e 250 (25%) tem adubadoras.

Em Cachoeira do Sul, mais populoso dos cinco municípios, há 2.762 estabelecimentos rurais no município, dos quais 1.257 (45,5%) apresentam tratores; 758 (27,5%) tem semeadeiras/plantadeiras; 413 (15%) possuem colheitadeiras; e 391 (14%) tem adubadoras. O município de Dom Pedrito, que apresentou a maior adesão à sojicultura no período 2006/2017, de cultura pecuária tradicional, também apresenta baixo atendimento no campo com relação à disponibilidade de maquinário agrícola. De um total de 1.097 estabelecimentos rurais, há 535 (49%) com tratores; 382 (35%) com semeadeiras/plantadeiras; 210 (19%) com colheitadeiras; e 180 (16,5%) com adubadoras.

Ao esmiuçarem-se os números de máquinas agrícolas nas propriedades rurais, nota-se que, à medida que a área do estabelecimento rural diminui, o atendimento com maquinário diminui; e, à medida que aumenta, há a presença de maquinário agrícola. Ou seja, há uma notória especialização mecânica nas maiores propriedades rurais, segregando as de menores áreas, que são a maioria. Salienta-se ainda que a totalização ainda é majorada pois há grandes latifúndios que apresentam mais de um equipamento à disposição, tal como averiguou-se nas inúmeras visitas técnicas realizadas no curso deste e de outros estudos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia produtiva de soja transgênica apresenta grande e dominante presença de capital estrangeiro na sua configuração pormenorizada, desde sementes, agrotóxicos, fertilizantes e maquinário agrícola. São dezenas de bilhões de dólares que são incentivados pelo Estado para consolidar um arranjo produtivo de natureza exógena, que evade capital para as matrizes de transnacionais, muitas delas adquirentes de empresas brasileiras.

A despeito de outras discussões necessárias, de outros impactos da configuração da sojicultura, a pormenorização da segmentação econômica permite perceber as grandes vantagens que grandes complexos industriais estrangeiros, e oligopólios nacionais, tem com a expansão sojicultora no Brasil. Diante da Divisão Internacional do Trabalho, a cultura transgênica é uma caricatura da dinâmica de países desenvolvidos, industrializados, e países subdesenvolvidos, consumidores de seus produtos e de economias primárias.

Com a valorização da *commodities* no mercado exterior, a sojicultura avança consideravelmente, o que vai alavancar ainda mais os lucros destes oligopólios, numa fé engegueda do acerto do caminho nacional. O modelo vigente não é algo novo em nossa História. Lembra o ciclo do café, em que uma elite rural torna o Estado refém para a reprodução de seu projeto oligárquico, em acordos com bancos e países estrangeiros, à época Inglaterra e Estados Unidos. Os coronéis e a política dos governadores reforçavam um modelo subalterno, da oligarquia cafeeira, que sujeitava o Brasil à submissão estrangeira.

Além das discutíveis bases do modelo produtivo, que gera danos à natureza e à saúde humana com o excesso de consumo de veneno que polui solos e águas, notabiliza-se que a maior lucratividade da cadeia produtiva sequer é usufruída pelos brasileiros. Há um amplo desatendimento da agropecuária até mesmo nos principais municípios sojicultores gaúchos examinados. As máquinas e implementos agrícolas potencializam o trabalho, trazendo diversos benefícios como o aumento da eficiência de atividades agrícolas; maior escala produtiva; agilidade em atividades e processos; maior flexibilidade do sistema de manejo em geral; melhores condições de trabalho aos trabalhadores da terra.

Porém, a empresa nacional é discriminada pelo Estado, à medida que este não investe satisfatoriamente na pesquisa mecânica nacional e não protege o mercado brasileiro para empresas genuinamente nacionais em contratos creditícios que poderiam ser homologados para produzir um princípio de encadeamento à sojicultura. Afinal, no modelo vigente, os créditos dos impostos dos brasileiros, servem ao capital estrangeiro e negligencia maior parte dos estabelecimentos rurais, como demonstrado, até em municípios hegemonzados drasticamente pela sojicultura transgênica agroexportadora.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO. **Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ACHKAR, Marcel; DOMÍNGUEZ, Ana e PESCE, Fernando. **Agronegocios Ltda. Las empresas agroalimentarias en América del Sur**. Montevideo: Ed. T. Verde-Redes. Programa Uruguay Sustentable, 2008.

AENDA. **As 20 maiores empresas agroquímicas brasileiras em 2017**. São Paulo: 2018. Disponível em https://www.aenda.org.br/noticia_imprensa/as-20-maiores-empresas-agroquimicas-brasileiras-em-2017/ Acesso em: 8 jul. 2025.

ANFAVEA. **Anuário da indústria automobilística brasileira 2022**. São Paulo: 2022. Disponível em <https://anfavea.com.br/site/anuarios/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A agricultura 4.0 no Brasil: alta tecnologia na agricultura não é sinônimo de alimentos para a população brasileira**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022. ISBN 978-65-87665-12-2.

CONAB. **Grãos por produtos**. Brasília – DF: 2023. Disponível em <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras/itemlist/category/908-graos-por-produtos>. Acesso em: 08 jul. 2025.

CTNBIO. **Tabela de Plantas Aprovadas para Comercialização**. Brasília – DF: 2018. Disponível em http://ctnbio.mctic.gov.br/publicacoes?p_p_auth=7RJYnqGG&p_p_id=110_INSTANCE_cwksGAQxt1lp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&_110_INSTANCE_cwksGAQxt1lp_struts_action=%2Fdocument_library_display%2Fview_file_entry&_110_INSTANCE_cwksGAQxt1lp_redirect=http%3A%2F%2Fctnbio.mctic.gov.br%2Finstituicoes-cadastradas%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dvariedades%2Baprovadas%2B%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252Finstituicoes-cadastradas&_110_INSTANCE_cwksGAQxt1lp_fileEntryId=2238117. Acesso em: 08 jul. 2025.

EMBRAPA. **Viabilidade econômica da cultura da soja para a safra 2021/2022, em Mato Grosso do Sul.** Comunicado Técnico 262. Autor: Alceu Richetti. Disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1133296/1/COT-262-2021.pdf> Acesso em: 08 jul. 2025.

ETC GROUP. **Agrochemicals & commercial seeds.** Montreal – Canadá: 2022. Disponível em <https://www.etcgroup.org/food-barons-2022-agrochemicals-seeds>. Acesso : 08 jul. 2025.

FORBES BRASIL. **Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil.** São Paulo – SP: 2023. Disponível em <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

GIRALDELI, Ana Lígia. **Tecnologias transgênicas na cultura da soja.** Publicado no portal Conecta Sementes em 26/04/2021. Disponível em <https://conectasementes.com.br/tecnologias-transgenicas-na-cultura-da-soja/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

GLOBO RURAL. **Líder de sementes de soja nos EUA chega ao Brasil para ficar entre as cinco maiores.** Rio de Janeiro: 2023. Publicado em 02/02/2023. Disponível em <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2023/02/lider-de-sementes-de-soja-nos-eua-chega-ao-brasil-para-ficar-entre-as-cinco-maiores.ghtml>. Acesso em: 08 jul. 2025.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **Neocolonialidades no Pampa gaúcho.** Campinas: Ed. D7, 2021.

_____. **A controversa evolução da indústria brasileira de máquinas agrícolas de 1920 a 2020.** Caminhos da História, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 145–167, 2022. DOI: 10.46551/issn.2317-0875v27n1p.145-167. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/4851>. Acesso em: 8 jul. 2025.

IBAMA. **Relatórios de comercialização de agrotóxicos.** Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002. Brasília – DF: 2023. Disponível em <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/quimicos-e-biologicos/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos>. Acesso em: 08 jul. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017 - Tabela 6872.** Número de estabelecimentos agropecuários e Número de tratores, implementos e máquinas existentes nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, tratores, implementos e máquinas existentes no estabelecimento agropecuário, sexo do produtor e classe de idade do produtor. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6872>. Acesso em: 08 jul. 2025.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Balança comercial brasileira.** Brasília – DF: 2023. Disponível em https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html#

[~:text=At%C3%A9%20a%201%C2%BA%20Semana%20de,US%24%2010%2C80%20bi
lh%C3%B5es. Acesso em: 08 jul. 2025.](#)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Sistema de agrotóxico e fitossanitário.** Brasília – DF: 2023. Disponível em <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrofit/index.html>. Acesso em: 08 jul. 2025.

MITIDIERO JR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo.** Revista Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. ISBN 978-65-87504-26-1. Setembro, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert - Rede PENSSAN, 2022. ISBN 978-65-87504-50-6. Disponível em <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

REVISTA ISTO É. **Nasce a gigante dos royalties.** Publicado na Revista Dinheiro Rural. Edição nº 181 de 26/07/2021. São Paulo: 2021. Disponível em <https://www.dinheirorural.com.br/nasce-a-gigante-dos-royalties/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2009.

SARTI, F.; SABBATINI, R.; VIAN, C. E. F. **PROJETO PIB: Perspectivas do Investimento em Mecânica**. Campinas: Projeto PIB, n. 7, p. 160, 2009. Disponível em https://pesquisa.ie.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/62/2024/12/ie_ufrj_sp07_mecanica.pdf. Acesso em: 08 jul. 2025.

SHÀOGUǑNG, Wáng. **Soja: história, geopolítica e tragédia.** In Outras Palavras. traduzido pela Monthly Review | Tradução e adaptação para o português: Maurício Ayer. Disponível em <https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/soja-historia-geopolitica-e-tragedia/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

SINDIVEG. **Mercado total de defensivos agrícolas por produto aplicado.** São Paulo – SP: 2023. Disponível em <https://sindiveg.org.br/mercado-total/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

LA CONFIGURACIÓN EXÓGENA DE LA CADENA PRODUCTIVA DE LA SOJA EN EL ESPACIO GEOGRÁFICO BRASILEÑO

Resumen: Este artículo integra una extensa investigación sobre la cadena productiva de la soja en Brasil, destacando la pujanza de la oleaginosa y la expansión territorial de su cultivo. Se enfoca en detallar la cadena productiva y su planilla de costos operativos para evaluar y discutir la naturaleza económica de los agentes que trabajan en ella. La cultura de la soja transgénica imperante expresa un modelo de carácter exógeno manejado por amplios y complejos intereses del capital global, apalancados por transnacionales y agentes financieros, bajo la tutela del Estado. A través del análisis de la segmentación de la cadena productiva, se identificó que el cultivo de soja sufre de una severa oligopolización extranjera en su formato hegemónico. Los segmentos que componen la cadena de producción están dominados por corporaciones extranjeras, especialmente aquellos esenciales para su reproducción: semillas, pesticidas y maquinaria agrícola. Esta situación homogeneiza cada vez más el espacio rural, inhibe la investigación nacional y la generación de capital nacional, además de aumentar la dependencia extranjera.

Palabras clave: Soja; Globalización; Neoliberalismo; Oligopolización; Dependencia.

THE EXOGENOUS CONFIGURATION OF THE PRODUCTION CHAIN OF SOY IN THE BRAZILIAN GEOGRAPHIC SPACE

Abstract: This article integrates extensive research on the soybean production chain in Brazil, emphasizing the strength of the oilseed and the territorial expansion of its cultivation. It focuses on detailing the production chain and its operating cost spreadsheet to assess and discuss the economic nature of the agents that work in it. The prevailing transgenic soybean culture expresses a model of an exogenous nature managed by broad and complex interests of global capital, leveraged by transnationals and financial agents, under the tutelage of the State. Through the analysis of the segmentation of the productive chain, it was identified that the soybean farming suffers from serious foreign oligopolization in its hegemonic format. The segments that make up the production chain are dominated by foreign corporations, especially those essential for their reproduction – seeds, pesticides and agricultural machinery. This situation increasingly homogenizes the rural space, inhibits national research and generation of national capital, in addition to increasing foreign dependence.

Keywords: Soybean; Globalization; Neoliberalism; Oligopolization; Dependency.

Recebido em: 08/07/2023

Aceito em: 09/09/2025

REDES GEOGRÁFICAS DA SUINOCULTURA NO OESTE CATARINENSE

Artigo já publicado na edição de 2023: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/134341>

Alisson Henrique Bavaresco¹

RESUMO

O presente artigo é fruto de nossa pesquisa de mestrado no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE na qual buscou-se compreender as mudanças e permanências na produção de suínos da região Oeste catarinense ao longo do tempo. Dentre os aspectos analisados, procuramos identificar a formação das redes geográficas que atuam em torno da produção de suínos no Oeste catarinense. Este artigo é parte de nosso trabalho de Mestrado e se justifica pela importância que a suinocultura possui na dinâmica econômica, social, política e cultural da região em estudo. O trabalho tem como base metodológica a revisão bibliográfica do tema.

PALAVRAS CHAVE: Redes; Suinocultura; Oeste Catarinense.

1. INTRODUÇÃO

As redes possuem papel fundamental na formação e desenvolvimento dos processos produtivos, em especial da suinocultura, pois possibilitam a abertura de novos mercados consumidores e de relações comerciais e produtivas na obtenção de tecnologias e inovações, bem como elas se inserem num importante instrumento metodológico na compreensão dos processos produtivos e do desenvolvimento capitalista.

Na cadeia produtiva da suinocultura do Oeste catarinense é possível destacar diversas redes que atuam sobre o processo produtivo. Dentre elas as redes de transportes que atuam tanto na fase primária da produção, levando até as propriedades os insumos como a ração animal e destinando os animais até as agroindústrias para o abate. Além disso, estão relacionados à comercialização até as redes atacadistas e mercados exportadores.

Ainda encontramos as redes de comunicação e informação que ocorrem através da atuação dos técnicos e profissionais da área que atuam em nome das empresas agroindustriais ou até mesmo do governo, levando até os suinocultores informações de técnicas de manejo, qualidade sanitária e de bem-estar animal, melhorando assim a produtividade e por consequência a rentabilidade dos produtores.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ademais, podemos destacar as redes de circulação financeira que são características da atuação dos bancos, tanto estatais como de iniciativa privada, além das cooperativas de crédito que atuam através do financiamento da produção, principalmente na manutenção do capital depredado ou na realização de novos investimentos, tanto nas propriedades como nas agroindústrias.

O presente texto busca representar a organização das redes geográficas em torno da produção de suínos no Oeste de Santa Catarina, tendo como metodologia a organização de um referencial bibliográfico acerca do tema com autores que trabalham com o assunto. Diante disso buscou-se os trabalhos de Dias (2017), Mior (2005; 2010), Goularti Filho (2016) e Castells (2020).

Na primeira parte apresentamos os principais conceitos de redes geográficas. Em seguida analisamos os tipos de redes que atuam no Oeste de Santa Catarina, dando destaque para a formação das redes verticais de produção na qual a suinocultura faz parte.

Em seguida realizamos a explanação do desenvolvimento das agroindústrias como fator essencial na organização e na expansão das redes geográficas da suinocultura no Oeste catarinense.

2. AS REDES GEOGRÁFICAS

As redes possuem um papel importante na formação territorial brasileira, pois estão associadas aos processos de urbanização e de integração do mercado nacional, eliminando as barreiras de todas as ordens que separavam as regiões produtivas (Dias, 2017) interligando as regiões e formando um único mercado nacional. No entanto, a importância das redes se resume apenas ao urbano, se estende sobre o espaço rural, integrando ao urbano e criando diferentes elementos que o compõe e o redimensiona.

À presença inicial das ferrovias e das rodovias, que irrigavam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais certos –, mas que se tornaram uma condição necessária a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles consolidam (Dias, 2017, p. 150).

O autor destaca ainda,

Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política

destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplementação do espaço e invalidação do tempo. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder. As conexões que ligam as redes, representam os instrumentos privilegiados do poder. Assim, os conectores são os detentores do poder (Castells, 2020, p. 554).

Deste modo, consideramos as redes como sendo forma de ordenação das relações de poder nas sociedades da atualidade, por serem precursoras de uma nova dinâmica social em que o capitalismo se encontra em nova fase, na qual a estrutura social globalizada e a economia mundial com base no sistema financeiro se organizam em torno de uma infinita gama de redes de informações, comunicação, bens e serviços. Diante disso, as redes se tornam de significativa importância na análise das estruturas produtivas, no nosso caso a suinocultura.

Com as transformações ocorridas nas últimas décadas no mundo com significativos avanços tecnológicos e inovações nos transportes e comunicações passaram a alterar significativamente as relações sociais e econômicas entre sociedades localizadas geograficamente em longas distâncias. Cada vez mais a distância geográfica deixa de ser um empecilho ao desenvolvimento e passa a ser apenas mais uma característica cartográfica. A ampliação das navegações no século XVI, as estradas de ferro no século XIX, bem como rodovias e a aviação no século XX foram fundamentais para ligar territórios distantes possibilitando cada vez mais a circulação de mercadorias, pessoas e informações.

O desenvolvimento das comunicações como o telégrafo, posteriormente o telefone e mais recente ainda a rede de internet, organizou-se uma gama de redes de comunicações levando informações para as diversas e mais distantes regiões do mundo. “Todas essas inovações, fundamentais na história do capitalismo mundial, se inscreveram e modificaram os espaços nacionais, doravante sulcados por linhas e redes técnicas que permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informações” (Dias, 2017, p. 142)

Esses avanços nas redes de comunicações e transportes, desenvolvidos principalmente no século XX, além de redesenharem o mapa do mundo, dos países e das regiões, organizaram cada vez mais processos de múltiplas ordens, de integração produtiva, de integração de mercados, de integração financeira e de informação (DIAS, 2017). Mas da mesma forma que geraram processos de integração entre regiões e

setores, geraram também “processos igualmente de desintegração, de exclusão de vastas superfícies do globo [...]” (Dias, 2017, p. 147).

2.1. As Redes Geográficas na Suinocultura do Oeste Catarinense

Diante da temática da organização em redes da produção de suínos do Oeste catarinense buscamos como referência a análise de Mior (2010), na qual destaca a existência de pelo menos dois tipos de redes de desenvolvimento atuando de forma simultânea, na regiões Oeste catarinense, sendo elas: as redes verticais e as redes horizontais (Mior, 2010).

A principal diferença entre elas são que as redes verticais se caracterizam tradicionalmente dentro de um recorte setorial, a partir da abordagem da cadeia de *commodities*, já as redes horizontais têm sido abordadas num recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e aprendizagem (Mior, 2010).

Deste modo as redes verticais são representadas pela organização das grandes agroindústrias convencionais que atuam na região, já as redes horizontais caracterizam por representarem as agroindústrias familiares (Mior, 2010). As redes horizontais se encontram em um considerável processo de transformação na região Oeste catarinense (Mior, 2010), pois são consideradas como uma alternativa à organização das redes verticais que acabam submetendo os agricultores familiares nas mãos das grandes agroindústrias, apesar disso “é a ação estratégica da agroindústria convencional que acaba influenciando o padrão de desenvolvimento da agroindústria familiar” (Mior, 2010, p. 10) do Oeste catarinense.

Explorar o contexto da mudança agroindustrial na região Oeste catarinense exige, portanto, uma análise do inter-relacionamento entre as estratégias de ação destes agentes nas diversas escalas espaciais. Na região co-existem agroindústrias convencionais que estão ligadas ao mercado europeu de carnes (com a tendência pós-fordista) e, ao mesmo tempo, ao mercado brasileiro, que estaria em transição. Existe ainda uma série de agroindústrias de pequeno porte ligadas à produção de derivados de leite (queijos, iogurte, requeijão) voltada para mercados de nicho (produtos coloniais e artesanais) mas também para o mercado tradicional de commodities, como é o caso de queijo para pizzarias (Mior, 2010, p. 7).

A implementação das agroindústrias rurais tem sido uma alternativa adotada pelos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina no intuito de evitar a

subordinação ao modelo convencional de produção desenvolvido e fomentado pelas grandes agroindústrias, criando assim novas redes de desenvolvimento rural (Mior, 2010). Apesar disso, a maior parte dos agricultores e a população em geral, vem igualando desenvolvimento à intensa capitalização das propriedades (Mior, 2010), na qual os agricultores acabam tendo a tendência a integrar-se ao mercado de *commodities* e por consequência tornando-se subordinados ao capital industrial.

Tal perspectiva questiona o entendimento do que constitui desenvolvimento rural, em particular na esfera agrícola, onde desenvolvimento tem sido igualado a intensa capitalização em direção às grandes unidades de produção e ao declínio do poder do trabalho. Agora o desenvolvimento adequado é aquele estabelecido pelas novas redes de inovação. Tais redes seriam mais facilmente construídas em áreas que conservaram uma estrutura industrial flexível baseada em um grande número de pequenas unidades de produção (Mior, 2010, p. 2).

Neste quesito, tanto os produtores de suínos integrados quanto os independentes estão subordinados a esses processos de “desenvolvimento” até os dias atuais. É praticamente nula, no Oeste, a atuação das redes horizontais em torno da suinocultura. Devido as características do setor, ela acaba abarcando outras atividades, especialmente a produção de leite e hortifruti.

Estes diferentes padrões de articulação entre agricultura, agroindústria e território, refletem um processo onde co-existem pelo menos dois padrões de desenvolvimento rural e organização da produção (Mior, 2010). Primeiro, aquele influenciado pelos modelos internacionais de organização da produção e consumo alimentar, e em segundo padrões diferenciados de produção e de desenvolvimento associados à tradição e culturas alimentares locais (Mior, 2010).

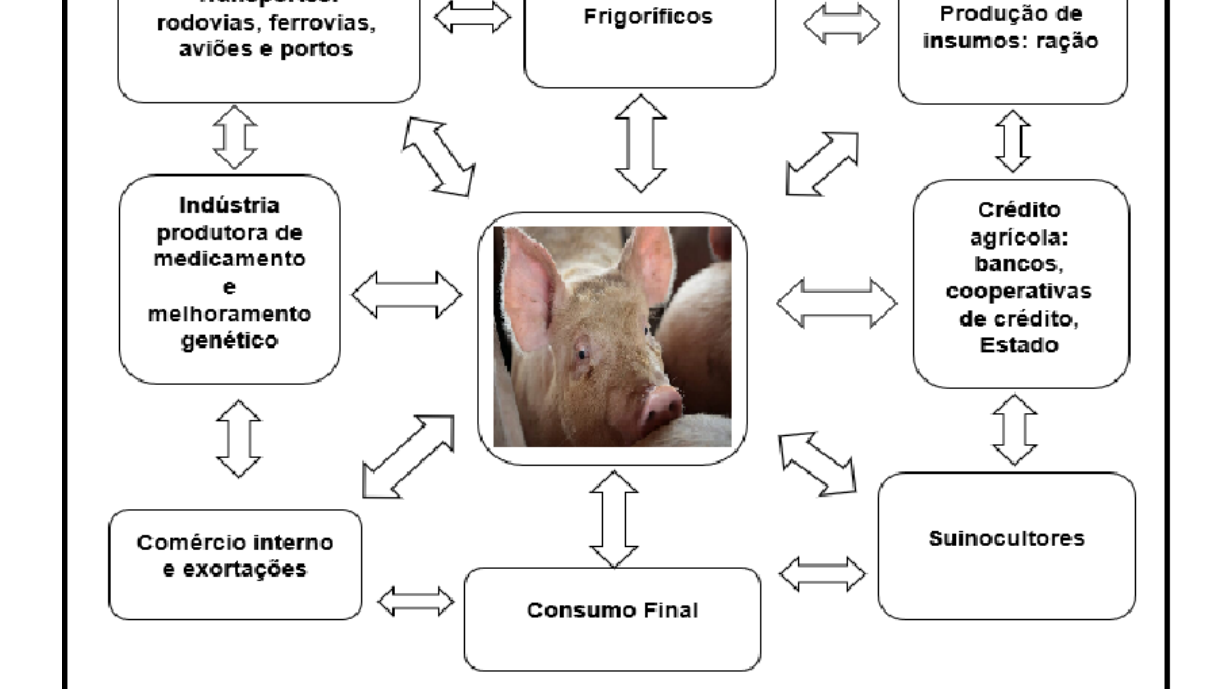
Portanto, na região Oeste existe um processo de estandartização da produção e dos mercados consumidores, promovida pela grande agroindústria convencional, assim como um processo de re-valorização da diversidade ecológica e sócio-cultural promovido por outros atores regionais. A constituição destas agroindústrias familiares torna-se um importante processo de transformação territorial [...] (Mior, 2010, p. 7).

As redes convencionais de desenvolvimento rural que desenharam e desenharam o modelo da produção suinícola da região Oeste catarinense começaram a ser tecidas ainda nos anos de 1940 (Mior, 2010). No início eram redes de pequeno alcance que envolviam um reduzido número de produtores e intermediários, com poucos produtos derivados dos suínos, com destaque para a banha de porco que era o principal produto comercializado (Mior, 2010).

Usando a linguagem da teoria ator-rede, foi um processo bem sucedido de construção e estabilização de redes conectando espaços de produção e de consumo através de uma miríade de atores (produtores de insumos, agricultores, técnicos, trabalhadores industriais, engenheiros, motoristas de caminhão...) e intermediários (aviões, caminhões, câmaras frias, contratos de fornecimento de uma variada gama de produtos e insumos) dentro de uma estratégia de negociação permanente entre o ator-mundo e os outros atores e intermediários (Mior, 2005, p. 123).

Organograma 1 – Redes da produção de suínos no Oeste catarinense.

Transportes:			
---------------------	--	--	--



Fonte: Elaborado por Bavaresco, 2020.

mais subordinada ao capital industrial, fazendo da lógica da acumulação capitalista, como padrão no desenvolvimento rural da região.

A organização em redes geográficas na suinocultura surge ainda nos primórdios da ocupação capitalista da região, mesmo que tímida, a simples estrutura de compra e venda dos suínos pelos comerciantes nos anos de 1940 e 1950 já se considerava uma organização em rede. Com o desenvolvimento industrial e a posterior modernização da agricultura brasileira tornaram as redes geográficas mais complexas e abrangendo um considerável número de sujeitos e setores econômicos se envolvendo direta e/ou indiretamente na cadeia produtiva da suinocultura.

Atualmente, as redes geográficas da suinocultura são tão complexas que praticamente nos impossibilitam de calcular um número exato de sujeitos que participam do processo produtivo, mas que pelos números do Produto Interno Bruto - PIB agropecuário regional podemos considerar como sendo uma atividade de alto valor econômico no desenvolvimento da região. Gerando empregos além do campo, mas também fora da porteira, que é uma situação característica do sistema capitalista moderno.

Conforme observamos no organograma a produção de suínos abarca em sua atividade inúmeras outras em seu território de atuação, desde os produtores de suínos, até comerciantes, transportadoras, bancos, indústrias de vários segmentos, desde as mais simples como a produção de ração animal até as de alto valor tecnológico como as produtoras de genética, medicamentos e tecnologias, até chegarem os produtos aos consumidores finais.

Essas transformações na organização das redes da suinocultura consideramos como uma das principais mudanças ocorridas nas últimas décadas na cadeia produtiva, já que nos primórdios essas redes se organizaram de forma mais simples e envolvendo poucos sujeitos. Desta forma, conseguimos ainda analisar que apesar das mudanças na intensidade e na complexidade das redes além do aumento no número de sujeitos envolvidos na produção, a suinocultura do Oeste catarinense apresenta ainda características que permaneceram intactas ao longo do tempo, ou seja, em nenhum momento a cadeia produtiva da suinocultura foi uma atividade essencialmente desenvolvida dentro da propriedade rural mas sempre dependeu e continua a depender de outros atores para se produzir e reproduzir, sendo desde sua essência uma produção

organizada em redes. Ademais, consideramos como uma característica que permaneceu, a organização em torno da propriedade familiar, que continua sendo a principal percursora, na parte rural, da suinocultura. Possui, é claro, a tendência de se extinguir, já que a concentração produtiva tem sido forte nos últimos anos, apesar disso, ela permanece como a fonte básica e, talvez, a forma mais simples e eficaz das agroindústrias adentrarem no meio rural.

2.2. As Agroindústrias e a Formação de Novas Redes no Oeste de Santa Catarina

Ao longo da história diversas pequenas agroindústrias processadoras de carnes surgiram no Oeste de Santa Catarina, principalmente nas décadas de 1940 e 1950. Na sua maioria empresas familiares que através da acumulação de capital oriunda da atuação comercial passaram a expandir os negócios, via aquisições de outras empresas, até se tornarem grandes grupos industriais. “A região abriga o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e América Latina” (Mior, 2010, p. 5) se notabilizando nacionalmente e mundialmente “[...] por ser pioneira no estabelecimento de um bem sucedido sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar [...]” (Mior, 2010, p. 5).

As agroindústrias regionais trilharam o caminho da concentração de capital, formando grupos com atuação nacional e internacional, como é o caso da Sadia e Perdigão, atuando em diferentes segmentos, além do beneficiamento de suínos, a de aves, bovinos, lácteos e grãos. Essa dinâmica de concentração da produção se insere nas intensas transformações da produção do setor alimentício mundial. Esse movimento de concentração produtiva “[...] ocorre paralelamente a uma multiplicação de fusões e aquisições, que modificam as estruturas produtivas e fazem crescer a parcela do mercado ocupada pelas grandes empresas” (Coletti; Lins; 2011, p. 342).

Em poucas décadas, um conjunto de empresas com origem quase que contemporânea da colonização da região passa a ocupar posições de liderança no mercado nacional de abate, processamento e industrialização de carnes. O processo de ocupação dos espaços econômicos regional, nacional e, agora, internacional, por parte da agroindústria convencional da região, é memorável (Mior, 2005, p. 123).

A concentração agroindustrial da região encontra-se em um estágio avançado na qual se confirma pelo fato de apenas quatro empresas dominarem o setor de abate de suínos na região, sendo elas: a BRF, união entre Perdigão e Sadia, a Cooperativa Central

Aurora (ambas oriundas da própria região), além de duas de capital externo, sendo a Bunge e a Cargill (Coletti; Lins; 2011), além da JBS, que adquiriu a Seara Alimentos em 2016.

Quadro 1 – Centralização das agroindústrias de carnes no século XX.

Grupo	Empresa Adquirida	Área	Ano	Localidade
Sadia	Marciliense	Farinha de trigo	1953	Marcelino Ramos (RS)
	Toledo	Suínos/ração	1964	Toledo (PR)
	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba (SC)
	Damo	Industrializados Suínos	1980 1989	Duque de Caxias (RJ) Frederico Westphalen (RS)
	Três Passos Corcovado Sudanisa	Suínos Ração/soja Bovinos	1985	Três Passos (RS) Três Passos (RS) Barra do Garças (MT)
	Mouran	Bovinos Bovinos	1989	Andradina (SP) Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
	Wilson	Suínos Bovinos	1992	Ponta Grossa (PR) Maringá (PR)
	Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)
	Comabras	Suínos industrializados	1992	Ponta Grossa (PR) São Paulo
	Rezende	Aves/suínos	1999	Uberlândia (MG)
Perdigão	Unifrico	Suínos	1977	Salto Veloso (SC)
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Medianeira (PR)
	Catanduva	Ração	1979	Catanduva (SC)
	SaullePagnocelli	Suínos	1980	Herval d'Oeste (SC)
	Reunidas Ouro	Suínos	1980	Capinzal (SC)
	Suely	Ração	1984	Orleans, Içara, Jaguaruna, Taió (SC)
	Canta Galo	Aves	1984	Criciúma (SC)
	Cooperativa Taparese	Grãos	1985	Gaurama, Severiano de Almeida e Aratiba (RS)
	Borela	Aves/grãos	1985	Marau (RS)
	Frigoplan	Bovinos	1986	Lages (SC)
	Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)
	Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)
	Avisco	Aves	1989	Ipê e Rio Claro (SP)
	Batavia	Aves	1999	Carambeí (PR)
Ceval	Extrafino	Óleo Vegetal	1974	Chapecó (SC)
	Barriga-verde	Ração	1976	Chapecó (SC)
	Seara	Suínos	1980	Seara (SC)
	Frill	Aves	1980	Joaçaba (SC)
	Safrita	Aves/suínos	1981	Itapiranga (SC)
	Rio da Luz	Suínos	1983	Jaraguá do Sul (SC)
	Germani Cia	Milho	1988	Sarandi (RS)

	La Villette	Suínos	1988	São Paulo (SP)
	Mogiana	Aves	1989	Nuporanga (SP)
	Contibrasil	Aves	1989	Jacarezinho (PR)
	Swift	Suínos/ração	1989	Marechal Cândido Rondon (PR)
	Bordon	Suínos/aves/ Bovinos	1990	Dourados (MS)
	Guipeba	Soja	1995	Argentina
	Eliane	Suínos/aves	1995	Criciúma (SC)
Chapecó	Fricar	Suínos	1982	São Carlos (SC)
	Amparo	Aves	1989	Monte Alegre do Sul (SP)
	Diplomata	Aves	1995	Cascavel (PR)
	Prenda	Suínos	2000	Santa Rosa (RS)
Aurora	Marafon	Suínos	1969	Chapecó (SC)
	Pepery	Suínos	1982	São Miguel do Oeste (SC)
	São Gabriel	Suínos	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Fonte: Goularti Filho, 2016 e Espíndola, 2002. Elaborado por Bavaresco, 2020.

Foram inúmeras agroindústrias que surgiram na região Oeste na primeira metade do século XX, além de outras regiões do país. Surgiram, não por acaso, mas em um momento em que se fazia necessário e era economicamente viável a industrialização dos produtos agropecuários da região, por consequência a criação dos frigoríficos. Deste modo, com a abertura de mais mercados exportadores e cada vez mais exigentes fez com que um número considerável de agroindústrias não conseguisse competir passando a se integrarem a empresas maiores. Além disso, vale destacar que é um movimento característico do sistema capitalista a concentração da produção que a partir dos anos 2000 foi ainda mais intensa.

Até a década de 1990 as empresas Sadia, Perdigão, Ceval, Chapecó e Aurora incorporaram mais de 50 unidades de produção e abate de suínos, bovinos e aves, além de empresas da área de grãos. Cinco agroindústrias passaram a concentrar a maior parte da produção da região, não só de suínos, mas possuindo atuação em praticamente todos os setores da agropecuária.

A partir dos anos 2000 essa concentração se torna ainda maior onde apenas quatro agroindústrias comandam o processo produtivo de suínos da região.

Quadro 2 – Centralização agroindustrial a partir dos anos 2000.

Grupo	Empresas Adquiridas	Ano
BRF	Perdigão	2012

	Sadia	
Aurora	Chapecó	2015
Bunge	Ceval	1998
JBS	Seara	2016

Fonte: Elaborado por Bavaresco. 2020.

São empresas de grande porte que possuem unidades produtivas e comerciais em diversos estados do país, atuando em vários segmentos alimentícios, além da carne suína, com produção de carne bovina, de frango e lácteos. Elas coordenam a cadeia produtiva por meio dos contratos de integração, produzindo os insumos e beneficiando os produtos finais.

O mencionado sistema ganhou impulso no oeste catarinense por conta de resultados comerciais, que, escorados no forte crescimento da demanda por alimentos, em termos gerais, asseguravam o escoamento do excedente da produção das propriedades. O suíno tornou-se, nesse processo, o principal produto comercializado pelas unidades familiares da região e, como decorrência, passou a ser a base da reprodução destas (Coletti; Lins; 2011, p. 347).

As mudanças mais significativas das agroindústrias da região começaram a ocorrer ainda nos anos de 1960, com a criação pela Sadia em Concórdia do Departamento de Fomento Agropecuário, que seria o gérmen do atual sistema de integração (Mior, 2005). Foram mudanças ocorridas na obtenção da matéria-prima. Já na questão do mercado consumidor houve a reestruturação do sistema de comercialização do Grupo Sadia com a criação de uma central de distribuição, a Sadia Comercial (Mior, 2005). Além disso, “[...] naquela década ocorrem as primeiras exportações de carne suína e bovina” (Mior, 2005, p. 121). Os anos 1960 são marcados pela diversificação dos setores produtivos das agroindústrias, a exemplo disso, a Sadia inicia o abate e beneficiamento de carnes bovinas e de aves, além da entrada no mercado da soja (Mior, 2005).

Conforme relato de Fontana (1980), fundador da Sadia, o sistema de fomento agropecuário criado nos anos 60 e organizado pela empresa era realizado com os agricultores da forma que:

Nós lhe fornecíamos as três matrizes sem despesa nenhuma por conta dele, a não ser a ração, fabricada e fornecida por nós. É evidente que o lavrador selecionado deveria aceitar essas condições com o propósito de melhorar também a sua criação de suínos própria. E, realmente, foi visto que, desde os primeiros passos com essas três fêmeas, que entregávamos mais ou menos em meia gestação, os resultados eram extraordinários (Fontana, 1980, p. 134)

Esse sistema caracterizou-se como os primeiros movimentos de instauração de um sistema organizado entre agroindústria e suinocultores que mais tarde viria a se chamar de integração. Apesar de ser um sistema que nasceu ainda nos primórdios do desenvolvimento industrial da região, só se tornou um sistema considerável a partir dos anos 90, para posterior se tornar o sistema predominante na região Oeste de Santa Catarina.

Essa forma de organização produtiva em torno da produção suinícola ganhou, cada vez mais, vigor e preponderância, se generalizando na maior parte das propriedades, formando no plano regional, fortes inter-relações entre as propriedades agrícolas (Coletti; Lins; 2011) “[...] mesmo as propriedades que não tinham na suinocultura a sua fonte direta de renda passaram a depender dessa atividade para a sua reprodução” (Coletti; Lins; 2011, p. 347).

Assim, as grandes redes ganham terreno na substituição dos esquemas tradicionais, e não só no que concerne à distribuição. Também os fornecedores são afetados, e com importantes consequências, já que o setor agroalimentar passou a operar, de um modo geral, com menos fornecedores especializados. Em muitos casos, isso significa exclusão de pequenos produtores individuais (Coletti; Lins; 2011, p. 343).

As mudanças estruturais na suinocultura podem ser discernidas temporalmente nos seguintes estágios na organização produtiva das propriedades:

Quadro 3 – Mudanças estruturais na cadeia produtiva.

1º Inicia-se ainda nos primeiros anos de colonização da região a comercialização do excedente de uma produção suinícola rústica e de tipo tradicional;
2º Ocorrem alterações significativas no sistema de manejo dos animais envolvendo, como exemplo, a troca da criação de animais soltos pelo uso de instalações fechadas, que são fruto da introdução de raças importadas, como o <i>Duroc</i> , <i>Landrace</i> e <i>Large White</i> , que são raças não aptas ao sistema tradicional. Além disso ocorre o movimento de substituição da banha como principal produto pelo aumento da produção de carne;
3º Intensifica-se a integração com as empresas, fonte de incremento na produção das propriedades implicadas;
4º Mudança para o sistema de parceria na criação de leitões;

Fonte: Coletti; Lins; 2011. Elaborado por Bavaresco, 2020.

“Até o início dos anos 80 pode-se afirmar que existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento rural e regional” (Mior, 2010, p. 5). A maioria dos agricultores familiares produtores de suínos estava integrada ao mercado, cujo processo produtivo ainda se encontrava sob seu controle, gozando de uma certa autonomia decisória da produção, já que lhe cabia organizar o processo de acordo com suas

necessidades e convicções (Mior, 2010). Essa autonomia foi sendo dilacerada pouco a pouco pelas mudanças estruturais no setor alimentício mundial e principalmente pelas mudanças na organização industrial e produtiva das agroindústrias. “A presença de poderosas empresas agroindustriais, profundamente ligadas à dinâmica dos circuitos globalizados de produção e consumo corresponderia a uma típica rede vertical de desenvolvimento rural [...]” Mior, 2010, p. 6).

As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção da produção familiar, com maior especialização e concentração da produção. Estas transformações ocasionam a exclusão de significativo número de suinocultores familiares (Mior, 2010, p. 6).

Até os anos 1980 as políticas de suporte para a agricultura eram em sua maioria oriundas de iniciativa estatal, resultado do período político que o Brasil vivia até então em que o modelo econômico nacional se baseava na forte atuação do Estado na economia. Com o fim do regime militar, ocorreram consideráveis mudanças no modelo econômico do país, além do mais, o Brasil se desenvolvia de forma lenta nesse período pois ainda não se recuperara da crise que se alastrava desde os anos 1970. Esses fatores alinharam a política econômica nacional em viés liberal, ocorrendo o início da abertura econômica que seria ainda mais intensa nos anos de 1990.

Com essas mudanças estruturais no plano nacional o desenvolvimento industrial no interior do país passou por certo “abandono” por parte das políticas estatais, fortalecendo a iniciativa das agroindústrias, em especial do Oeste catarinense, a organizarem a gestão do território em que atuavam. Os interesses dos grupos agroindustriais, como a ampliação da produção, do número de produtores integrados, e da política de crédito, adoção de inovações tecnológicas, ampliação do emprego com inclusão social e do crescimento regional, atendiam aos requisitos ao desenvolvimento regional (Mior, 2005). “Existia um processo de incorporação de suinocultores, com incremento subsequente na produção, juntamente com o alcance de novos mercados” (Mior, 2005, p. 85).

Considera-se que até então existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento rural e regional (Mior, 2005). “A maioria dos agricultores familiares estava integrada ao mercado, sobretudo, através da produção de suínos cujo processo produtivo estava, em sua maior parte, sob seu controle” (Mior, 2005, p. 86).

Com as mudanças vivenciadas nesse período começam a ocorrer disparidades sociais e elevada diferenciação no desenvolvimento dos estabelecimentos rurais, pois inúmeros produtores acabaram sendo excluídos da atividade suinícola. Os suinocultores mais capitalizados conseguiram aderir ao modelo agroindustrial ou se desenvolver por iniciativa própria, apesar disso, os menos capitalizados acabaram por abandonar a atividade iniciando outras como por exemplo a atividade leiteira, ou tiveram de migrar para as cidades. “O equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada, agroindústria e território passa a ser quebrado a partir dos anos 80 [...]” (Mior, 2005, p. 87). “Com este processo, a incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos 80, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares” (Mior, 2005, p. 87).

O intenso processo de reestruturação agroindustrial, iniciado nos anos 80, prenuncia uma crise no relacionamento entre as agroindústrias e a produção familiar, com profundas repercussões no território regional. As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção do agricultor familiar [...] (Mior, 2005, p. 87).

Aliás, vale ressaltar que esse modelo de desenvolvimento rural organizado pelas agroindústrias gerou e continua gerando concentração produtiva em algumas propriedades com alta produção e com elevado número de animais, ocasionando consideráveis problemas ambientais, especialmente no descarte dos desejos suínos (Mior, 2005).

[...] a emergência de uma crise na inserção socioeconômica de parte significativa da agricultura familiar, resultantes de mudanças técnicas e organizacionais introduzidas pela agroindústria convencional dominante, como a intensificação da suinocultura especializada, sobretudo nos últimos quinze anos. Essa mudança leva à intensificação da escala e, por conseguinte, à concentração da produção e, se par, a exclusão e crise de parte significativa da agricultura familiar do sistema de integração (Mior, 2005, p. 82).

A partir dos anos de 1990 se intensificam as transformações no modelo de produção, iniciadas ainda na década anterior, com o esgotamento do modelo de financiamento agrícola com subsídios estatais e a internacionalização dos mercados agrícolas impuseram novas restrições e padrões à cadeia produtiva (MIELE; MIRANDA, 2013). Além disso os anos 1990 marcam a transferência do controle acionário das empresas agroindustriais para fundos de pensão, como é o que aconteceu com a Perdigão em 1994. Houve nesse período a financeirização das empresas no mercado das bolsas de valores. Com a globalização da economia mundial “o setor agroalimentar

brasileiro passa por um intenso processo de reestruturação produtiva. Fusões, aquisições, incorporações, internacionalização e/ou desnacionalização das empresas agroindustriais foram a tônica dos anos 90” (Mior, 2005, p. 125).

A região tem se notabilizado pela importância crescente do sistema de integração agroindustrial como modelo privilegiado de articulação entre a produção familiar e as grandes empresas agroindustriais. Este modelo seria o responsável tanto pelo sucesso econômico regional como pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais ressaltados pela crise vivenciada nos anos 90. Pólo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar, são resultados ressaltados como positivos. Concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional, principalmente dos mais jovens, entre outros, são apresentados como os resultados menos nobres do modelo de agroindustrialização da região (Mior, 2005, p. 78).

Este dinamismo agroindustrial realizou profundas transformações socioeconômicas e ambientais no espaço rural regional, com variações no espaço e no tempo, sendo constante ao longo das relações entre os diversos atores ligados diretamente às cadeias produtivas de suínos e aves, empresas agroalimentares e produção agrícola familiar e entre estes e o estado, nos seus vários níveis (Mior, 2005), “mas sempre no sentido de fortalecer a ampliação deste complexo de atividades ligadas à produção, transformação, distribuição e consumo de proteínas animais”(Mior, 2005, p. 85).

Com relação ao seu alcance espacial da produção de suínos no Oeste catarinense, existe um processo de desterritorialização ao longo do tempo com a progressiva nacionalização e internacionalização das empresas (Mior, 2005). como pode ser visto na trajetória de crescimento da Sadia e da Perdigão. “Do ponto de vista técnico produtivo existe uma continuada busca por diversificação e sofisticação de produtos, enquanto em relação ao mercado existe uma busca crescente pelo mercado externo, como fonte de dinamismo” (Mior, 2005, p. 120).

Após esse período de progressiva desterritorialização da produção de carnes, confere-se a partir dos anos 90, um processo de reespacialização da estrutura produtiva da indústria de carnes suínas e de aves na região Sul do Brasil e, sobretudo, no Oeste catarinense (Mior, 2005). “Por processo de desterritorialização entende-se o progressivo aumento da ocupação de espaços nacionais e, mais recentemente, internacionais, de

produção e mercado por parte dessas empresas” (Mior, 2005, p. 131). O processo de reespacialização, faz parte de um movimento mais geral de reposicionamento que está influenciado pela pressão competitiva internacional, de um lado, e pela oportunidade ampliada do mercado externo, de outro (Mior, 2005).

Considera-se os seguintes movimentos no processo de reespacialização das agroindústrias de carnes nos anos 1990:

Quadro 4 – Movimento de reespacialização da produção de carnes.

• Reposicionamento das grandes agroindústrias convencionais na região Sul, visando aproveitar novas oportunidades de exportação de carnes, principalmente suínas,
• Saída das atividades de abate de bovinos e de extração de óleos e grãos;
• Desenvolvimento de segmentos especializados no fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a produção e industrialização de carnes na região Oeste

Fonte: Mior, 2005. Elaborado por Bavaresco, 2020.

A estratégia das grandes empresas convencionais foi e continua sendo a busca dos mercados globais e se estruturam visando atender de forma competitiva (Mior, 2005). Desta forma interessa às empresas avançar no processo de desenvolvimento tecnológico, rumo a intensificação produtiva, em que o aumento da produtividade é o objetivo maior a ser alcançado. A indústria de carnes suínas se estruturou assim ao longo das últimas décadas no Oeste de Santa Catarina e, posteriormente, em boa parte do Brasil.

3. CONCLUSÃO

As redes nos mostram e comprovam que a região Oeste de Santa Catarina é um território eminentemente agrícola. A economia regional em um todo depende direta ou indiretamente da produção agrícola, principalmente da agropecuária de produção de suínos. As redes que se organizam em torno da suinocultura apresentam grande dinamismo e integram e ao mesmo tempo excluem diferentes atores e territórios em seu processo.

Observamos que as redes que se organizam em torno da suinocultura são caracterizadas como sendo redes verticais de desenvolvimento rural (Mior, 2010), já que atuam em um setor que é organizado por agroindústrias em uma dinâmica vertical. Sendo assim, a suinocultura se organiza, na região Oeste de Santa Catarina, em torno de uma gama de sujeitos que se envolvem direta ou indiretamente no processo produtivo.

São as agroindústrias de abate, indústrias de produção genética, alimentação animal e de tecnologias, instituições de financiamento como bancos públicos e privados, além de cooperativas de crédito, órgãos governamentais de assistência técnica, sanitária e de fomento agrícola, redes de transportes, redes comerciais de atacadistas e de agricultores de pequeno, médio e grande porte.

Destacamos que durante todo o processo de desenvolvimento da suinocultura na região ela foi desde os primórdios, uma atividade organizada em redes, ou seja, desde sua gênese dependeu de outros sujeitos e atividades para se desenvolver e se reproduzir.

Com o desenvolvimento do setor, a suinocultura passa cada vez mais a ser dirigida pelas agroindústrias, transformando significativamente a dinâmica do setor e das relações em redes. Deste modo o suinocultor que mantinha relações frequentes com outros agentes e setores passam a ter relações reduzidas já que a agroindústria passa a intermediar esse processo.

Concluimos ainda que a suinocultura do Oeste catarinense é pautada em um modelo de desenvolvimento organizado pelas agroindústrias que apesar de garantiram a reprodução do setor suinícola na região, contribui para o intenso processo de concentração produtiva e exclusão de inúmeros agricultores familiares da produção.

4. REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 21 ed, revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

COLETTI, Tomé; LINS Hoyêdo Nunes. A suinocultura no vértice das relações entre agroindústria e agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 339-360, nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2464/2980> acessado em 23/04/2020.

DIAS, Leila Christina. **Redes: Emergência e Organização**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA; Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 3 ed. rev. Florianópolis: editora da UFSC, 2016.

MIELE, Marcelo; MIRANDA, Cláudio Rocha de. O Desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. DF: **Centro de Gestão e Estudos**

Estratégicos – CGEE, 2013. p. 201-231. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/96717/1/final6926.pdf> acessado em: 27/04/2020.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: VIEIRA, P. F.; CAZZELA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (Org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis, SC: Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (APED), 2010. p. 235-257.

REDES GEOGRÁFICAS DE LA PORCICULTURA EN EL OESTE DE SANTA CATARINA

Resumen

Este artículo es el resultado de nuestra investigación de maestría en el Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Estatal del Oeste de Paraná (UNIOESTE), cuyo objetivo fue comprender los cambios y las continuidades de la porcicultura en la región oeste de Santa Catarina a lo largo del tiempo. Entre los aspectos analizados, buscamos identificar la formación de redes geográficas que influyen en la porcicultura en el oeste de Santa Catarina. Este artículo forma parte de nuestra tesis de maestría y se justifica por la importancia de la porcicultura en la dinámica económica, social, política y cultural de la región en estudio. El trabajo se basa metodológicamente en una revisión bibliográfica sobre el tema.

Palabras Clave: Redes; Porcicultura; Oeste de Santa Catarina.

GEOGRAPHIC NETWORKS OF PIG FARMING IN WESTERN SANTA CATARINA

Abstract

This article is the result of our master's research in the Graduate Program in Geography at the State University of Western Paraná (UNIOESTE), which sought to understand the changes and continuities in pig production in the western region of Santa Catarina over time. Among the aspects analyzed, we sought to identify the formation of geographic networks that influence pig production in western Santa Catarina. This article is part of our master's thesis and is justified by the importance of pig farming in the economic, social, political, and cultural dynamics of the region under study. The work is methodologically based on a literature review on the topic.

Keywords: Networks; Pig Farming; Western Santa Catarina.

Recebido em: 28/07/2023

Aceito em: 31/12/2024

ESPAÇO SOCIAL, DESIGUALDADE E CIDADANIA NA REALIDADE BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE HENRI LEFEBVRE E JESSÉ SOUZA PARA ANÁLISE DA PRESENÇA NEGRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL

Adriano Rodrigues José¹

RESUMO

Objetiva-se neste artigo apresentar contribuições teóricas dos intelectuais Henri Lefebvre e Jessé Souza para a elaboração do projeto de pesquisa do autor deste texto no Curso de Doutorado em Geografia, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A proposta prévia da pesquisa pretende compreender a presença da população negra no município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul (RS), com a intenção de inferir sobre a ocorrência de processos de naturalização das desigualdades raciais, econômicas e sociais dessa parcela étnica da população e a “reserva” de certos espaços urbanos de sua inserção, tendo como ponto de análise um bairro do município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, serão apresentadas as contribuições das discussões e análises críticas sobre espaço social e de desigualdade e cidadania na realidade brasileira, advindas da leitura de textos dos autores Henri Lefebvre e Jessé Souza, respectivamente, como parte da fundamentação teórica para a construção da pesquisa do nosso doutorado.

Palavras-chave: Espaço Social; Geografia; Desigualdade; Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma proposta de estudo geográfico do espaço urbano a partir da presença da população negra no Bairro Getúlio Vargas (BGV), no município do Rio Grande, localizado no Rio Grande do Sul (RS). Tal estudo faz parte do itinerário de doutoramento do autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e está na fase de pré-qualificação como projeto de pesquisa. A proposta de estudo origina-se de duas vontades: uma de cunho afetivo devido ao pertencimento a um dado lugar, e outra de caráter intelectual, ambas alinhando-se a um processo de conhecimento da realidade. Tais vontades conjugam-se para a perspectiva de que o estudo coloque em discussão e

¹ Doutorando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Servidor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre

problematize a presença da população negra no espaço urbano, algo que não é recorrente se encontrar no contexto do município de Rio Grande e no RS.

Na constituição como sujeito, incluindo-se os contextos formativos pessoais, a percepção crítica da realidade foi algo a ser constituído através do exercício reflexivo lento e persistente. Dentre esses contextos formativos, a origem socioeconômica do contexto familiar materno ficou presente nas memórias infantis, enraizadas boa parte no Bairro Getúlio Vargas (BGV), no município do Rio Grande, no sul do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Segundo Cledir Lopes (2008), o nome dado ao bairro ter-se-ia dado depois da industrialização e da urbanização de algumas de suas partes, assim como a delimitação dos seus limites na década de 1950. Anteriormente, o lugar era conhecido como Vila do Cedro, sendo comumente ouvirmos o uso das expressões “morador do Cedro” e “morador do BGV” como referências a este lugar. (Lopes, 2008, p. 12). Parte-se desse lugar como proposta inicial para os estudos de doutorado.

Durante o processo final de escrita da dissertação do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da UFRGS foi possível ter contato com os registros das discussões sobre a implantação do Programa de Ações Afirmativas na Universidade, obtidos através da leitura de algumas atas do Conselho Universitário (CONSUN) dessa instituição. Numa das atas notou-se que a discussão entorno das cotas para negros tomou (e ainda toma) um aceno fortemente acalorado de discussões e estranhamentos quanto o assunto “raça” entra na discussão. Ou seja, percebeu-se o estranhamento quanto ao critério racial, demonstrando uma dificuldade intrínseca na sociedade e que se materializa na fala de se discutir e reconhecer a questão racial. Afinal, “o que temos nós, negros (...) que causa tanto pavor e horror à sociedade brasileira” (Bertúlio, 2006, p. 7)¹?

A consciência pessoal entorno da identidade negra confunde-se com a busca do entendimento das origens identitárias, situação que se torna um fardo devido à dificuldade de encontrar registros físicos e orais quanto as origens dos antepassados. Tal situação, na nossa opinião, advém do processo de “esquecimento das origens”, forçado, intencional e combinado, consequência da dificuldade de registros oficiais fidedignos da

¹ Fragmento retirado de uma reportagem sobre cotas na UFRGS publicada em: Jornal da Universidade. Porto Alegre, RS. Ano IX, nº 91, setembro/2006, p. 7. Disponível em: <https://issuu.com/jornaldauniversidade>. Acesso: dia 18 de outubro de 2018.

presença negra escrava nas origens da Vila do Rio Grande de São Pedro, com a chegada de escravos via porto devido a falta “de censos demográficos, listas de escravos e de registros paroquiais precisos” (Torres, 2008, p. 102). Isto perpetua um *modus operandi* de negação da história da presença, de suas lutas, de seus possíveis anseios e esperanças, das suas reais fragilidades advindas de um processo histórico de pós-abolição.

A discussão importante a ser feita, no meu ponto de vista, é: tentar compreender como os processos escravistas no Rio Grande do Sul, com suas percepções e disseminação de visões de mundo naturalizadas, contribuíram e contribuem para que determinados práticas sociais e destinação de espaços urbanos no município do Rio Grande sejam expressão da segregação de sujeitos negros e negras. Ainda, é salutar compreender como tais processos naturalizam a percepção das desigualdades raciais e socioeconômicas e como agem para reforçar uma noção, a priori, de que certos sujeitos não possuem direitos de acessarem melhores condições territoriais de sobrevivência devido à cor de sua pele.

Busca-se neste artigo apresentar contribuições teóricas dos intelectuais Henri Lefebvre e Jessé Souza para o projeto de pesquisa no Curso de Doutorado em Geografia do POSGEA/UFRGS. Serão feitos apontamentos feitos por esses autores nas obras descritas a seguir:

a) Da parte de Henri Lefebvre, com a temática sobre espaço social, serão apresentadas as contribuições dos capítulos “Introdução” e “O espaço” contidos na sua obra intitulada “*Espaço e política*”, publicada originalmente na língua francesa no ano de 1972 e traduzida para o português em 2008 pela Editora UFMG;

b) Da parte de Jessé de Souza, apresentar-se-á suas reflexões sobre questões como desigualdade social e cidadania na realidade brasileira, a partir de duas publicações desse autor, um artigo e um livro, a saber: um artigo publicado no ano de 2004 na Revista Brasileira de Ciências Sociais, intitulado “*Gramática social da desigualdade brasileira*”, e um livro publicado em 2003 cujo título é “*A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*”.

Foram realizadas as leituras das obras desses dois autores procurando anotar as ideias e discussões contidas no conjunto dos seus textos e responder a esta(s)

pergunta(s): qual(is) contribuição(ões) trazem para a projeto de pesquisa do doutorado? Quais lacunas da proposta de pesquisa podem ser dirimidas com as discussões que apresentam? Nos parece que através das leituras dos autores podemos alargar o conhecimento da realidade, aliado à inspiração que fornecem para que tenhamos cuidados metodológicos durante o processo de elaboração da pesquisa e de sua realização. Sabemos que o assunto não será esgotado neste texto, podendo outras questões serem percebidas durante o período de estudos no doutorado.

2. ESPAÇO SOCIAL E DIREITO À CIDADE EM HENRI LEFEBVRE

Inicialmente, percebemos que Lefebvre (2008) no capítulo introdutório faz um esforço para elaborar uma teoria do espaço social a qual seja compreendida através da “análise crítica da realidade” e “da vida cotidiana”. Em torno disso, pensa-se que a questão de compreender a presença negra no município do Rio Grande/RS deva partir de um esforço investigativo de análise da realidade, do espaço do bairro e da cidade, do cotidiano social das relações humanas, percebendo-se criticamente os contextos que compõem e compuseram a realidade a ser estudada.

Para exemplificar isso, Lefebvre (2008) nos coloca que

“A análise se refere ao conjunto das atividades práticos-sociais, na medida em que elas se imbricam num espaço complexo, urbano e cotidiano, assegurando até certo ponto a reprodução das relações de produção (relações sociais). Através desse espaço atual, de sua crítica e de seu conhecimento, alcança-se o global, a ‘síntese’”. (Lefebvre, 2008, p. 18)

A partir da análise crítica do espaço, dever-se-ia diferenciar o “habitar” do “habitat”, noção esta que carrega uma função que pode ser determinada, isolada e localizada e faz parte de uma prática da “burocracia estatista”, do “ordenamento do espaço segundo as exigências do modo de produção (capitalista)” (Lefebvre, 2008, p.21).

Assim, somos instigados a pensar que o ordenamento de uma certa porção do espaço, por exemplo um bairro, não está desconexo de processos e fatores que fazem parte do modo de produção capitalista. Há que se criticar procedimentos vigentes, classificados como desastrosos por Lefebvre (2008) e responsáveis pela fragmentação do espaço social, cujas consequências são traduzidas em falsas análises, acríicas, de projetos de ordenamento do espaço urbano. Para Lefebvre (2008), “não se trata de

localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de espacializar uma atividade social ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado”. (Lefebvre, 2008, p. 21-22).

Fica evidente ao nosso ver que a crítica do autor se centra:

a) no fato de que tal procedimento de ordenamento do espaço urbano coloca este mesmo “espaço” num patamar de neutralidade, de indiferença a priori do estabelecimento de vínculos nele;

b) de que na fragmentação do espaço social haveria a prevalência de projetos objetivos e claros como “projeções visuais sobre o papel e sobre o plano de um espaço desde o início postiço” (Lefebvre, 2008) – neste ponto parece-nos que o termo “postiço” utilizado pelo autor refere-se ao fato de que este espaço (do modo de produção capitalista) não é real por que não partiria das práticas cotidianas das pessoas, dos lugares etc.;

c) que a análise do espaço não se deveria “localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função”, mas sim de buscar “espacializar” uma determinada “atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado” (Lefebvre, 2008, p. 22) – nota-se o entendimento do autor de que a análise do espaço social, urbano e cotidiano deva ser feita na sua totalidade.

Para Lefebvre (2008), o que denomina de “desenho” do espaço se torna uma forma de representação, uma codificação desse mesmo espaço, que seleciona conteúdos e elimina alguma parte daquilo que chama de “real”, fazendo um filtro da realidade espacial (Lefebvre, 2008). Para ele, “essa filtragem vai mais longe que uma especialização ideológica ou que a ideologia de uma espacialidade. **Ela corre o risco de ocultar a demanda social.**” (Lefebvre, 2008, p. 26, grifo nosso)

O risco do ocultamento de uma demanda social de uma forma ideológica de espacialidade é real, por exemplo, nas formas como o planejamento urbano e/ou até mesmo o plano diretor são conduzidos no âmbito de um município. Se através de audiências públicas, todos os cidadãos, ou através de seus representantes escolhidos, possuem a possibilidade real de serem ouvidos/escutados nas suas demandas e, posteriormente, serem atendidos total ou parcialmente, mas concretamente, ou se mesmo com a realização de audiências as demandas sociais são silenciadas, negadas.

Para reforçar e defender a necessidade de uma noção de espaço real, porque seria expressão do encontro possível “de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’ contidos nele, continua afirmando que

Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O *direito à cidade* legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. **Esse direito do cidadão** (se se quiser falar assim: do ‘homem’) **anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que a estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos.** Do mesmo modo, o *direito à cidade* estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas ‘necessidades’, em geral mal conhecidas, a certas ‘funções menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a ‘necessidade’ de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço (...). (Lefebvre, 2008, p. 32, grifo nosso)

Nesse trecho é importantíssimo frisar a inserção do conceito “direito à cidade” por parte de Lefebvre (2008), termo melhor desenvolvido em um livro traduzido e publicado em 2001 no Brasil. Pensamos que é interessante ver como Lefebvre (2008) no trecho acima é claro no entendimento do que defende ser um direito à cidade. Ele afirma que o direito à cidade significaria a “constituição” ou “reconstituição” da “unidade espaço-temporal” como forma de substituir uma fragmentação. A unidade, segundo ele, não eliminaria os confrontos e as lutas (Lefebvre, 2008).

Posto desse jeito, o direito à cidade “implica e aplica um conhecimento de uma produção, a do espaço” (Lefebvre, 2008, p. 33). Tal definição corrobora com a afirmação do autor de que “Marx substituiu o estudo das coisas pela análise crítica da atividade produtora das coisas” (Lefebvre, 2008, p. 33). Ou seja, parece-nos que Lefebvre (2008) defende que ao se estudar o espaço devemos analisar criticamente as atividades produtoras desse mesmo espaço como forma de gerar um conhecimento aprofundado e real dele.

Mais adiante, no capítulo da “Introdução”, Lefebvre (2008) expõe

(...) que **só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem.** Um tal desenvolvimento **supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua ‘finalidade’, nem visaria mais a acumulação** (exponencial), por si mesma, **mas serviria a ‘fins’ superiores”.** (Lefebvre, 2008, p. 34, grifo nosso)

Deste trecho fica claro a compreensão de que forma poderia acontecer a entrada do direito à cidade e de outros direitos do cidadão: o desenvolvimento necessita ser orientado por um crescimento econômico baseado em outras finalidades diferentes da acumulação do capital, entendidas por ele como “fins superiores”. Mas como isso poderia ser procedido na prática cotidiana?

Seguindo adiante nas contribuições do texto de Lefebvre (2008) partimos para os destaques feitos na leitura do capítulo intitulado “O espaço”.

O autor afirma que “há uma diversidade de métodos de estudo do espaço, levando-se a diferentes níveis, de reflexão, de recorte da realidade objetiva” (Lefebvre, 2008, p. 36). Neste trecho percebemos, ao nosso ver, uma provocação construtiva. A de que o estudo do espaço não seja feito somente a partir de um único viés interpretativo. Ou seja, o autor nos provoca a pensar e rever que no estudo do espaço urbano, por parte da Geografia, necessitamos do aporte teórico e metodológico de outras ciências sociais como forma de nos auxiliar na análise e compreensão do espaço geográfico.

Deste trecho fica a provocação, como doutorando pesquisador de Geografia, de que os estudos desta ciência precisam ser sempre revisitados, articulados à uma noção de totalidade do espaço e não de fragmentação da sua análise. Ao pesquisar sobre a presença negra no município do Rio Grande/RS, será necessário debruçar-se sobre a historicidade dessa presença, com os discursos históricos e atuais envolvidos, de como o contexto societário da cidade foi e têm sido construídos em relação a essa temática negra.

(...) é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso, ao contrário, mostrar sua função nessa perspectiva (prática e estratégica). (Lefebvre, 2008, p. 39)

Isto nos diz que a nossa própria ciência, a Geografia, ao ter como objeto de seus estudos “o espaço”, necessita que mostre as suas funcionalidades na perspectiva de compreender as realidades como formando uma totalidade. Quiçá seja possível compreender como o bairro, com toda sua organização e vida, se insere nessa totalidade entendida aqui como o espaço urbano do município.

Ao tratar do “ponto de vista de classe”, Lefebvre (2008) coloca que

(...) é impossível metodologicamente partir dele, é preciso chegar a ele. Partir do ‘ponto de vista de classe’ e pressupô-lo, à maneira de um sistema oposto ao

sistema existente, é rejeitar o saber existente como integrante do sistema e construir um outro 'sistema' sobre a recusa desse saber, e, não obstante, utilizando seus elementos, seus fragmentos, sua terminologia, suas palavras e seus conceitos. **Aqui há um dilema: se estamos encarcerados num certo sistema, nossas palavras e nossos conceitos fazem parte dele. O projeto de quebra-lo é vão.** (Lefebvre, 2008, p. 39, grifo nosso)

Parece-nos que o autor nesse trecho quis colocar a seguinte questão: é necessário, no movimento de analisar o espaço criticamente, atuar na análise da constituição do sistema vigente (modo capitalista de produção e reprodução das relações sociais), levando-o em conta, percebendo o que dele estaria impregnado na nossa visão de mundo e, portanto, de vê-lo, entendê-lo. Aqui, tal contribuição de Lefebvre (2008) é crucial e interessante. Nos fornece a noção de termos um certo cuidado metodológico, e quiçá existencial (na nossa forma de estar no mundo).

Fica claro que Lefebvre (2008) que fazer uma exposição de uma problemática definida, no nosso entender cristalina: de tratar e discorrer sobre o “espaço vivido, vinculado à prática social”. Afirmar claramente que

Toda definição do espaço, ou pesquisa sobre o espaço, implica um conceito de espaço, no mínimo, para enunciar e classificar as proposições. Nessa problemática, o espaço é um 'puro' objeto da ciência. **No que concerne ao 'vivido', o espaço nunca é neutro e 'puro'.** O que já coloca uma distância entre a problemática do espaço vivido e a do espaço epistemológico, posto como neutro. (Lefebvre, 2008, p. 40, grifo nosso)

Lefebvre (2008) procura nos mostrar que “a cilada na qual a burguesia captura a classe operária acaba sendo, no limite, sua própria armadilha: espaço doentio ou espaço de doença social” (Lefebvre, 2008, p. 47). Para ele, não haveria uma representação “inocente” do espaço, mas tal representação acaba por vincular os valores da sociedade burguesa, nas suas noções de valor de troca e de mercadoria, cultivando assim um “fetichismo” nas mentes e nas práticas sociais (Lefebvre, 2008).

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deverá defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. **Essa re-produção das relações de produção** não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela **se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres, da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.** (Lefebvre, 2008, p. 47-48, grifo nosso)

Tal perspectiva, para Lefebvre (2008) no espaço, uma conexão coercitiva

(...) se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo informe e duramente constrangedor das

periferias e dos subúrbios; onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgência completam os subúrbios residenciais; onde as normas reinam, prescrevendo as utilizações do tempo, enquanto se devota ao espaço toda espécie de discursos, interpretações, ideologias e valores ‘culturais’, artísticos etc.” (Lefebvre, 2008, p. 49, grifo nosso)

Em uma forma de estabelecer a noção de “espaço deslocado e unificado”, Lefebvre (2008) contribui com a seguinte colocação:

Os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecem independentes do trabalho e ‘livres’. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. **Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares da recuperação.** Tais espaços, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo do espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado.” (Lefebvre, 2008, p. 50, grifo nosso)

É importante destacar o trecho acima pois nos fornece um esclarecimento importante e interessante sobre as formas como se estabelecem em nossa sociedade (capitalista) para que sejam impregnados nos sujeitos a percepção de uma naturalidade sobre como o espaço urbano está e é organizado.

Continuando na leitura do capítulo, não se poderia deixar de expor o que segue, pois nos remete a pensar nas formas como a mobilidade urbana é pensada, planejada e/ou modificada – é possível indagar sobre as finalidades do “tempo” no espaço, nas cidades:

A esse espaço, cujas ‘propriedades’ situam-se na articulação da forma e do conteúdo, corresponde um tempo que tem as mesmas ‘propriedades’. O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. **O tempo ‘perdido’ não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. O pretense ‘tempo livre’ é apenas o tempo separado e mantido como tal nos quadros gerais. Quanto ao tempo imposto, aquele dos transportes e das formalidades, já se sabe como ele se vincula de maneira deslocada ao tempo do trabalho.**” (Lefebvre, 2008, p. 50, grifo nosso)

Isto nos diz muito sobre a questão de como a mobilidade urbana é organizada a partir da perspectiva do modo de produção vigente. De como sua força se cristaliza no espaço urbano, nas formas de como os cidadãos da cidade organizam a sua própria mobilidade.

Por fim, parece-nos que assertiva a seguir do autor nos instiga a elucidar, não ingenuamente, processos e formas pelas quais o espaço urbano foi e está se

organizando. No dizer do autor “o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado” (Lefebvre, 2008, p. 57, grifo nosso).

3. DESIGUALDADE E CIDADANIA NA REALIDADE BRASILEIRA EM JESSÉ SOUZA

Realizada a primeira parte em que foram trazidas as contribuições de Henri Lefebvre, procederemos com uma aproximação em torno das reflexões do sociólogo Jessé José Freire de Souza, ou Jessé Souza, sobre questões como desigualdade social e cidadania na realidade brasileira. Para tanto, foram escolhidas duas publicações do autor, a saber: a) artigo publicado no ano de 2004 na Revista Brasileira de Ciências Sociais, intitulado “*Gramática social da desigualdade brasileira*”²; e b) livro publicado em 2003 cujo título é “*A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*”.

No conjunto dessas duas referências, Souza (2003; 2004) pretende desenvolver uma argumentação consistente de que no Brasil há uma cidadania precária que social e culturalmente naturaliza as relações sociais desiguais. O sociólogo pretende expor que a naturalização da desigualdade é uma consequente produção do que chama de *subcidadãos*, configurando-se como um fenômeno de massa em países periféricos, incluindo-se o Brasil. Tal naturalização teria a possibilidade de melhor ser entendida como resultante de um intenso e efetivo processo de modernização iniciado e implementado aos poucos no país a partir do início do século XIX (SOUZA, 2003; 2004).

Para tanto, o autor aponta dois passos articulados entre si, que podem ser resumidos em reconstruir uma versão sociocultural da temática marxista que trata da *ideologia espontânea do capitalismo*; para em seguida fazer a reflexão em torno de sua aplicação no contexto que o autor chama de *modernidade periférica* (SOUZA, 2004). Primeiramente, cita que seria produtivo confrontar uma ideia (ou *insight*, como chama)

²SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, n. 54. p. 79-97. 2003.

não totalmente desenvolvida por Max Weber na sua sociologia das religiões a outras duas promissoras abordagens críticas da sociologia, a saber: teoria crítica do reconhecimento do filósofo Charles Taylor e a sociologia de Pierre Bourdieu.

Em Souza (2004), o autor cita a perspectiva de Weber atribuindo-lhe o interesse inicial em analisar comparativamente o racionalismo ocidental com as grandes religiões orientais, procurando esclarecer os motivos de apenas no Ocidente haver o surgimento e consolidação de um tipo de sociedade denominada capitalista, moderna e ocidental que impôs transformações estruturais que repercutiram (e ainda repercutem) em todas as esferas da vida social. Tais transformações proporcionadas pela expansão da sociedade capitalista deram-se através de duas instituições: o Estado racional centralizado no seu monopólio da violência e de poder disciplinador, e o mercado capitalista com seu arcabouço técnico e material.

A partir disso, Souza (2004) procura avançar na tarefa de conceber uma alternativa acerca da lógica que está implícita no funcionamento dessas duas instituições, procurando apoiar-se numa necessária reconstrução do que chama de *ideologia espontânea do capitalismo*. O autor esclarece que para ele *ideologia* refere-se a hierarquias valorativas implícitas e opacas à consciência cotidiana que perpassam tanto o mercado como o Estado,

cuja naturalização (...) é responsável pela legitimação da ordem social que essas instituições atualizam. A compreensão dessa “ideologia espontânea” é fundamental para que possamos perceber a importância do componente simbólico e cultural na produção social da desigualdade e da subcidadania (...). (Souza, 2004, p. 81)

Com o objetivo de esclarecer a hierarquia valorativa impregnada nas noções de mercado e de Estado, o autor acrescenta as reflexões de Charles Taylor para o qual houve o interesse por uma hermenêutica do espaço social pela qual faz a crítica do

(...) “naturalismo” da prática científica e da vida cotidiana, como meio de articular precisamente a configuração valorativa implícita ao racionalismo ocidental, que dá ensejo (...) a um tipo específico de hierarquia social e a uma noção singular de reconhecimento social baseada nela. Sua crítica à concepção reificada de Estado e mercado como grandezas sistêmicas (...) parece-me certa e decisiva para uma compreensão mais adequada do processo de expansão do racionalismo ocidental do centro para a periferia, o qual se realiza pela exportação dessas instituições como artefatos prontos (...). (Souza, 2004, p.81-82)

Em relação a definição de “naturalismo”, Souza (2006), baseando-se em Taylor, relaciona-a com a “(...) tendência moderna (...) de desvincular a ação e a experiência humana da moldura contextual que lhe confere realidade e compreensibilidade” (Souza, 2006, p. 23). Diante disso percebe-se a intenção de Souza (2004; 2006) de buscar em Taylor estratégias interpretativas acerca da hierarquia valorativa impregnada e materializada nas instituições Estado e mercado, e como esta se constituiu e evoluiu no sentido de possuir uma eficácia social no cotidiano da sociedade de forma irrefletida e inconsciente. Além disso, bebe nos estudos tayloristas a fonte de compreensão para a noção de hierarquia social que baseia-se mais claramente

(...) em uma concepção contingente e historicamente específica de ser humano, presidida pela noção de cálculo, raciocínio prospectivo, auto-controle e trabalho produtivo como fundamentos implícitos tanto da auto-estima como do reconhecimento social dos indivíduos. (...) O vínculo social adequado às relações interpessoais passa a ser de tipo contratual (e, por extensão, a democracia liberal constitucional como tipo de governo). Em linguagem política, essa nova visão de mundo consagrar-se-á sob a forma de direitos subjetivos e, de acordo com a tendência igualitária, definidos universalmente. Taylor chama o conjunto de ideais que se articulam nesse contexto de princípio da “dignidade”; por exemplo, a possibilidade de eficiência igualitária no que diz respeito aos direitos individuais potencialmente universalizáveis. (Souza, 2004, p. 83)

Interessa a Souza saber “as repercussões da discussão acerca dos princípios que regulam (...) a nossa atribuição de reconhecimento social como base da noção moderna de cidadania jurídica e política” (Souza, 2004, p. 83). A partir de uma explicitação desses princípios se pode identificar quais mecanismos agem implicitamente na distinção social entre as classes e grupos sociais diferentes, contribuindo também para elucidar as operações simbólicas que influenciam cotidianamente os indivíduos a classificar os outros em diferentes níveis de apreço ou menosprezo (Souza, 2004). Tais princípios possibilitam que uma concepção de cidadania baseada num conjunto de direitos e deveres, dentro do contexto de Estado-nação, possa ser compartilhada pelos indivíduos a partir do pressuposto de que todos são iguais, desde que tal percepção de igualdade seja internalizada efetivamente nos indivíduos (Souza, 2004).

Em relação a isso, o tema do reconhecimento para Souza (2003) torna-se uma categoria de análise para a percepção dos dilemas e contradições do que chama de modernidade tardia nas suas dimensões existencial, social e política. Na leitura de Souza (2003), o tema do reconhecimento se relaciona às precondições sociais inerentes a

partir das quais atribuímos respeito e autoestima, podendo produzir solidariedade e auxiliar-nos na percepção de conflitos específicos na nossa atualidade (Souza, 2003).

As formas de reconhecimento são de duas perspectivas, contraditórias e especificamente modernas. Uma de caráter universal, caracterizada pelo princípio da dignidade e outra de cunho particular, cuja característica seria regida pelo princípio da autenticidade. Complementa que o reconhecimento, por estar relacionado às maneiras como atribuímos respeito e autoestima, é percebido como ligado às questões da constituição da identidade individual e coletiva (Souza, 2003).

O ideal moderno de dignidade implicaria “no uso igualitário e universal que confere a dignidade específica a todo ser humano e cidadão moderno” (Souza, 2003, p. 35). Em contraposição, o ideal de autenticidade, mais moderno e profundo que o princípio anterior, suprimiu uma definição de identidade baseada em papéis socialmente estabelecidos. Partindo-se do ideal de autenticidade, uma definição de identidade implicaria uma reação de contrariedade “em relação à pressão por conformidade social” e “uma atitude instrumental em relação a si mesmo” (Souza, 2003, p. 36).

Para Souza (2003; 2004) outra perspectiva da sociologia pode ser adensada na discussão em torno dessa temática. A perspectiva de Pierre Bourdieu, na visão do autor, pode contribuir a ir “além de um conceito de reconhecimento que assume, pelo menos tendencialmente, como realidade efetiva, a ideologia da igualdade” impregnada nas principais sociedades do Ocidente (Souza, 2004, p. 84). Para que tal tarefa seja possível, o autor afirma que as pesquisas realizadas por Bourdieu são importantes no sentido de fornecerem um aporte analítico denso das formas como a dominação ideológica de classe se expressa na modernidade tardia, produzindo e implementando institucionalmente o reconhecimento social por meio de “distinções sociais a partir de signos sociais opacos perceptíveis por todos de maneira pré-reflexiva” (Souza, 2004, p. 84).

A noção de *habitus* em Bourdieu assume um caráter importante na reflexão de Souza, pois este a considera como fundamental, permitindo enfatizar-se todo o “conjunto de disposições culturais e institucionais que se expressam na linguagem corporal dos indivíduos, transformando as escolhas valorativas culturais e institucionais” no estilo de vida particular de cada um (Souza, 2004). O *habitus* se refere a um conjunto interdependente de arranjos duráveis inculcados desde a infância “que

pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas”, que, em suma, forma “um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas” (Souza, 2003, p. 43-44). Ainda,

A própria reprodução institucional só é possível dada a existência dessas disposições ajustadas a uma finalidade, revivendo e revigorando a letra morta depositada nessas instituições. É o *habitus* que produz a “mágica social” que faz com que pessoas se tornem instituições feitas de carne. (...) As instituições, desse modo, precisam estar objetificadas não apenas em coisas e lógicas de funcionamento que transcendam os agentes, mas têm também que estar representadas nos “corpos” e em disposições de comportamento durável. (Souza, 2003, p.44-45)

Nesse ponto sobre o *habitus* em Bourdieu parece-me interessante de leva-lo em conta como essa noção materializa-se nos corpos e nas maneiras como agentes/atores públicos se expressam diante de situações formais e não-formais.

Por hora, é profícuo comentar que, segundo Souza (2003), o *habitus* possui como característica uma inércia conservadora, funcionando como um esquema de autoproteção, “tendendo a dar maior peso às experiências mais antigas, incentivando, assim, sua própria regularidade e constância” (Souza, 2003, p. 45). Assim se conformaria “o *habitus* estratificado por classes sociais”, legitimando de maneira visível e subliminar “o acesso aos recursos materiais e ideais escassos, ou seja, a ‘ideologia espontânea’ do capitalismo tardio” (Souza, 2004, p. 85).

Prosseguindo na sua reflexão o autor propõe se pensar numa pluralidade de *habitus*, pois para ele:

Se para o indivíduo o *habitus* representa a incorporação de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura socioeconômica deve implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças (Souza, 2004, p. 86)

Para Souza a burguesia conseguiu, assim, construir uma “homogeneização de tipo humano a partir da generalização de sua própria economia emocional – domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto-responsabilidade etc.” (Souza, 2004, p. 87). Tal fato de se criar um tipo que transcendesse as classes sociais foi empreendido de forma consciente, sendo posteriormente aprofundado por conquistas sociais e políticas da classe trabalhadora, e que pode ser compreendido

(...) como um processo em larga escala de aprendizado moral e político de profundas consequências. Evidentemente, não equalizou as classes sociais em todas as esferas da vida, mas sem dúvida generalizou e expandiu concepções fundamentais em torno do ideal de igualdade para as esferas civis, políticas e sociais (...) (Souza, 2004, p. 87)

O autor alerta que faz essa sistemática de versar sobre as precondições sociais, econômicas e políticas do que chama de “sujeito útil, ‘digno’ e cidadão, caracterizado e “reconhecido intersubjetivamente como tal, de *habitus* primário”, para assim fazer a diferenciação desse tipo humano a outras duas realidades que as denomina de: o *habitus* precário e o *habitus* secundário (Souza, 2004).

O *habitus* precário se associa ao tipo de personalidade e de comportamento “que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social” (Souza, 2004, p. 87). Por seu lado, o *habitus* secundário relaciona-se com ser fonte de reconhecimento e de possuir respeito social perante os indivíduos, pressupondo que o *habitus* primário esteja generalizado nas camadas da população de uma determinada sociedade. Em direção disso, “o *habitus* secundário já faz parte da homogeneização dos princípios operantes na determinação do *habitus* primário e institui, por sua vez, critérios classificatórios de distinção social” (Souza, 2004, p. 88).

O autor pondera sobre a necessidade de se analisar separadamente os *habitus* primário e precário, pois os mesmos possuem lógicas distintas de funcionamento. Souza claramente expõe que:

Em sociedades periféricas, o *habitus* precário – que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e os grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso, sob a forma de uma evidência social inofismável tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da exclusão – é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que a produção social de uma “ralé estrutural” é o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades. (Souza, 2004, p. 92)

Finalizando parte do seu pensamento, Souza (2004) explica que para os seus objetivos o fundamental é explicitar como tal “ideologia espontânea” articula-se com o componente implícito das práticas institucionais que operam nos contextos periféricos da modernidade, como no Brasil, constituindo-se assim um contexto de obscurecimento das causas da desigualdade, refletindo consequentemente nas formas de pensar questões teóricas e políticas (Souza, 2004).

Isso expressa, segundo Souza (2003), como essa ideologia do capitalismo desenvolve e mascara uma forma de dominação que não se mostra como tal, tirando o peso de agentes dominadores de terem de fazer o trabalho de reprodução das relações de dominação. Como afirma o autor

A ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que mantém a partir do silêncio cúmplice de sistemas auto-regulados que produzem, sob a máscara da igualdade formal e da ideologia do talento meritocrático, a “sociologia dos próprios privilégios” das classes dominantes (Souza, 2003, p. 50).

Em relação aos mecanismos utilizados pela dominação social no capitalismo, Souza (2003), ao falar de Bourdieu, comenta que este aponta como aspecto a nova relação entre os diversos “capitais” no contexto de reprodução do capitalismo. Tal aspecto diz respeito ao crescimento da importância socioeconômica do “conhecimento”, ao qual Souza (2003) liga-o à questão ideológica de meritocracia do individualismo como visão de mundo, afirmando que boa parte dela,

(...) retira sua plausibilidade precisamente dessa possibilidade do indivíduo se classificar socialmente mediante seu próprio esforço pela incorporação do saber e do conhecimento (Souza, 2003, p. 52).

Por definição de luta social apoiamo-nos em Souza (2006) que assim a conceitua

A luta social é (...) a luta pelo poder de definir nos seus próprios termos, ou seja, nos termos da classe ou fração hegemônica, os esquemas classificatórios, em grande parte inconscientes e irrefletidos, que irá servir como orientação de comportamento a todas as classes sociais sob seu julgo. (...) a forma de capital simbólico específica do capitalismo avançado traduz-se na naturalização de diferenças reais em distinções que tornam intransparente o seu “modo de aquisição”, ou seja, permitem sua percepção na dimensão da vida cotidiana como características inatas de seus possuidores. A “distinção” aparece como uma diferença “merecida”, correta e justa já que supostamente se basearia nos talentos inatos de seus possuidores (Souza, 2003, p. 58)

No meu entendimento, a segregação espacial de grupos de cidadãos majoritariamente negros em alguns bairros carentes de infraestrutura social e de equipamentos urbanos efetiva-se como uma forma de dominação ideológica capitalista, sob a máscara valorativa do esforço individual em transpor “barreiras” meramente pessoais dentro do contexto de uma sociedade democrática e meritocrática (Souza, 2003).

4. ASPECTOS CONCLUSIVOS

Por fim, percebo nas contribuições de Lefebvre (2008) e de Souza (2003; 2004) possibilidades interpretativas da realidade brasileira no que diz respeito à cidadania e as desigualdades sociais, os conceitos de espaço social (concebido e vivido) e de direito à cidade, elucidando alguns pontos importantes para uma melhor compreensão dessa mesma realidade onde nos encontramos inseridos.

Penso que suas contribuições se entrecruzam em alguns pontos, partindo da exposição dos destaques feitos da leitura de Lefebvre (2008) complementando com as de Souza (2003; 2004). É importante frisar que através da leitura de suas obras percebe-se um grande esforço intelectual deles em expor seus pontos de vista, em defendê-los com argumentação consistente. A capacidade analítica de ambos, cada um ao seu modo, instigam, pois, ao debruçarem-se nas suas discussões e análises, demonstram a importância de que a pesquisa da realidade seja realizada de forma séria, sem fragmentá-la, percebendo suas partes interligadas e o seu todo, com a necessária atenção de destrinchar os aspectos que podem ficar inertes a um olhar descuidado. Nesse sentido, parece-nos que a elaboração de uma tese de doutorado, com sua respectiva pesquisa, deva-se apoiar nesse esforço.

A presente proposta de pesquisa está na sua fase inicial, não tendo sido ainda objeto de qualificação como projeto de doutorado. Pretendeu-se, ao expor parte das ideias dos autores escolhidos, demonstrar suas contribuições para a melhoria das intencionalidades e da escrita da proposta de pesquisa.

É possível imaginar, ao nosso ver, que as noções de espaço social, análise crítica da realidade e direito à cidade, por parte de Lefebvre (2008), e a argumentação de que no Brasil há uma cidadania precária que social e culturalmente naturaliza as relações sociais desiguais, por parte de Souza (2003, 2004), estarão presentes nas reflexões que forem sendo feitas ao longo da nossa pesquisa. Especialmente quando esta chegar nos momentos das pesquisas de campo, das pesquisas documentais, das possíveis entrevistas e conversas com sujeitos constituintes da pesquisa. Quiçá será possível nessa investida coletiva, e ao mesmo tempo individual, perceber a importância de que a pesquisa contribuiu para entender nosso lugar no mundo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES, Cledir da Conceição. **A construção social do Bairro Getúlio Vargas – Rio Grande/RS: processos e dinâmicas na formação de uma vila operária**. Rio Grande: FURG, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - Licenciatura Plena, versão digital cedida pelo autor).

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, n. 54. p. 79-97. 2004.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Audiência Pública: arguição de descumprimento de preceito fundamental 186 e recurso extraordinário 597.285**.

Brasília: STF, 2010. Disponível em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoaudienciapublicaacaoafirmativa/anexo/notas_taquigraficas_audiencia_publica.pdf. Acesso realizado dia 28 de dezembro de 2016.

TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 101-117, 2008. Disponível em:

https://brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf_0412f36e08_0010313.pdf. Acesso realizado dia 13 de janeiro de 2021.

SOCIAL SPACE, INEQUALITY AND CITIZENSHIP IN THE BRAZILIAN REALITY: THEORETICAL CONTRIBUTIONS BY HENRI LEFEBVRE AND JESSÉ SOUZA TO THE ANALYSIS OF THE BLACK PRESENCE IN THE MUNICIPALITY OF RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL.

SUMMARY

The aim of this article is to present the theoretical contributions of the intellectuals Henri Lefebvre and Jessé Souza for the elaboration of the research project of the author of this text in the Doctorate Course in Geography, offered by the Postgraduate Program in Geography (POSGEA) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). The previous proposal of the research intends to understand the presence of the black population in the municipality of Rio Grande, in Rio Grande do Sul (RS), with the intention of inferring about the occurrence of processes of naturalization of the racial, economic and social inequalities of this ethnical portion of the population and the “reservation” of certain urban spaces of its insertion, having as point of analysis a neighborhood of the municipality of Rio Grande, in the State of Rio Grande do Sul (RS). To this end, the contributions of discussions and critical analyzes on social space and inequality and citizenship in the Brazilian reality will be presented, arising from the reading of texts by the authors Henri Lefebvre and Jessé Souza, respectively, as part of the theoretical foundation for the construction of the research of the our PhD.

Keywords: Social Space; Geography; Inequality; Citizenship.

ESPACIO SOCIAL, DESIGUALDAD Y CIUDADANÍA EN LA REALIDAD BRASILEÑA: APORTES TEÓRICOS DE HENRI LEFEBVRE Y JESSÉ SOUZA AL ANÁLISIS DE LA PRESENCIA NEGRA EN EL MUNICIPIO DE RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar los aportes teóricos de los intelectuales Henri Lefebvre y Jessé Souza para la elaboración del proyecto de investigación del autor de este texto en el Curso de Doctorado

en Geografía, ofrecido por el Programa de Posgrado en Geografía (POSGEA) de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). La propuesta anterior de la investigación pretende comprender la presencia de la población negra en el municipio de Rio Grande, en Rio Grande do Sul (RS), con la intención de inferir sobre la ocurrencia de procesos de naturalización de la población racial, económica y social. desigualdades de esa porción étnica de la población y la “reserva” de ciertos espacios urbanos de su inserción, teniendo como punto de análisis un barrio del municipio de Rio Grande, en el Estado de Rio Grande do Sul (RS). Para ello, serán presentadas las contribuciones de discusiones y análisis críticos sobre espacio social y desigualdad y ciudadanía en la realidad brasileña, provenientes de la lectura de textos de los autores Henri Lefebvre y Jessé Souza, respectivamente, como parte de la fundamentación teórica de la construcción de la investigación de nuestro doctorado.

Palabras llave: Espacio Social; Geografía; Desigualdad; Ciudadanía.

Recebido em: 09/12/2022

Aceito em: 17/11/2023

TURISMO, TERRITÓRIO E CRISES SANITÁRIAS: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E O REFLEXO NO ESTADO DO MARANHÃO

Saulo Ribeiro dos Santos¹

RESUMO

O turismo como campo de estudo, é relativamente recente, e umas das descobertas mais importantes para a Geografia. A partir dos estudos turísticos na perspectiva geográfica, é possível relacionar o turismo como atividade e fenômeno social com os conceitos e métodos geográficos, que levam a um processo de desenvolvimento e planejamento da atividade. Mediante tal aspecto, objetiva-se relacionar o conceito geográfico de território com a atividade turística e o comportamento da atividade frente as crises sanitárias e os polos turísticos do Maranhão. Para fundamentar a discussão sobre a Geografia, algumas importantes referências foram as obras de Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1978; 1994; 1996), Rita de Cássia Ariza Cruz (2001;2002) e Rogério Haesbaert (2007). Os resultados conduzem à necessidade de mudanças no turismo, principalmente voltadas ao planejamento do território e ao incremento de protocolos de segurança sanitária.

Palavras chaves: Território. Turismo. Geografia

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade de cunho econômico, porém com um viés social por se tratar de uma relação entre pessoas e promover o deslocamento do ser humano do seu local de origem para o local visitado. Assim, podemos afirmar que o turismo possui um campo multidisciplinar que necessita de uma ciência complexa e que atenda a essa demanda (Beni; Moesch, 2017). A geografia como ciência interdisciplinar tem contribuições a oferecer ao campo de estudo turístico como conceitos e fundamentação metodológica, pois, a geografia tem relação com a atividade turística para além de interesses econômicos, mas também sua importância social e cultural (Cruz, 2001).

Compreendendo que é no território que acontece a atividade turística, o local deve estar estruturado e preparado para atender o turista com qualidade, proporcionando uma experiência positiva como destaca Mendes Filho et al. (2017) no ciclo de vida (antes, durante e depois) da viagem de um turista.

Em decorrência de diversos aspectos, o mundo vem passando por transformações político-econômicas e institucionais, que conduzem a uma "multiterritorialidade", apropriada pelos constructos das subjetividades nos aspectos

¹ Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão e Secretário Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal de São Luís/MA

culturais e simbólicos, logo carecem de uma melhor compreensão acerca dos processos e práticas que os envolvem ao longo de um *continuum* (Haesbaert, 2007).

Assim sendo, este artigo teve como principal objetivo relacionar um conceito fundamentalmente geográfico, o território, associando-o às práticas turísticas desenvolvidas nesses espaços, e travar uma discussão sobre o seu comportamento emergentes à crise sanitária do século XX e XXI. Para fundamentar a discussão sobre a Geografia, algumas importantes referências foram as obras de Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1978; 1994; 1996), Rita de Cássia Ariza Cruz (2001;2002) e Rogério Haesbaert (2007).

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TURISMO

O termo turismo teve sua origem no francês “*tour*”. Etimologicamente, a palavra *tour*, no idioma francês é derivada do latim *tornare* e do grego *tornos*, significando um giro ou um círculo. Ou ainda, o movimento ao redor de um ponto central ou eixo. O significado mudou no inglês moderno, passando a representar especificamente um giro (Barbosa, 2002).

No Ocidente Médio e no Egito, as viagens eram feitas por comerciantes que vendiam e transportavam seus produtos do local de origem até um mercado, ou, pelas populações forçadas a mudar devido à fome, às inundações e/ou guerras (Silva; Silva, 2012). Segundo os autores, os primeiros viajantes percorriam pelos desertos do Oriente Médio transportando mercadorias do Oriente ou dos vales férteis da Mesopotâmia e do rio Nilo. Outros viajantes ganharam o mar, navegando e expandindo o comércio, e, suas culturas por toda a região do mar Mediterrâneo, que acabaria por ser agregada ao Império Romano.

Silva e Silva (2012) discorrem que, durante o domínio romano, as viagens por motivos comerciais cresceram, assim como as viagens de lazer, onde cidades como Pompéia eram dedicadas às férias dos romanos. E, este crescimento das viagens de negócios e de lazer foi possível devido à três fatores: lei e ordem; meios de comunicação; disponibilidade de acomodação.

Segundo Silva e Silva (2012), ainda neste período, devido à queda do sistema imperial de Roma, as viagens diminuíram, devido às más condições das estradas (as

quais não eram mais reparadas), os aquedutos desmoronaram e o campo ficou infestado de ladrões. Com relação às viagens de peregrinação, sabe-se que, quando os barões e príncipes do continente europeu começaram a restabelecer a lei e a ordem, auxiliados pelo comando espiritual e moral da Igreja, as viagens recomeçaram.

Em adição, Theobald (2002) destaca que os viajantes vinham de todos os níveis da sociedade, e, portanto, criou-se assim, uma democracia da viagem, na qual se reuniam pessoas das mais diversas ocupações e origens. Uma vez que nessa época o nacionalismo era desconhecido, e, havia nas viagens uma verdadeira mescla de povos, que compartilhavam a acomodação em estalagens, onde, reuniam-se e comiam juntos em hospedarias do trajeto da viagem.

Neste contexto, Barbosa (2002), lembra que, as viagens culturais e de eventos, como o *Grand Tour* no século XVI, e a Reforma Protestante, dissipou a aura santificada dos templos para onde os peregrinos afluíam. Como as atrações sobrenaturais dos peregrinos acabaram, o espírito de averiguação da Renascença gerou interesse em conhecer o mundo. Desse modo, todos os tipos de estudos geravam grande interesse naquele período.

Já por volta da metade do século XVIII, o *Grand Tour* tornou-se comum entre a elite britânica, reunindo ao mesmo tempo prazer e instrução, constituindo o primeiro exemplo significativo de viagem de lazer em larga escala. Porém, seu propósito tradicional era educacional, voltado para visitas históricas e lugares culturais, observando ainda maneiras e costumes das nações estrangeiras. O caráter da própria excursão modificou-se, e do *Grand Tour* Clássico, com base em observações e registro neutro de galerias, museus e artefatos altamente culturais, passou-se para o *Grand Tour* Romântico, que presenciou a emergência do turismo voltado para a paisagem e de uma experiência muito mais particular e apaixonada da beleza e do sublime (Barbosa, 2002).

Após estes acontecimentos que marcaram a evolução do turismo, o setor foi se ampliando, e alcançando novos conceitos e configurações, que na visão de Rodrigues (1999, p. 17) o turismo é “incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais”.

O turismo após a Segunda Guerra Mundial avançou globalmente, com pujança econômica e sociocultural. Ao final desta guerra, após os países se reerguerem, se estruturarem e voltarem gradativamente às relações políticas e retornarem aos tratados,

a atividade turística voltou a se desenvolver e avançou economicamente para diversos países (fonte).

Após este período o crescimento da atividade turística no mundo foi crescente em todos os continentes, o que motivou também a criação da ONU Turismo que é responsável pela promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível (ONU Turismo, 2025). O turismo ganhou força e a partir daí se tornou um importante setor de transações econômicas, sociais e políticas, pois, os países aos poucos foram se reestabelecendo, se reconstruindo e retornando as importantes ligações políticas; e, isso propiciou o desenvolvimento de grandes intercâmbios socioculturais entre o globo (ONU Turismo, 2025).

O conceito base do turismo passa de “atividades realizadas por pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual por um período que pode variar de algumas horas a um ano, com finalidades diversas” para algo mais complexo, trazendo na definição termos como sustentabilidade, acessibilidade, inteligência, gestão, autenticidade, regenerativo, responsável, comunitário (ONU Turismo, 2025).

Sendo assim, o ato de viajar sempre esteve presente na vida do ser humano, seja referente às conquistas de territórios, à subjugação de povos, ou para transações comerciais, ou por questões de saúde, ou para pesquisas científicas ou ainda para conhecer novas paisagens, culturas e idiomas. Porém, com as mudanças das necessidades, desejos e preferências, o mercado foi moldando e identificando novas oportunidades, específicas de acordo as especificidades e comportamentos o que tem gerado novos impulsos, segmentos, tipologias e fomentos no setor do turismo (Barbosa, 2024).

3. GEOGRAFIA E TURISMO: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O turismo é um campo de estudo recentemente descoberto e analisado por diversas ciências capazes de abranger sua multidisciplinariedade, com o objetivo de melhor compreender a diversidade dessa atividade, e, dentre as ciências, tem-se a Geografia quanto ciência interdisciplinar, que contribui com os estudos voltados a questões de espaço, território, lugar e paisagem (Silva, 2012). Destaca-se que o interesse da Geografia no estudo do Turismo reflete a relevância social, política, cultural

e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos, principalmente, em termos de expansão territorial e fluxos de pessoas (ONU Turismo, 2025).

Na visão de Fontoura e Andrade (2008) e Barros et al. (2020) é possível relacionar o turismo com conceitos inerentes do saber geográfico, focalizando-se nas reflexões sobre turismo e território, incluindo as apreciações necessárias para as discussões envolvendo as territorialidades do turismo.

Partindo da concepção de espaço geográfico, este é resultado da interação entre homem e natureza, dessa forma a produção do espaço se dá a partir da interação social entre indivíduos com o meio. Portanto, o este deve ser pensado como a forma de organização da produção e da sociedade, ou seja, ele é a manifestação concreta das relações sociais entre o ser humano e o ambiente. Assim, quando o meio ambiente é transformado pelo trabalho humano, tem-se a formação do espaço (Santos, 1978).

A produção do espaço carrega diversas características a partir do perfil dos grupos sociais que ocupam determinado lugar e o ambiente. O conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (Santos, 1978, p.122).

Desta forma, o espaço para além de instância social, tende a reproduzir uma estrutura correspondente a organização realizada pelo homem. É também uma instância subordinada a totalidade, que porém possui uma certa autonomia, que se manifestam através das próprias leis. Portanto o espaço social organizado corresponde a uma forma resultante de interação de diferentes variáveis, que corresponde ao espaço humano. O espaço geográfico é organizado pelo ser humano, “[...] organizado por homens e mulheres [...]” vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução como afirma Milton Santos (1978, p. 189):

É possível perceber a diferenciação entre território e espaço. “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

Os estudos voltados ao Turismo abordado pela Geografia se remete a aplicação dos métodos, técnicas e teorias da Geografia como ciência para a compreensão do fenômeno turístico; nesta perspectiva, o que se sobressai é uma leitura geográfica sobre o turismo levando em consideração vários atributos como: naturais, físicos, econômicos, políticos, sociais, culturais do espaço, que em interação formam um território com características particulares voltadas para o turismo, assim:

O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas – introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (Cruz, 2001, p.12).

Dessa forma, como afirma Cruz (2001), o turismo é um importante fator, que isoladamente ou em conjunto com outros elementos que compõe o espaço, produz um território visível, com características próprias, bem delimitado, que atualmente surgem com força em diversas partes do globo. Ademais:

Desde um ponto de vista geográfico, o que fundamentalmente interessa não é tanto a estrutura econômica de um dado território, mas sim o papel do espaço, na medida em que toda atividade social, e por consequência toda atividade econômica, necessita, imprescindivelmente de uma base territorial na qual possa desenvolver-se. Importa, portanto, considerar a base territorial da atividade turística. (Sanchez, 1991, p. 220).

Partindo dessa afirmativa, a Geografia ela fundamentalmente se interessa para além dos benefícios econômicos que esta atividade proporciona as comunidades, mas como esta atua na (re)configuração do espaço, de forma que influencia no âmbito social, cultural e espacial dos lugares; desta forma o turismo se configura como prática que consome elementarmente o espaço e depende do mesmo para o seu desenvolvimento e manutenção, portanto, o olhar do Geógrafo é elementar para os estudos voltados ao turismo.

4. TURISMO E AS RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO

Na visão geográfica, relacionar o turismo com território é incluir as discussões envolvendo o turismo e as territorialidades. Ou seja, o território é caracterizado por ser um espaço bem delimitado, construído por relações de poder, que envolve vários atores que promovem e territorializam suas ações com o passar do tempo. Entretanto, a

delimitação pode não ser de maneira precisa, podendo ser irregular e mudar durante o passar da história, bem como uma diversificação das relações sociais em um esquema de poder complexo (Haesbaert, 2007).

Na visão de Santos (1978, p. 189), a diferença entre território e espaço está na “utilização do território pelo povo que cria o espaço”, imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. O espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que o social é uma expressão concreta histórica. Assim:

O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área. É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais (Saquet; Silva, 2008, p.09).

O território se repete como um conceito subjacente que protagoniza um cenário, onde o capitalismo prolifera enquanto o estado empobrece, onde este, perde sua capacidade para criar serviços sociais, sendo assim ocorre uma apropriação de mais-valia, desvalorização dos recursos controlados pelo estado e a supervalorização dos recursos destinados a grandes empresas, principalmente em países periféricos. O território é o cenário da proliferação do capital, sendo este, o espaço apropriado pelos agentes do capital através dos parâmetros sociais advindos da divisão do trabalho (Raffestin, 1993).

O território não necessariamente se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, entretanto, há características que permitem associar que o território corresponde ao cenário onde as atividades se realizam, a partir da herança cultural do povo que o ocupa; este também é, uma fração do espaço local associado ao global. Para Santos (1996, p.51):

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima.

A abordagem geográfica territorial do turismo fornece contribuição para uma compreensão do processo de produção e (re)organização do espaço, assim como uma

análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais que possam ser produto territorial. Ao se realizar a abordagem territorial do turismo, torna-se necessário incluir as relações de poder estabelecidas pelo fenômeno, este aspecto torna evidente que o território se forma a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por atores sociais, ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator estabelece relações de poder e nesta fluidez territorializa o espaço onde se projetaram suas ações. Assim sendo:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de uma complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre o ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, (os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (Souza, 1995, p. 86).

Essa complexidade conceitual pode ser referenciada através do turismo, evidenciada através de claras relações de poder estabelecidas pelos *insiders* e *outsiders* em um destino ou atrativo e por meio da desconstrução territorial apresentada em destinos eminentemente sazonais. Andrade e Fontoura (2008, p. 09) Em sua análise tem-se a discussão acerca da territorialidade sedentária dos visitantes frequentes e a territorialidade nômade dos que só passam pelo local. Em ambas as situações se vê a necessidade de apropriação do território, “mesmo fugidamente, por parte daqueles que o frequentam” (Andrade; Fontoura, 2008, p.09).

Desta forma é perceptível a relação entre o turismo, espaço e território depende fundamentalmente dos fluxos e fixos, ou seja, estrutura composta pelos equipamentos turísticos e mobilidade provisória do indivíduo de seu território original, o que gera uma desterritorialização e criando um território em outro lugar, território turístico. Este fluxo de experiências e informações trazidas pelo turismo promove interações espaciais que influencia o modo de organização espacial e de ordenamento territorial do local.

No contexto atual, o turismo deixou de ser um passivo usuário do território, para se tornar um agente ativo e condicionador de seu próprio ordenamento territorial.

A crescente importância do turismo na dimensão econômica é um fator destacado em todos os níveis de gestão da atividade, desde a ONU Turismo e a *World Travel & Tourism Council* (WTTC) até os governos nacionais, estaduais e municipais interessados no desenvolvimento turístico de suas regiões (ONU Turismo, 2025).

Desta forma, o turismo passou a ser caracterizado como agente transformador e consumidor do lugar, por atuar de forma imperativa, incrementando a utilização de equipamentos turísticos, sendo estes o atrativo e fixidez dos produtos, e isso é resultado do deslocamento do consumidor até o produto. Como destaca Cruz (2000) essa fixidez orienta a lógica dessa organização do território do turismo, sempre destacando que a demanda é externa, fundamentada elementarmente em componente externo.

A apropriação dos territórios pelo turismo é intermediada por inúmeras forças de consumo, destacando-se além das estruturais, o setor de agenciamento, serviços bancários e comércio. O consumo dos territórios pelo turismo envolve o consumo de um conjunto indissociável de bens e serviços que compõe essa atividade, ou seja, o ato de praticar turismo em termos de objetos e ações envolvidos (CRUZ, 2000).

São várias as particularidades que se caracteriza a relação entre território e turismo quanto a produção e consumo de território pelo turismo; umas dessas particularidades está no fato, que o espaço é principal consumo dessa atividade. Este processo de transformação do espaço em território turístico requer uma adequação de um determinado espaço a sua recente funcionalidade, e nesta adequação consiste na criação do sistema de objetos.

O território responde por um espaço funcional, apropriado por agentes sociais, que lhe atribuem características para determinadas funções da demanda do momento histórico de determinada sociedade. Sendo nesse sentido Knafou (1999) que se refere ao espaço funcionalizado pelo turismo como território turístico, dessa forma este apresenta três classificações, são essas: os territórios sem turismo, turismo sem território e territórios turísticos.

Ao se fazer a definição de territórios sem turismo, Knafou (1999) apresenta territórios onde o turismo ainda não chegou, seja por questões de infraestrutura ou difícil acesso, pois, para se ter o desenvolvimento da atividade é necessário ter acesso a serviços básicos como saneamento, iluminação, asfalto, sinalização, entre outros, os quais sem a existência destes elementos esses territórios ficam cada vez mais isolados.

O turismo sem território são pontos, atrações criadas exclusivamente para a atividade turística, onde ele não tem ligação direta com a gênese espacial local, sendo estes parques temáticos, resorts entre outros. Territórios turísticos, são territórios que antecedem a chegada do turismo, porém a atividade foi desenvolvida como, por exemplo, o turismo de cidades históricas etc.

A turistificação é conceituada como o processo de implantação, implementação e/ou de apoio da atividade turística em territórios turísticos, ou com potencialidade para o turismo. Pelarim (2013) traz importantes contribuições sobre os agentes de turistificação no território, ela apresenta os principais influentes, sendo, em primeiro lugar os turistas, que são grandes consumidores do espaço, e, em seguida, o mercado que é quem gerencia e coordena a sazonalidade, e, o uso dos lugares turísticos. Depois, tem-se os agentes do mercado que podem selecionar o tipo de visitante que aquela localidade tem condições de receber, e, por fim, planejadores e promotores territoriais (secretarias, agências, bancos de desenvolvimento regional, nacional, municipal e empresas de planejamento territorial) (Fratucci, 2014 ; Pelarim, 2013).

Sendo assim, o turismo enquanto fenômeno socioespacial se apropria do espaço, auxilia na produção de territórios, move territorialidades, em um conjunto natural e cultural, no qual inicia o fluxo de pessoas até ele. Nesse mesmo sentido, compreender seu papel no ordenamento e reordenamento de territórios, requer análise de diversas variáveis que compõem as relações socioespaciais no qual o turismo está inserido, incluindo questões sanitárias que afetam diretamente o território turístico.

5. CRISES SANITÁRIAS E A ATIVIDADE TURÍSTICA

Sobre a história da saúde pública, compreende-se que as crises sanitárias, entre outros problemas de saúde da humanidade vinculam-se a organização comunitária e a estrutura social desenvolvida. Desta forma, é possível afirmar como a organização e produção do espaço está diretamente ligada ao desenvolvimento ou agravamento de doenças e surtos epidêmicos (Carvalho et al., 2021).

Nesse contexto é importante salientar como a organização do território está envolvida no agravamento de doenças. Isso ocorre devido às desigualdades sociais e econômicas existentes nos mais diversos espaços; tendo em vista o surgimento de um vírus, é recorrente se estudar cautelosamente como as precariedades das condições de vida humana agravam para os mais vulneráveis (Carvalho et al., 2021). A questão do combate a epidemias e pandemias ligadas aos aspectos sanitários surgiram a partir do século XVIII e XIX, pois, os estudos desenvolvidos nestes períodos foram o início sobre vinculação entre o combate às doenças e questões de higiene (Barata, 2000).

No Brasil, o período de 1900 a 1930 foi marcado por grandes fluxos migratórios, grandes cidades começaram a surgir como espaços para novas possibilidades de vida, atraindo imigrantes insatisfeitos com as formas de trabalho nas fazendas de café. A maior parte desses trabalhadores migravam na tentativa de fugir das epidemias de febre amarela e varíola que acometiam de maneira destruidora muitas cidades do interior. Na última década do século XIX, e, a primeira do século XX, começou a ter as atenções das autoridades sanitárias voltadas para a resolução das formas de transmissão e controle dessas doenças (Barata, 2000).

Neste mesmo período eclodia a I Grande Guerra Mundial (1914 – 1918), que interferiu na dinâmica econômica do mundo todo, indiretamente ou diretamente, dessa forma, o mundo se encontrava envolto em uma crise política, social e econômica, fechando as relações sociais e diplomáticas entre os países para qualquer tipo de atividade para além dos interesses no conflito, ou seja, o turismo estava fora de questão neste período (Barata, 2000).

As formas como se deram a ocupação de espaços agrários e urbanos, determinaram condições favoráveis para a ocorrência de doenças, principalmente as transmitidas por vetores e de veiculação hídrica e doenças respiratórias. Dentre as doenças nesse período se destacam febre amarela, malária, leishmanioses, doença de chagas, e, a gripe espanhola. Ou seja, a vivência e aglomerados na urbe contribuíam para a disseminação dessas doenças, pois, a precária infraestrutura nas cidades europeias (principalmente) tornara-se fator de proliferação destas doenças (Barata, 2000).

Em adição, tem-se o período de 1930 a 1945 que foi marcado por diversas crises; entre elas, a crise econômica de 1929, onde diversas indústrias foram desativadas, e, demissões tornaram-se rotineiras, além da redução dos salários em até 50% do seu valor, o que agravou as precárias condições de vida do trabalhador proletariado urbano (Barata, 2000).

As problemáticas urbanas se acumulavam e ganharam destaque nas lutas populares na questão de moradia, falta de água potável, carestia e o constante crescimento da inflação. A questão sanitária em relação às doenças epidêmicas e endêmicas permaneceram praticamente sem alterações. Aquelas mesmas doenças presentes no período passado permaneciam nesta época, porém, agregadas a elas a

emergência de novos problemas ou antigos, por outro lado, em nova roupagem (Carvalho et al., 2021).

Na década de 1930 tem-se os primeiros relatos de casos de leptospirose, embora a doença fosse conhecida desde 1910, porém, ela ainda não havia sido registrada; as precárias ou inexistentes condições de saneamento e a recorrente presença de ratos possibilitaram o surgimento de casos, e, a partir desse momento os surtos foram frequentes nos meses de verão (Barata, 2000).

A febre amarela que estava sem registro desde 1906, volta a ocorrer sob nova forma silvestre, ou seja, na ausência do vetor urbano. Os casos começaram a aparecer em novembro de 1935, na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, e, todos em novas áreas de ocupação. A leishmaniose que havia provocado surtos em áreas de desmatamento aparece na capital produzindo casos periurbanos e suburbanos. Nas áreas urbanas, principalmente nas cidades de grande porte continuavam ocorrendo casos de difteria, meningite, sarampo, febre tifoide, tuberculose, e, um novo perigo a saúde que se tornaria muito presente no período seguinte, o aparecimento de poliomielite (Barata, 2000). Não obstante:

A política de livre importação tem como principais efeitos o esgotamento das divisas acumuladas durante o período de guerra e a estagnação da indústria nacional. A desvalorização do cruzeiro provoca maciças entradas de capital estrangeiro, mas aumenta a inflação piorando as condições de vida das massas urbanas. Entre 1945 e 1964 o processo de industrialização vive momentos decisivos na substituição das importações passando a produzir bens de consumo duráveis e bens de capita (Barata, 2000, p.05).

A urbanização acelerada decorre de um duplo movimento: o aumento da oferta de empregos nas indústrias e a transformação do trabalho no campo com a destruição do sistema de "colonato" e o surgimento do trabalhador volante ou "boia-fria" que deixa de residir nas fazendas vindo ampliar as periferias dos núcleos urbanos. A ocupação agrícola e/ou industrial do solo vai transformando as condições de proliferação dessas doenças, tornando o risco de transmissão menos presente (Barata, 2000). Tanto que em 1950 ocorre a última epidemia de malária significativa, onde:

A década de 1950 marca o surgimento das grandes epidemias de poliomielite. Com o progressivo saneamento básico dos bairros intermediários e periféricos da cidade, as crianças deixavam de estar expostas aos poliovírus desde a idade pré-escolar tornando-se especialmente vulneráveis ao contágio durante as férias de verão, em idades mais avançadas, o que aumentava o risco de aparecimento de formas paralíticas. Assim, contraditoriamente, o saneamento

básico, numa época em que não existiam as vacinas, tornava o surgimento de casos paralíticos mais frequentes. (Barata, 2000, p.06).

Em 1962 a inflação chega a 52% ao ano a população majoritariamente urbana; os problemas de residência, educação básica, saúde e saneamento e transporte urbano só se agravaram. A mudança de economia agrícola para outra industrial é acompanhada na questão sanitária pelo crescimento de doenças ligadas as questões de padrão de vida urbano. Entre os anos de 1965 a 1984, além das epidemias já mencionadas, o período é marcado por diversos surtos de febre tifoide e pela persistência de casos de poliomielite, difteria, sarampo, e outras doenças infecciosas da infância (Barata, 2000).

Com o licenciamento da vacina Salk e em seguida da vacina Sabin o interesse pelo controle da poliomielite aumentou e a Secretaria de Estado da Saúde iniciou, em 1969, a realização de campanhas bianuais de imunização dos menores de 4 anos visando ao controle da doença além de intensificar esforços para aumentar a cobertura vacinal dos menores de 1 ano na imunização de rotina (Barata, 2000, p.09).

Já entre 1985 a 1999, o sarampo, doença com uma das maiores taxas de infectividade e patogenicidade conhecidas ficou bastante recorrente nesse período. No decorrer desse contexto histórico das doenças endêmicas e epidêmicas no Brasil e no mundo, o turismo não teve grande relevância econômica nem social, tendo em vista os surgimentos de doenças e da ocorrência das duas grandes guerras mundiais (Barata, 2000).

Somente após a Segunda Guerra Mundial, foi que a atividade turística ganhou força como atividade econômica, logo após os países retornarem os laços políticos, tratados e estreitarem acordos políticos, é que o turismo retorna ao cenário mundial. Quanto a este crescimento do turismo, Silva (2012) apresenta dados trazendo uma linha ascendente forte até 2001, quando ocorreram os atentados terroristas nos Estados Unidos, e, então há uma quebra nesta ascensão.

Em 2002, os números voltam a crescer, mas, 2003 apresentou forte queda devido, principalmente, às síndromes respiratórias agudas graves (SARS), como a gripe do frango o continente asiático. O primeiro surto registrado de infecção humana foi em 1997, na cidade de Hong Kong (China), consequência da contaminação pela estirpe H5N1. Neste, ocorreram 6 mortes e 18 hospitalizações. Em todos os casos conhecidos, a transmissão se deu através do ar, água, alimentos e roupas contaminadas, por meio de secreções infectadas pelo vírus, o surto dessa doença se deu em 2003 (Andrade et al.,

2009). No entanto, contornada esta barreira, o crescimento já se mostra em ascensão novamente conforme apresenta-se na tabela 1.

Tabela 1: Dinâmica econômica da atividade turística (1965 – 2010)

ANOS	TURISTAS (Milhões)	ANOS	RECEITA (Bilhões de US\$)
1965	112,9	1965	11,6
1970	165,8	1970	17,9
1975	222,3	1975	40,7
1980	286,1	1980	102,4
1985	327,2	1985	116,2
1990	441,2	1990	230,6
1995	538,1	1995	399,0
2000	680,6	2000	460,1
2005	802,5	2005	679,5
2006	861,1	2006	723,9
2007	902,6	2007	858,6
2008	919,9	2008	941,9
2009	885,3	2009	852,5
2010	907,9	2010	889,6

Fonte: OMT, 2010 apud Silva (2012, p.52).

Em 2009, houve outra queda na atividade turística devido o surgimento da gripe suína, a H1N1 (Influenza- A). Em abril de 2009, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava pandemia de gripe A H1N1 mundial. O surto global caracterizou-se por uma variante de gripe suína cujos primeiros casos ocorreram no México, em meados do mês de março de 2009 (Andrade et al., 2009).

Nos primeiros registros de contaminação pelo vírus, o mundo entrava em alerta com a repercussão do surto da doença em diversos países, inclusive no Brasil. Acreditava-se que poderia ser a pior epidemia desde o século XIX. Essa foi a primeira emergência pública de importância mundial declarada pela OMS, e, foi um momento em que se botou em prática as novas normas de regulação sanitária internacional, ferramenta para ajudar a comunidade internacional a prevenir grandes riscos de saúde pública (Andrade et al., 2009).

A H1N1, foi a primeira epidemia marcante no século XXI, pois foi necessária reaver medidas de segurança sanitária; além disso, com a globalização marcante no século XXI esta foi a primeira pandemia a ter rápido alcance mundial, devido às relações existentes entre os territórios, além das tecnologias de transporte. Mas, logo após a crise da H1N1, o turismo voltou a crescer economicamente. E, em 2019 ocorreu um novo surgimento de

outra pandemia com proporções maiores que foi ocasionada pela covid-19 (SARS COV-2) (SILVA et al., 2021).

6. TURISMO E A SARS-COV 19 (COVID-19) EM 2020 E OS IMPACTOS ESPERADOS PARA O FUTURO DA ATIVIDADE

A covid-19 é um vírus da família *Coronaviridae*, e esta causa uma variedade de doenças no homem, especialmente no trato respiratório. O primeiro caso oficial da covid-19 foi de um paciente hospitalizado dia 12 de dezembro de 2019 na cidade chinesa de Wuhan. Mas pesquisas, e, estudos retrospectivos, detectaram um caso clínico com sintomas da doença em 01/12/2019. Em dezembro de 2019, deu-se início um surto que atingiu cerca de 50 pessoas na referida cidade, e, em 11 de março de 2020 a OMS declarou pandemia, o surto de covid-19, até 17 de julho de 2020, e, pelo menos 13.740.727 casos da doença foram confirmados em pelo menos 188 países e territórios (Oliveira; Moraes, 2020).

Em abril de 2020, foi regulamentado pelo OMS o distanciamento social como medida de segurança de saúde pública, e a limitação de viagens e transportes, além de protocolos de higiene para os locais de aglomeração, como aeroportos, entre outros transportes de pessoas com potencial para a disseminação do vírus (Silva et al., 2021).

Com o surgimento da pandemia, há um enfraquecimento do sistema econômico global, impedindo grandes contingentes de trabalhadores de realizarem suas atividades produtivas; e, superar este imenso problema de saúde pública é, então, questão de sobrevivência para os mercados locais, regionais e globais (Silva et al., 2021).

No meio desta pandemia, tem-se um dos mais importantes setores econômicos mundiais, que é o turismo, um fenômeno social, ligado diretamente relacionado com o deslocamento das pessoas, e, com a busca por novas experiências e às mais diversas motivações. É um segmento econômico, globalizado e interdisciplinar, o qual mantém uma estreita relação com o território, logo, reflete em sua dinâmica as influências advindas dos mais diversos cenários, internos e externos (Silva et al., 2021).

Para além dessas afirmações, o turismo está ligado não somente, mas principalmente ao lazer, e, dessa forma, em momentos de crise sanitária, este vem a ser

o primeiro setor a ser impactado. Com a covid-19 não foi diferente; a atividade turística, que representava em média 10,3% do PIB mundial WTTC (2020) passou por profundas transformações, e mais uma vez apresentou resiliência e poder de adaptação frente ao novo “normal”. Pois:

O setor de turismo [...] será um dos setores mais afetados pelo Covid-19, bem como o que levará mais tempo para se recuperar. Segundo o autor, quando confrontado a outros setores da economia, como indústria, comércio e serviços, o turismo vinha sendo o setor que mais se aproximava do desempenho econômico que existia antes da última grande crise econômica (2015) (Roeder et al., 2020, p.01)

É necessário avaliar os dados do setor, pois, a receita do turismo no Brasil teve uma queda de 16,7% em 2020 em comparação ao mesmo período do ano de 2019, apresentado uma perda parcialmente de R\$ 2,2 bilhões de reais. As ações de estratégia ao nível global, que foram deliberadas pelos governos para desacelerar o avanço da covid-19, como o fechamento de fronteiras realizado em diversos países, refletiram diretamente no deslocamento de passageiros, não só no Brasil, mas no mundo todo (Salgado et al., 2020).

Mesmo com estratégias econômicas emergentes, a diminuição do número de passageiros refletiu severos prejuízos a atividade turística. Dados da FGV (2020) mostram que o “setor deve se recuperar no período de médio prazo, mas para tanto precisará apresentar um crescimento de aproximadamente 17% nos anos de 2022 e 2023, recuperando assim as perdas econômicas provocadas pela crise do Covid-19” (Roeder et al., 2020, p.02).

As medidas restritivas de contenção adotadas pelos países, serviram para a prevenção e inibição do avanço da pandemia do covid-19, e impuseram o distanciamento e isolamento social como medidas de segurança a saúde pública. As atividades sociais devem continuar em observância quanto as recomendações da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde e decretos estaduais e municipais por tempo indeterminado, a fim de evitar aglomerações de pessoas, principalmente em função de atividades não essenciais a primeiro momento (Silva et al., 2021). Uma verdade se faz certa, ninguém sabe ao certo quando tudo voltará a normalidade, ou teremos o novo normal pós pandemia.

Partindo desse cenário de incertezas, o que se sabe é que haverá necessidades de mudanças comportamentais dos turistas e do perfil de consumo dos mesmos; as

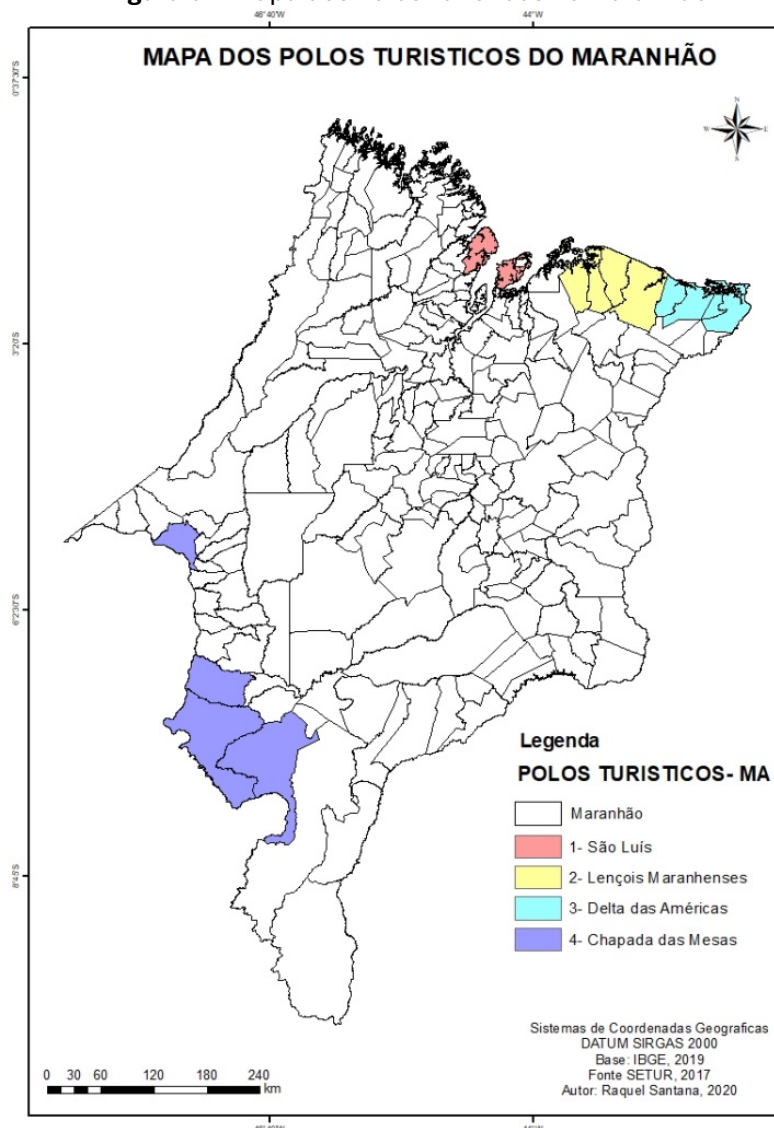
mudanças de comportamento foram impostas a partir do isolamento social e trouxeram uma série de incertezas para o futuro da atividade turística. Para atender a esse novo perfil de turistas o setor precisara inovar através de novas tecnologias e métodos, a fim de buscar novas soluções criativas para atender essa nova demanda. O retorno das atividades sociais será diferente, como um início de um novo período para o turismo, mais seguro, consciente, cauteloso quanto aos termos de segurança sanitária.

7. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A SARS COV-2 (COVID-19) NOS POLOS TURÍSTICOS DO MARANHÃO

A pandemia do corona vírus alterou a realidade global de viver, logo, refletiu em diversos setores e atividades econômicas, atingindo também o setor turístico. O turismo foi um dos primeiros setores a serem atingidos diretamente pela pandemia, afetando economicamente o setor, e logo todos que dele tiram sustento formalmente ou informalmente (Silva et al., 2021).

Portanto, no estado do Maranhão (região Nordeste do Brasil) não foi diferente, o estado conta com uma expressiva quantidade de polos turísticos que, em algumas vezes mantém comunidades inteiras entorno dessa atividade econômica. Além disso, o turismo como fenômeno social, se torna tão importante para os próprios viajantes, sendo este uma fonte de lazer, e até mesmo representando o descanso do trabalhador consumido por suas atividades rotineiras, ou seja, auxilia na saúde dos indivíduos, além das trocas sociais entre comunidade e visitante (Silva et al., 2021). Por tais argumentos, este tópico foi separado para discutir sobre a covid-19 em quatro polos turísticos do Maranhão (figura 01).

Figura 01: Mapa dos Polos Turísticos no Maranhão



Fonte: Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão (SETUR – MA, 2017)

O Centro Histórico de São Luís é conhecido pela arquitetura história de cada “beco” e dos muitos casarões históricos. São 4 mil casarões, distribuídos por mais de 220 hectares, tombados como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde 1997. Os casarões seculares, em sua maioria, revestidos de azulejos portugueses pintados à mão, compõe um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos de essência portuguesa ainda preservados da América Latina (Setur, 2017). Formado pelos bairros da Praia Grande e Desterro, a região concentra hoje, museus, centros de cultura, teatros, cinema, bares, restaurantes, feiras e uma infinidade de lojas de artesanato. Estão ali também, praças, becos, escadarias, ladeiras e algumas das mais belas ruas da parte histórica da

cidade, como as Ruas Portugal e do Giz e o Largo do Comércio. O polo de São Luís compreende os municípios de Alcântara, São José de Ribamar e Raposa.

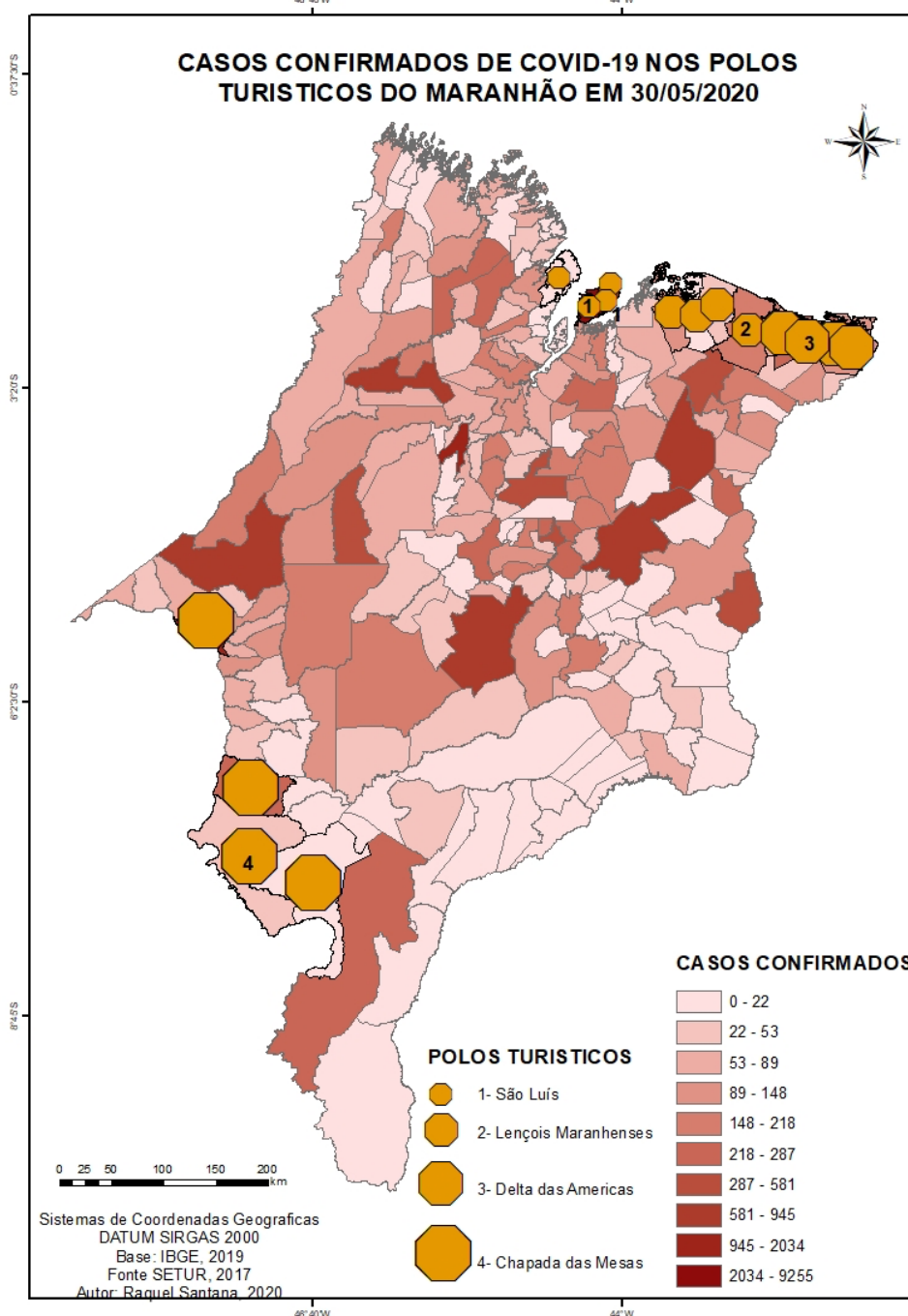
Os Lençóis Maranhenses ficam no litoral oriental do Maranhão e compreende os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas, este último sendo o principal portão de entrada para esta fantástica beleza natural. Seu maior atrativo, é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, às margens do Rio Preguiças. São 155 mil hectares de paisagem deslumbrantes, cheio de dunas com até 40 metros de altura e lagoas de água doce e cristalina (Setur, 2017).

Localizado a nordeste do Estado, na divisa com o Piauí, o Delta envolve a região sob influência do Delta do Rio Parnaíba, que tem setenta por cento da sua área no Maranhão. Tutóia, Paulino Neves, Água Doce do Maranhão e Araisos são os principais municípios. Deste último partem excursões turísticas para o Delta (Setur, 2017).

E por fim, criado em 2005, o Parque Nacional da Chapada das Mesas é um dos mais novos parques nacionais do Brasil. Florestas de buritizais, sertões, relevo de chapadas vermelhas, compõem um estonteante conjunto de formações rochosas, cânions, cavernas e cachoeiras. O Parque Nacional da Chapada das Mesas protege 160.046 hectares de Cerrado nos municípios de Carolina, Riachão, Estreito e Imperatriz, no centro-sul do Maranhão. (Setur, 2017).

Na Figura 02, observam-se os casos de Covid-19, os dados são referentes ao mês de maio de 2020, onde os casos estavam em ascensão. Através do mapa é possível mensurar os números de casos da doença no polos turísticos do Maranhão, e como pode-se observar, os polos com os maiores números de casos é São Luís com 9.255, sendo este a área metropolitana do estado, o que contribuiu para o espalhamento acelerado do vírus. Este polo comporta ainda Alcântara com 19 casos, São Jose de Ribamar com 713 e Raposa com 78, e outro polo expressivo quanto aos números de casos é Delta das Américas que conta com os municípios de Tutóia com 285, Paulino Neves com 85, Araisos com 128 e Água Doce do Maranhão com 34. Sendo assim, com os números em ascensão o governo não via possibilidades para o retorno da atividade no estado.

Figura 02. Mapa dos Polos Turísticos e Covid-19 no Maranhão



Fonte: Autores (2022)

Após o *lockdown* realizado no mês de maio, os números em junho começaram a ter uma pequena diminuição, e, a partir daí o governo estadual optou pela reabertura gradual do comércio, e, em julho o governo já decidiu pela flexibilização, tendo em vista que os leitos ocupados de Unidade de *Terapia Intensiva (UTI)* também diminuíram. Sendo assim, ocorreu a abertura de outras atividades não essenciais, com medidas de segurança sanitária através dos decretos elaborados. A atividade turística no Maranhão

já está sendo repensada para o retorno gradual, e a SETUR, vem oferecendo cursos para a orientação da abertura gradativa da atividade, para que atenda as medidas sanitárias necessárias, e, desde o início de julho de 2021 as atividades nos Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas retornaram. Dados da SETUR Maranhão apontam para a fiscalização e diálogo constante com os prestadores de serviço para a atenção quanto às normas de segurança.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário compreender qual será o papel do turismo neste novo normal, o “novo mundo”, para partindo dessa ideia traçar estratégias. A reflexão atual é incrivelmente válida, sobre qual o serviço turístico essa atividade conseguirá oferecer em uma nova roupagem de turismo, qual a forma de turismo o novo perfil de turista buscará? Quais as estratégias de segurança para o visitante e comunidade que reside no lugar? São reflexões válidas para a elaboração de novas tendências turísticas pós pandemia. Sugerem-se novos estudos que contemple as questões supracitadas.

Pode-se afirmar que empresas ligadas diretamente ao turismo, como hotéis, pousadas, agências, operadoras, restaurantes e etc., e destinos turísticos terão a necessidade de se reinventar. Deverão pensar como poderão inovar, melhorar seus produtos e serviços. A recuperação da atividade turística dependerá de muitos fatores, tendo em vista que é uma atividade elementarmente espacial, e diretamente influenciada por características dos territórios, política entre outras dinâmicas espaciais, irá depender da reabertura de fronteiras, reativação de linhas aéreas e principalmente a sensação de segurança dos turistas sobre os mais diferentes destinos, de acordo com a incidência que tenha tido a pandemia para eles.

A recuperação do turismo acontecerá em três fases; a primeira para o turismo regional, com o uso de carro próprio, tendo em vista que as pessoas evitarão destinos populosos e grande fluxo de pessoas; em segunda fase as viagens nacionais, quando se tiver um pouco mais a sensação de estabilidade na contaminação e diminuição de casos confirmados e protocolos de higiene sanitários criados exclusivamente para esse setor; e por último as internacionais, quando provavelmente já se terá encontrado a vacina, e ainda assim estabilidade econômica, política e social entre os países, e principalmente a sensação de segurança nos mais diversos territórios. Estima-se a recuperação mais

significativa, deva ocorrer em meados de 2021, no verão do hemisfério norte, quando as pessoas se sentirem mais seguras para viajar.

No primeiro momento logo após o isolamento, ganham destaque os destinos sem turismo de massa, com atrativos e atividades com exclusividade para pequenos grupos e pequenos hotéis. Além disso, conforme apresentaram as pesquisas, os segmentos turísticos, que estarão em alta serão os de pequenas escalas, como o turismo rural, de natureza, bem-estar, ecoturismo, de aventura, e turismo gastronômico.

Tendo em vista a exposição de estudos e tendências do turismo no mundo pós pandemia, é extremamente importante a reinvenção do turismo, principalmente voltado ao planejamento do território, voltado a protocolos de segurança sanitária, para assegurar a segurança de saúde pública. É necessário o retorno do turismo a fim de beneficiar não só o viajante, mas toda a comunidade inserida no lugar, pois para além dos benefícios econômicos, a atividade turística representa a conexão entre territórios, relações políticas e trocas socioculturais.

9. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Cláudia Ribeiro de; IBIAPINA, Cássio da Cunha; CHAMPS, Natália Silva; TOLEDO JUNIOR, Antonio Carlos Castro de; PICININ, Isabela Furtado de Mendonça. Gripe aviária: a ameaça do século XXI. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 35, n. 5, maio, 2009.
- BARATA, Rita Barradas. **Cem anos de endemias e epidemias**. FCM. São Paulo, 2000.
- BARBOSA, José W. de Queiroz. Segmentação turística: conceitos e realidades. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.18, n. 2826, 2024.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aeph, 2002.
- BARROS, Fabrizio da Costa; FREITAS, Lara Brunelle Almeida; SILVA, Priscila Daniel de Paiva Gama; MARUYAMA, Úrsula. Análise de práticas e recursos aplicados ao ensino remoto de geografia. In: **Anais do Simpósio de Engenharia, Gestão e Inovação**. Juazeiro do Norte (CE) URCA, 2021. DOI: 10.29327/sengi2021.342084. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sengi2021/342084-ANALISE-DE-PRATICAS-E-RECURSOS-APLICADOS-AO-ENSINO-REMOTO-DE-GEOGRAFIA>>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutscka. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo-Visão e Ação**, v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017.
- CAMARGO, O. L. C. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1999.

CARVALHO, André Roncaglia; SOUZA, Luciana Rosa; GONÇALVES, Solange Ledi; ALMEIDA, Eloiza Regina Ferreira. Vulnerabilidade social e crise sanitária no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00071721, 2021.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

Fundação Getúlio Vargas. FGV. **Impacto econômico do Covid-19**, Propostas para o Turismo Brasileiro. 2020

FONTOURA, Leandro Martins. ANDRADE, Sabrina de Assis. Turismo e geografia: O Planejamento Territorial do Turismo. II Fórum Internacional De Turismo Do Iguassu 25 a 28 de junho de 2008 Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil. **Anais...** 2008.

FRATUCCI, A.C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014.

FURTADO, Laura Isabel. **Introdução ao turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Infobook, 2000.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. IN: RODRIGUES, A. (Org). **Turismo e Geografia**: Referenciais teóricos e enfoques regionais. Ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

MENDES FILHO, Luiz et al. Aplicativos móveis e turismo: um estudo quantitativo aplicando a Teoria do Comportamento Planejado. **Rosa dos Ventos**, v. 9, n. 2, p. 179-199, 2017.

Núcleo Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão. **NUGEO- UEMA**. Disponível em: <<https://www.nugeo.uema.br/?p=11028>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

OLIVEIRA, E. de S.; MORAIS, A. C. L. N. de. COVID-19: uma pandemia que alerta à população. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 3, p. 1 – 7, 2020.

ONU TURISMO. **Who we are**. 2025. Disponível em: <<https://www.unwto.org/how-we-are>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

POGGI, Marta. **Turismo Pós Covid-19: insights para empresas e destinos**. Strategia Consultoria Turística Ltda. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território?** In: Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. pp.144-220.

ROEDER, Fabiana; CARDOSO, Fernando Eduardo; BUSARELLO, Mônica Tatiana Bunese. **Situação atual e futuro do turismo causado pelo COVID-19**. Disponível em: <http://www.uniasselvi.com.br/extranet/o-2.0/download/arqu_download.php?link=249757>. Acesso em: 09 ago. 2020.

SALGADO, Hebert Canela; PAIVA, Julia Boroni de; SOUZA, Iolanda Benfica Blaso de; SILVA, Higor Alfredo Damaso da. Impactos da covid-19 no setor de viagens e turismo: perspectivas do Observatório de Turismo de Minas Gerais. *Revista Turismo & Cidades*. v. 2, edição especial, p.29-49, 2020.

SANCHEZ, Joan-Eugeni. **Espacio, economia y sociedad**. Espanha: Siglo Veintiuno, 1991, pp. 216-248.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurelio. SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42

Secretaria de Turismo do Estado do *Maranhão*. *SETUR – MA*. Disponível em: <<http://www.turismo.ma.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática Socioespacial. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.

SILVA, Gisele Polanski França; SANTOS, Jackson Sousa; SANTOS, Saulo Ribeiro; FREITAS, Lara Brunelle Almeida. Turismo e o contexto pandêmico: análise sobre os tours virtuais nas redes sociais oficiais do destino turístico Maranhão (Brasil). **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 11, n. 1, p. 223-238, 2021.

SILVA Jaqueline Santa Rosa da; SILVA Samira Gama. **Breve histórico do turismo e uma discussão sobre a atividade no Brasil**. AEMS. 2012

THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. 2. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

WTTC - World Travel & Tourism Council. **Economic impact Reports. Regions**. 2021. Disponível em: < <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TOURISM, TERRITORY AND HEALTH CRISES: A CONCEPTUAL ANALYSIS AND ITS REFLECTION IN THE STATE OF MARANHÃO

Abstract

Tourism as a field of study is relatively recent, and one of the most important discoveries for geography. From tourism studies in the geographical perspective, it is possible to relate tourism as an activity and social phenomenon with geographical concepts and methods, which enrich the development and planning of the activity. This article aimed to relate a geographical concept, the territory with the tourist activity developed in these spaces, and to characterize how the tourist activity behaved in the face of health crises at the Maranhão touristic area. To support the discussion on Geography, some important references were the works of Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1978; 1994; 1996), Rita de Cássia Ariza Cruz (2001; 2002) and Rogério Haesbaert (2007). The results lead to the need for changes in tourism, mainly aimed at planning the territory and increasing health security protocols.

Keywords: Territory. Tourism. Geography.

TURISMO, TERRITORIO Y CRISIS SANITARIAS: UN ANÁLISIS CONCEPTUAL Y SU REFLEXIÓN EN EL ESTADO DE MARANHÃO

Resumen

El turismo como campo de estudio es relativamente reciente y uno de los descubrimientos más importantes de la Geografía. Desde una perspectiva geográfica, los estudios turísticos pueden relacionar el turismo como actividad y fenómeno social con conceptos y métodos geográficos, lo que conduce a un proceso de desarrollo y planificación de la actividad. Desde esta perspectiva, el objetivo es vincular el concepto geográfico de territorio con la actividad turística y su comportamiento ante las crisis sanitarias y los polos turísticos en Maranhão. Para apoyar el debate sobre geografía, se citaron como referencias importantes los trabajos de Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1978; 1994; 1996), Rita de Cássia Ariza Cruz (2001; 2002) y Rogério Haesbaert (2007). Los resultados apuntan a la necesidad de cambios en el turismo, centrados principalmente en la planificación territorial y el fortalecimiento de los protocolos de seguridad sanitaria.

Palabras clave: Territorio; Turismo; Geografía

Recebido em: 04/01/2022

Aceito em: 26/07/2025

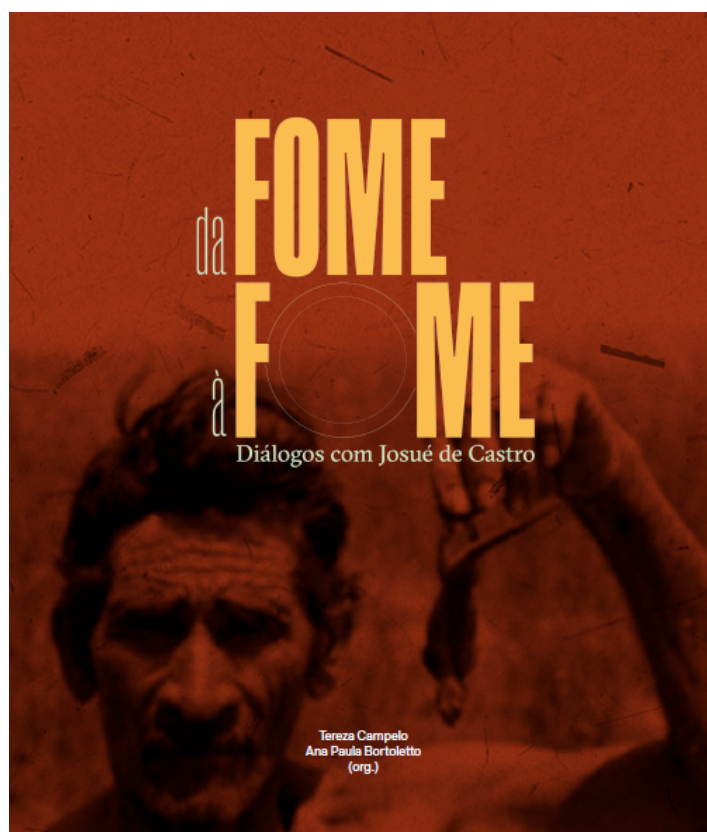
RESENHA DO LIVRO “DA FOME À FOME: DIÁLOGOS COM JOSUÉ DE CASTRO”

Cleder Fontana¹

Eduarda de Freitas Sardi²

Kauã Arruda Wioppiold³

Luana da Silva⁴



CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. 216 p. ISBN 978-65-998251-7-0.

Resumo

Resenha do livro *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*, na qual se retoma o legado de Josué de Castro para os estudos da fome, bem como se faz a atualização sobre o tema, 75 anos após a publicação desta obra seminal, em um contexto de produção de alimentos em abundância, o que se mostra contraditório, dado o modelo predatório de produção agropecuário hegemônico implantado no território

¹ Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria – cleder.fontana@ufsm.br

² Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM - eduarda.sardi@hotmail.com

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM - Kaua1003@gmail.com

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM - luluh22.22@gmail.com

brasileiro. O livro é de leitura obrigatória para quem se sente indignado, frente à atual conjuntura brasileira de retomada avassaladora da fome.

Palavras-chave: Josué de Castro. Geografia da fome. Segurança alimentar.

Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro é uma coletânea de 26 textos, resultantes de debates promovidos pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, sediada na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, e, mais particularmente, do seminário *Geografia da fome 75 anos depois: novos e velhos dilemas*, realizado em dezembro de 2021. As autorias dos textos são de representantes da sociedade civil, dos movimentos sociais e, na sua maioria, de reconhecidos pesquisadores, os quais trazem reflexões sobre a questão da fome. A publicação foi realizada em duas versões: uma, impressa e outra, digital¹.

Centrado na perspectiva multidimensional da fome, o livro é de leitura fluida, com linguagem acessível e com debates multi, inter e transdisciplinares. Nesse sentido, a obra tem, como público direcionado, todos os cidadãos indignados com a histórica e com a condição de fome estrutural que incide sobre a população brasileira.

De modo geral, o livro é composto de textos breves, que abordam aspectos particulares do tema, os quais, no seu conjunto, sintetizam uma significativa contribuição ao entendimento da produção intelectual e da luta de Josué de Castro no combate à fome, bem como revelam e atualizam os aportes do autor sobre o tema da fome, com dados e com análises do contexto contemporâneo.

A **parte I** da publicação, como indica o próprio título, “Josué de Castro e a geografia da fome”, aborda a trajetória de Josué de Castro e sua principal publicação, a *Geografia da fome*, de 1946. Além disso, apresenta uma extensiva lista de ações, que, nos últimos 75 anos, marcam o combate à fome no Brasil, incluindo marcos históricos, legislações, políticas públicas e pesquisas.

O conjunto dos textos desta parte abrange fragmentos essenciais para compreender a produção intelectual do autor, bem como o ineditismo e a atualidade da

¹ A versão digital está disponível em <https://geografiadafome.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2022/07/DaFomeaFome.pdf> (com acesso em 13 out. 2022). A versão digital indica, para além dos textos, conteúdos de tom artístico, o que se revela coerente, tanto com Josué, que, além de manter contato com relevantes figuras do mundo das artes, recorria a estas expressões como formas de conhecer o fenômeno da fome, quanto com o universo das artes que lhe fazem referências, a exemplo do movimento *Mangue Beat*. Nesse sentido, indica-se a leitura da versão digital do livro.

Geografia da fome, obra que recentemente completou 75 anos de publicação. A *Geografia da fome*, como repetidamente é apontado, tem, como um de seus principais méritos, elucidar o fenômeno da fome no território brasileiro, afastando toda e qualquer relação com o determinismo ambiental; para o autor, a fome é, em última análise, um problema político, que, a partir de carências nutricionais, manifesta-se em forma de doenças².

Nesse sentido, é enfatizado que a fome é um conjunto de manifestações simultaneamente biológicos, econômicos e sociais, decorrendo disto o entendimento de que a fome só pode ser compreendida por uma perspectiva multidisciplinar. Para fazê-lo, Josué, médico de formação, recorre ao seu exercício de professor da ciência geográfica, disciplina que, nas suas próprias palavras, fornece o “[...] único método que, a nosso ver, permite estudar o problema [a fome] em sua realidade total” (Castro, 1946, p. 20). Aliás, a perspectiva multidisciplinar perpassa *Da fome à fome*.

Ao mesmo tempo, o grupo de textos desta parte inicial do livro explora o Josué de Castro militante. Na *Geografia da fome*, abordando os mecanismos de produção da fome, o autor registra que “[...] é através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, é através da fome que o latifúndio gera” (Castro, 1946, p. 28). Partindo deste entendimento, o combate à fome passa pelo combate ao latifúndio e às monoculturas e pelo estímulo à produção para o autoconsumo e/ou para o consumo local, por meio de campanhas de educação alimentar etc.

As atuações de Josué como parlamentar, na FAO, posteriormente, e no exílio, mais tarde, denotam que o autor entendia, em última instância, que uma solução definitiva para a fome dependia de transformações profundas no conjunto da sociedade. Setenta e cinco anos depois da publicação da *Geografia da fome*, contemporaneamente, em um contexto de desenvolvimento tecnológico que possibilita uma produção de alimentos em abundância, presenciamos a contraditória combinação de fome, de crescentes

² Moreira (2010, p. 109) define a *Geografia da fome* como uma teoria “biominerossocial”: “As influências minerais dos solos são passadas para as plantas (naturais ou cultivadas) e essas e as águas as repassam para os animais e os homens. Ali onde a Geografia agropastoril se mostra inadequada, a carência mineral junta-se à carência vitamínica e à carência proteica, essa conjunção de circunstâncias naturais dando origem à fome. O envolvimento agrário é, então, a relação determinante, em função dele podendo-se ou não corrigir seja a carência mineral do solo, seja a vitamínica e protéica da Geografia da alimentação. No centro da determinação agrária está a forma da propriedade fundiária”. Frise-se que a primeira edição da *Geografia da fome* contava com um mapa, intitulado *Ensaio de mapa pedológico do Brasil* (Castro, 1946), demonstrando a importância da relação entre solo e alimentação.

índices de população em sobrepeso (derivados do consumo de alimentos ultraprocessados) e, ao mesmo tempo, de amplas consequências de uma “agricultura” hegemônica nas questões ecológicas, vide desmatamentos, queimadas, acumulações de riquezas etc., confirmando cada vez mais que a fome é um problema estrutural, proveniente de um contexto social, com implicações para a saúde humana e para o contexto ambiental³.

A **parte II** do livro, intitulada “Geografia da fome e insegurança alimentar”, aborda sobretudo a fome na atualidade. Essa tarefa implica duas questões: uma conceitual e outra que diz respeito a forma de fazer pesquisa. A primeira questão diz respeito ao fato de que, nas últimas décadas, a fome é compreendida e mensurada a partir do conceito de insegurança alimentar grave⁴. A segunda, refere-se ao aspecto de que, nos últimos tempos, o Brasil dispõe de um conjunto de pesquisas que coletam informações de todo o território nacional, utilizando-se dos mesmos critérios e em diferentes momentos, o que permite uma série histórica de dados⁵.

Essas duas questões representam particularidades, que permitem sistematizar e conhecer o panorama da fome no Brasil de modo diferente daquele dos idos anos de 1940, quando da publicação da *Geografia da fome*. Nesse sentido, além de atualizar o fenômeno da fome, essas questões permitem precisar suas dimensões, entender seu comportamento no decorrer do tempo e avaliar a efetividade das políticas públicas relacionadas.

³ Para uma sistematizada reflexão sobre a relação entre fome e questão ambiental na obra de Josué de Castro Cf. Fontana (2014).

⁴ A metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (IBGE, 2010, p. 30) capta a insegurança alimentar nos níveis leve, moderado e grave. A insegurança alimentar leve (IAL) é definida como “[...] preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos”; a insegurança alimentar moderada (IAM), como “[...] redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos”; e a insegurança alimentar grave (IAG), como “[...] redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)”. Dessa forma, a IAL e a IAM não são entendidas como “fome”. Ribeiro Junior *et al.* (2021) problematizam estas definições, propondo que a IAL seja classificada como “risco de fome” e a IAM e a IAG sejam classificadas como “fome”.

⁵ A situação da insegurança alimentar e da fome no Brasil, através da EBIA, foi levantada, pelo IBGE, na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), nos anos de 2004, de 2009 e de 2013, e na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), em 2017/2018. Com a mesma metodologia, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional levantou dados em duas ocasiões: nos anos de 2020 e de 2021/2022.

A partir deste aparato, o conjunto dos textos demonstra que a fome voltou a assolar a população brasileira de forma acentuada e de modo veloz. Entre outros fatores, o desmonte das políticas públicas tem um papel decisivo no retorno da fome, nos últimos anos. Como se isto não fosse suficientemente preocupante, outra perversidade é revelada nas pesquisas sobre a situação alimentar no Brasil: o binômio fome e sobrepeso/obesidade. Apoiada em dados de várias pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa parte do livro revela que as mudanças nos padrões alimentares da população brasileira presenciam uma diminuição do consumo de produtos *in natura* e um aumento no consumo de produtos industrializados.

Essa dupla perversidade atinge, com maior intensidade, grupos bem delimitados: domicílios de menor renda; de menor escolaridade; situados no meio rural; chefiados por mulheres; compostos por população autodeclarada preta ou parda e, por fim, que entre os integrantes é composto por menores de idade, demonstrando que a fome tem endereço e rosto bem definidos.

A fome e o sobrepeso/obesidade resultam de um mesmo processo, de uma mesma dinâmica social: aquela em que a produção não tem uma apropriação social como objetivo. A relação entre fome e sobrepeso/obesidade faz lembrar o que Josué de Castro chama de fome oculta⁶, ou seja, da fome de todos os dias, das carências que se revelam em doenças — o que, aos olhos dos menos avisados, pode não ser percebida; essa é muito diferente da fome total, expressada, por exemplo, na obra *Retirantes*, de Candido Portinari.

A **parte III** do livro, sob o título “Filhas da mesma agonia: fome, pobreza e desigualdade”, retrata o avanço da desigualdade no Brasil, nos últimos anos. O Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda em um determinado país, coloca o Brasil na desconfortável posição de nono país mais desigual do mundo.

Apesar de o Brasil estar entre as quinze maiores economias do mundo — após ter ocupado a sétima posição entre 2010 e 2014 —, a população sofre com os cortes no orçamento das políticas públicas, ocasionando precarizações e descontinuidades das mesmas, sobretudo, a partir de 2016. O desmonte das políticas públicas, conjoinada ao aumento do desemprego e ao fim da valorização do salário mínimo, resultou no

⁶ Sobre a relação entre fome oculta e obesidade Cf. Pereira, Nogueira e Ramalho (2014).

acréscimo quantitativo de brasileiros em insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, a fome é produto de decisões políticas e corporativas.

Durante a pandemia, a desigualdade presente no Brasil ficou ainda mais nítida. Enquanto aumentou o número de brasileiros e de brasileiras em situação de fome, quarenta brasileiros entraram na lista de bilionários da Forbes, juntando-se a outros 315, que já estavam no rol. No total, esses indivíduos possuíam uma riqueza acumulada em 1,9 trilhão de reais⁷.

Josué de Castro inaugurou o termo “politização da fome” no Brasil, o que torna evidente que o problema do país não é econômico, mas político e social. Vive-se em um país, no qual se produz mais alimentos a cada dia, ao mesmo tempo em que aumenta o número de pessoas passando fome. A centralidade econômica está nas mãos de poucos, juntamente dos recursos públicos, e o que sobra para as famílias de baixa renda é a “comida plástica”, que resulta em desnutrição, em doenças e na obesidade, consequentemente essas famílias compram o que o dinheiro permite para poder enganar a memória; para tentar lembrar do que é comer de verdade.

A fome é, portanto, uma decisão política. De outro lado, a falta de políticas públicas atinge principalmente os territórios periféricos, razão pela qual o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) — que reivindica moradias para a população sem teto, coloca a alimentação como questão central — se utiliza do trabalho nos territórios para diminuir o sofrimento da população em situação de fome e para diminuir as desigualdades nas periferias. Nesse caminho, as cozinhas solidárias se tornam exemplos na luta pela garantia de alimento para as pessoas que mais necessitam, além de consolidar o trabalho de conscientização, levando a discussão política sobre a fome para as periferias. Em um país tão grande e com tamanha capacidade de produzir alimentos, a fome não pode ser algo aceito e normalizado.

A **parte IV** do livro apresenta o título “Pão ou *Commodity*: geografia da produção de alimentos”, que é uma alusão ao “pão e aço”, subtítulo da *Geografia da fome* (Josué de Castro, em 1961, diante de um novo e complexo cenário de industrialização no Brasil, utilizou-se da expressão “pão ou aço” para explicar a dualidade do contexto

⁷ A concentração de riquezas tem efeitos perversos sobre a vida das pessoas, mas também sobre os rumos da política. Sobre isso Cf. Cattani (2018) e em especial, o que o autor chama de riqueza substantiva.

socioeconômico do país à época)⁸. Essa parte se dedica a discutir o aumento expressivo na produção agropecuária de exportação, concomitantemente à diminuição significativa na produção de alimentos basilares da população brasileira.

A concentração fundiária é preocupação constante no cenário brasileiro, visto que 1% das maiores propriedades rurais concentram 45% das terras. Entre os censos agropecuários realizados em 2006 e em 2017, ocorreu um aumento na produtividade agrícola, resultante de melhoras na tecnologia do campo, porém com significativa diminuição no número de propriedades agrícolas, demonstrando a desativação de pequenas propriedades. Outra consequência deste sistema é a concentração de ganhos, que impede uma distribuição mais equitativa da renda, ao mesmo tempo que mais da metade da população do país convive com algum grau de insegurança alimentar.

O binômio monocultura e exportação implantados no país ameaçam a presença de alimentos essenciais no prato dos brasileiros, como o arroz e o feijão, retratados diversas vezes em obras artísticas, até mesmo, devido a sua importância, mas que têm perdido cada vez mais espaço para as produções de cana-de-açúcar e de soja, dada a relevância destas no setor energético e considerando os grandes atrativos dos altos preços de venda e da constante demanda produtiva por estes produtos. Analisando tal cenário, evidencia-se a relação direta entre o que é produzido, a forma pela qual esta produção afeta a estrutura fundiária do território e, ao mesmo tempo, o que há (ou não) no prato das brasileiras e dos brasileiros.

Essa concentração fundiária se apresenta como uma crueldade social, ao passo que concentra o capital na mão de poucos, dificulta e até impede o desenvolvimento de grupos tradicionais de agricultura familiar e de subsistência, através da redução orçamentária nas políticas públicas que ajudam o produtor a evitar o endividamento, e reduz severamente a produção de alimentos no Brasil. Ademais, ela também se apresenta como uma iniquidade ambiental, por meio do uso desmedido de agrotóxicos, da má gestão dos recursos hídricos, do desmatamento, da emissão de gases de efeito

⁸ Conhecida por *Geografia da fome*, originalmente publicada em 1946, a obra tinha como título completo *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Em 1961, a obra passou por uma significativa revisão e recebeu acréscimos, contemplando as análises do autor sobre a permanência da fome no contexto de industrialização do Brasil. Nessa ocasião o autor alterou o subtítulo e, desde então, a obra passou a ser publicada como *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Sobre as edições e as alterações no texto da *Geografia da fome* Cf. Fontana (2014).

estufa, da perda da biodiversidade etc., que são apenas algumas das consequências da expansão das fronteiras agrícolas.

A fome é consequência direta da estrutura fundiária brasileira. Um país com enorme capacidade produtiva, porém com foco na exportação, acaba por colocar seus cidadãos em situação de insegurança alimentar. Há uma importante luta, ocorrendo no território, em que se destaca o papel das mulheres, como expoentes da agroecologia e das melhorias sociais. A solução para uma economia mais diversa, para a diminuição da fome, para uma melhor distribuição de terras, para o aumento dos indicadores sociais e para a melhora nas questões ambientais, está em um intenso replanejamento do setor agroindustrial, com mais participação da agricultura familiar e com mais investimentos na policultura. Para além da segurança, é preciso pensar na soberania alimentar⁹. Ainda que isto dependa de amplas transformações socioecológicas, é possível transformar o Brasil.

A **parte V** do livro é intitulada “Que braseiro, que fornalha: A crise socioambiental e alimentar” e retrata que a produção de alimentos focada em monoculturas coloca em risco a diversidade do planeta, em decorrência da ação humana, conjuntamente ao avanço do agronegócio, atrelado aos diferentes impactos socioambientais, que promovem alterações na composição territorial.

A expansão da agropecuária acarreta inúmeras consequências socioambientais no território brasileiro. A pecuária e as atividades próprias da agroindústria do atual contexto brasileiro implicam desmatamentos, queimadas, emissões de carbono, usos de agrotóxicos, monocultivos etc. Entre os impactados por esta dinâmica estão agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos originários, comunidades periféricas, pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros etc., todos gravemente prejudicados pela ausência de políticas públicas e, mais contraditório, ainda, pelo atual discurso de Estado ultraliberal, que incentiva o avanço sobre a biodiversidade.

⁹ Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), “[...] o conceito de Soberania Alimentar nasce de um contraponto ao conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO, pois compreende-se que um povo para ser livre precisa ser soberano e essa soberania passa pela alimentação” (disponível em: <https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar/>, com acesso em 27 jan. 2023).

O setor agropecuário se tornou, hoje, um dos maiores causadores das mudanças climáticas e das alterações ecológicas nos biomas brasileiros, sendo, ao mesmo tempo, a atividade econômica que pode ser potencialmente mais atingida, em termos de impactos e de perdas. A instabilidade climática e a ocorrência de fenômenos climáticos intensos contribuem para as incertezas da produção agrícola de consumo alimentar humano, em forma de produções para autoconsumo ou para comércio regional. Por outro lado, tal discurso justifica, especulativamente, os aumentos dos preços dos alimentos, ameaçando a segurança e a soberania alimentar dos povos. Ou seja, o setor agropecuário depende da chuva e do equilíbrio natural, mas produz a seca e o desequilíbrio dos ecossistemas. Porém, não se pode esquecer de que parte destas consequências ecológicas também está interligada à cadeia produtiva, ou seja, a financiadores, a distribuidores, a supermercados e a indústrias de processamento alimentício.

Dessa forma, é notório que uma faceta da produção não atua de modo isolado. A indústria de ultraprocessados depende de grandes quantidades de *commodities*, em forma de matéria-prima, para produzir alimentos com baixa qualidade nutricional de forma massiva. Em síntese, tudo parece incentivar o uso predatório da terra e, com isto, trazer mais danos à saúde humana, por meio da intoxicação de alimentos e da contaminação das águas, acarretando uma série de doenças e causando o aumento dos riscos à biodiversidade e às culturas locais.

O desafio global atual, como já alertava Josué de Castro, não é o de aumentar a produção, simplesmente, mas, antes, o de propiciar o equilíbrio socioambiental, o que impõe a pergunta: aumentar a produção para quê? Se o atual modelo hegemônico de produção alimentar resulta em impactos socioambientais destrutivos, acarretando o agravamento da fome e da insegurança alimentar, a destruição da biodiversidade, a pandemia de obesidade, causada pelo alto consumo de alimentos ultraprocessados etc., cabe mudar os rumos dos sistemas agroalimentares, buscando alternativas que se preocupem com a superação de tal quadro.

Como sugere o próprio título, *Da fome à fome* registra que a fome revelada na *Geografia da fome* não é a mesma, 75 anos depois. Em comum, nestes dois momentos, trata-se de que a fome é uma questão essencialmente política. No presente, ainda mais escabrosa, dadas as possibilidades de produção, de armazenamento e de transporte de

alimentos. Portanto, nada justifica o não suprimento das necessidades humanas e, com isto, a impossibilidade de que a maior parte da sociedade brasileira, sem comer ou preocupada se vai ter o que comer, não externalize as potencialidades próprias da condição humana¹⁰.

Da fome à fome é leitura indicada para quem se sente indignado com a fome e deseja compreender o problema para além de qualquer discurso simplista.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. 216 p. ISBN 978-65-998251-7-0.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: A fome no Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CATTANI, Antonio David. **Ricos, pobres de ricos**. 2. ed. Porto Alegre: Marcavizual; Tomo Editorial, 2018.

FONTANA, Cleder. **Fome e questão ambiental: uma leitura a partir da obra de Josué de Castro**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: As matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Silvia Eliane; NOGUEIRA, Carla; RAMALHO, Andréa. Fome oculta e obesidade. In: RAMALHO, Andréa. **Fome oculta e doenças crônicas: um novo desafio**. São Paulo: Atheneu, 2014.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; PENSSAN, 2022.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa *et al.* **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2021.

Abstract

A review of the book *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*, in which Josué de Castro's legacy for hunger studies is resumed, as well as the subject is updated 75 years after the publication of this seminal work, in a context of abundant food production, which is contradictory, given the predatory model of

¹⁰ Conforme a mais recente pesquisa em escala nacional, da virada de 2021 para 2022, 58% da população brasileira convivia com algum grau de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022).

hegemonic agricultural production implemented in Brazilian territory. The book is a compulsory reading for those who feel indignant about the current Brazilian situation of the overwhelming resumption of hunger.

Keywords: Josué de Castro. Geography of hunger. Food security.

Resumen

Reseña del libro *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*, en el que se retoma el legado de Josué de Castro para los estudios sobre el hambre, así como se hace una actualización sobre el tema, 75 años después de la publicación de esta obra seminal, en un contexto de abundante producción de alimentos, lo que resulta contradictorio, dado el modelo depredador de producción agrícola hegemónico implantado en el territorio brasileño. El libro es de lectura obligatoria para quien se sienta indignado ante la actual coyuntura brasileña de reanudación abrumadora del hambre.

Palabras clave: Josué de Castro. Geografía del hambre. Seguridad alimentaria.

Recebido em: 25/02/2023

Aceito em: 09/09/2025

NORMAS DE FORMATAÇÃO PARA SUBMISSÕES

DIRETRIZES

Todo o trabalho deve estar em fonte Aptos.

Os artigos devem ter, no máximo três autores. Entre 15 e 25 páginas. Página A4, margem esquerda e superior 3cm e direita e inferior 2cm.

Título: maiúsculo, negrito, tamanho 16, centralizado.

Títulos de seções: maiúsculo, numerado, tamanho 14, alinhamento à esquerda, espaço 1,5 do corpo do texto.

Subtítulos de seções: maiúsculas e minúsculas, alinhamento à esquerda, espaço simples.

Nomes dos autores: não devem constar na submissão, nem nas propriedades do documento.

Resumo: tamanho 10, espaço simples, justificado, até 200 palavras.

Palavras-chave: tamanho 10, iniciada em maiúscula, separadas por ponto e vírgula, entre três e cinco palavras.

Corpo do texto: tamanho 12, espaço 1,5, justificado, primeira linha recuo de 2cm.

Citações: conforme ABNT NBR 10520:2023

Nota ao texto: rodapé, tamanho 10, justificada, sem recuo.

Ilustrações (Figuras, tabelas, quadros etc.): ABNT 14724: 2024. Qualquer tipo de ilustração deve ser precedido por sua palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, de travessão e do respectivo título.

Imediatamente após a ilustração, deve ser indicada a fonte consultada, conforme a ABNT NBR 10520, legenda, notas e, se houver, outras informações necessárias à sua compreensão. A ilustração produzida pelo autor, para o trabalho apresentado, deve conter na fonte esta informação: elaborado pelo próprio autor ou elaboração própria ou o próprio autor, entre outros. Os arquivos devem ser submetidos individualmente, como documentação complementar, com resolução mínima de 300 dpi.

Referências: conforme ABNT NBR 6023, espaço automático entre cada referência.

Títulos, resumos e palavras-chave em inglês e espanhol (ou inglês e português, no caso de artigos escritos em espanhol) devem seguir ao fim do texto, após a bibliografia.